Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS

Marla Elizabeth Almeida Reis

“Antropóloga em Campo”:

Uma etnografia sobre gênero e práticas de pesquisa na Região Norte do Brasil

Manaus/Amazonas

2023

MARLA ELIZABETH ALMEIDA REIS

"Antropóloga em Campo":

Uma etnografia sobre gênero e práticas de pesquisa na Região Norte do Brasil

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas como requisito para a obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Profª. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino Dr.(a) em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

Manaus/ Amazonas

2023

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R375a

Reis, Marla Elizabeth Almeida
"Antropóloga em Campo": uma etnografia sobre gênero e práticas de pesquisa na região norte do Brasil : Uma etnografia sobre gênero e práticas de pesquisa na Região Norte do Brasil / Marla Elizabeth Almeida Reis . 2023
143 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Antropólogas. 2. Mulheres na Ciência. 3. Região Norte. 4. Colonialidade. I. Rufino, Márcia Regina Calderipe Farias. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Folha de Aprovação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovada em 29 de novembro de 2023.

Banca Examinadora

Profa. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (Presidente da Banca)
Dra. em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Profa. do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Silvana Maria Bitencourt
Dra. em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Profa. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Profa. Ana Carla dos Santos Bruno
Dra. em Antropologia e Linguística pela University of Arizona.
Profa. do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas.

Profa. Luiza Dias Flores
Dra. em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
Profa. do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Rosana Carvalho Paiva
Dra. em Antropologia pela Social Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Técnica de cooperação e educação para justiça Global, na Fundação Autônoma Solidária- FAS da Universidade Autônoma de Barcelona - UAB

Profa. Maria Helena Ortolan
Dra. em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.
Profa. do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Caroline Soares de Almeida
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Profa. do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dedico este trabalho à minha mãe, Nancy Almeida, que labutou incansavelmente sob o sol escaldante para que eu pudesse encontrar na sombra a luz do saber.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por coisas que não podem ser expressas com palavras.

À Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Antropologia Social, representados pelo corpo docente, direção e administração. Agradeço profundamente pela oportunidade de trilhar o caminho do doutorado, onde cada um de vocês, com sua contribuição singular, moldou meu crescimento acadêmico e pessoal. Com um coração pleno de reconhecimento, celebro o impacto de suas contribuições ao longo deste percurso.

Ao agradecer à UFAM, estendo minha gratidão à universidade pública que, em sua essência, é um centro vital de criação, preservação e disseminação do conhecimento. A educação pública não só oferece acesso, mas também transforma e molda vidas, sendo um pilar crucial para o desenvolvimento e a justiça social.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, expresso minha sincera gratidão pelo apoio financeiro através da bolsa de pesquisa, essencial para a viabilização dos meus estudos. Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM, pelo financiamento dos projetos que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Expresso minha sincera gratidão às interlocutoras que aceitaram participar desta pesquisa. Sua colaboração e generosidade foram fundamentais para a realização deste trabalho. Com profundo respeito e reconhecimento, compartilho suas histórias, que são o coração e a alma desta pesquisa.

Agradeço profundamente à minha orientadora, Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, por sua orientação ao longo desta jornada acadêmica. Além de ser uma orientadora notável, é um ser humano incrível, cuja empatia e apoio foram indispensáveis para a conclusão deste trabalho.

Agradeço à minha mãe, Nancy Almeida, por acreditar nos meus sonhos mais audaciosos e me incentivar a seguir uma carreira acadêmica, mesmo quando alguns sugeriam sonhos mais modestos. Sua luz tem sido meu guia durante todo esse caminho. Agradeço também à minha avó, Guiomar Almeida, por seu amor, orações e apoio ao longo dos anos.

Ao meu marido, Solon Godinho, estendo minha sincera gratidão por seu apoio incondicional e por ser minha rocha nos momentos de fraqueza. Sua confiança em meu potencial foi um verdadeiro incentivo e força para continuar e alcançar meus sonhos.

Agradeço aos meus tios, Cecy e Edilson Merêncio, por estarem presentes em minha vida e me apoiarem desde o momento em que mencionei meu interesse pelo estudo da antropologia. Agradeço também a Thayanna Almeida, minha irmã além do sangue, cujo apoio e incentivo ao longo da minha vida tornaram esta jornada mais leve e significativa.

Agradeço também a Jessele Damasceno por sua amizade preciosa e pelo talento artístico que enriqueceu minha tese. Embora o espaço seja limitado para mencionar todos, expresso minha sincera gratidão às minhas tias, primos, cunhados, sogros, ao Francisco, meu filho de quatro patas e demais familiares pelo apoio e compreensão ao longo desta jornada.

Durante este percurso, encontrei amigos extraordinários que foram pilares de apoio. Cada gesto de apoio é uma lembrança valiosa que levo comigo. Agradeço por fazerem parte desta trajetória e por serem fontes constantes de inspiração e suporte.

"*O meu recado às mulheres: contem suas histórias. descubram o poder de milhões de vozes que foram caladas por séculos*" - Ryane Leão, poetisa brasileira.

RESUMO

Este estudo visa compreender o papel das mulheres na produção de antropologia na região Norte do Brasil e sua integração no cenário nacional, levando em consideração as influências das interseccionalidades de gênero, raça/etnia, geração, classe social e origem em suas vivências. A pesquisa envolveu entrevistas com 12 antropólogas nascidas e atuantes na região Norte, além da aplicação de técnicas como observação participante, diário de campo e análise bibliográfica. Utilizando como base os estudos de gênero, mulheres na ciência e a crítica decolonial, o trabalho permitiu resgatar o nome e as contribuições de antropólogas cujas realizações foram "esquecidas" na história da disciplina, desde o período evolucionista até as pioneiras da antropologia brasileira. Além disso, a pesquisa revelou as especificidades de ser mulher no trabalho de campo antropológico e refletiu sobre aspectos que vão desde a "ser da" e "pesquisa na" região Norte, incluindo conselhos marcados por relações de gênero e poder que influenciam vestimentas e comportamentos durante a pesquisa, até questões como ciúmes, medo, violência e estratégias de segurança. O estudo também destacou as diversas formas de violência enfrentadas por antropólogas da região Norte em sua relação com os principais centros de antropologia no Brasil.

Palavras-chave: Antropólogas; Mulheres na Ciência; Região Norte; Colonialidade.

ABSTRACT

This study aims to understand the role of women in the North of Brazil in the production of anthropology and its integration into the national scenario, considering the influences of intersectionalities of gender, race/ethnicity, generation, social class and origin on their experiences. The research involved interviews with 12 anthropologists born and working in the North region, as well as the application of techniques such as participant observation, field diary and bibliographic analysis. The research was based on gender studies, women in science and decolonial criticism. The work allowed us to rescue the name and contributions of anthropologists whose achievements were "forgotten" in the history of the discipline, from those from the evolutionary period to the pioneers of Brazilian anthropology. Furthermore, the research revealed the nuances of being a woman in anthropological fieldwork and reflections that range from "being of" and "research in" the North region, advice marked by gender and power relations that communicate about clothing and behaviors during research, including issues such as jealousy, fear, violence and security strategies. It also highlighted the various forms of violence faced by anthropologists from the North region in their relationship with the main anthropology centers in Brazil.

Keywords: Anthropologists; Women in Science; North region; Colonialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Erminie Smith 36

Figura 2 - Alice Cunningham Fletcher 38

Figura 3 - Elsie Clews Parsons 40

Figura 4 - Ella Cara Deloria 44

Figura 5 - Zora Neale Hurston 46

Figura 6 -Ruth Landes 47

Figura 7 - Denise Paulme 49

Figura 8 - Germaine Tillion 50

Figura 9 - Germaine Dieterlen 51

Figura 10 - Gioconda Mussolini 53

Figura 11 - Heloisa Alberto Torres 55

Figura 12 - Jane Felipe Beltrão 59

Figura 13 - Flávia Melo 61

Figura 14 -Região Norte do Brasil 67

Figura 15 -Representação das Linhagens das professoras do PPGSA/UFPA 122

Figura 16: Conexões institucionais das professoras do PPGA/UFPA 128

Figura 17: Conexões institucionais das professoras do PPGAS/UFAM 133

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales
g.m. – grifos meus
G.P. – Grupo de Pesquisa
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
MN – Museu Nacional
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGCSPA – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política na Amazônia
PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SPVEA – Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRR – Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

A autora, o campo e os caminhos da pesquisa 16
Trabalho de campo em tempo de pandemia 18
Estrutura da tese 23

CAPÍTULO 01: UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NA ANTROPOLOGIA 31
1.1 O evolucionismo cultural e suas autoras: Erminnie Smith, Alice Fletcher e Elsie Clews Parsons 35
1.2 As alunas esquecidas de Franz Boas: Ella Deloria, Zora Hurston e Ruth Landes 41
1.3 Antropólogas francesas: Denise Paulme, Germaine Tillion e Germaine Dieterlen 48
1.4 Pioneiras da antropologia brasileira: Gioconda Mussolini e Heloisa Alberto Torres 52
1.5 Antropólogas da região norte do Brasil: as trajetórias de Jane beltrão e Flávia melo 57

CAPÍTULO 02: A ANTROPÓLOGA EM CAMPO 65
2.1 Ser "da" e pesquisar "na" região norte 66
2.2 O "kit machinho": quando a mulher é aceita, mas o femino não 73
2.3 Aliancas e fotografias 75
2.4 Risco e estratégias no trabalho de campo 79

CAPÍTULO 03: COLONIALISMOS ANTROPOLÓGICOS 88
3.1 O campo e os estudos de gênero 88
3.2 A antropóloga longe de casa 92
3.4 Colonialismos antropológicos 100
3.5 O norte não produz teoria 109
3. 6. Atrevidas e malcriadas 113

CAPÍTULO 04: MULHERES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA REGIÃO NORTE 116
4.1 Programa de pós-graduação em sociologia e antropologia - PPGSA da Universidade Federal do Pará – UFPA 118
4.2 Programa de pós-graduação em antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGA/UFPA 125

4.3 Programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal do Amazonas-PPGAS/UFAM 131
Considerações Finais 133
Referencias Bibliográficas 138

A AUTORA, O CAMPO E OS CAMINHOS DA PESQUISA

"Imagine o leitor que, de repente, desembarca sozinho numa praia tropical, perto de uma aldeia nativa, rodeado pelo seu material, enquanto a lancha ou pequena baleeira que o trouxe navega até desaparecer de vista" (Malinowski, 1978, p. 19).

Certa vez, ao realizar o meu primeiro trabalho de campo em uma vila ribeirinha no rio Amazonas, senti-me apreensiva enquanto via a embarcação se afastar. Naquela localidade, não havia celular, muito menos internet, e eles voltariam para me buscar duas semanas após a minha chegada. Naquele momento, refleti sobre a fala de Malinowski (1978) em seu trabalho de campo junto aos Trobriandeses e notei como os marcadores sociais de origem, trajetória e sexo nos tornavam diferentes.

Eu, mulher, 19 anos à época, nascida em Altamira, sudoeste do Pará, oriunda de camadas populares e vinculada a uma Universidade recém-criada na região Norte do Brasil, portava comigo uma aliança falsa e vários "conselhos" sobre como lidar com assédio, como evitar o ciúme das interlocutoras e como "ser da região" e pesquisar "na região" poderiam interferir no meu trabalho.

Na comunidade, era constantemente associada a alguém que parecia com os "nativos" e, certa vez, uma senhora comentou que me percebia como "*uma sobrinha que estudou na cidade e agora retornou de férias*". Enquanto os meus colegas tentavam se adaptar às comidas, espaços e contextos, eu considerava as comidas agradáveis e o ambiente confortável. No entanto, isso não impediu que meu olhar teórico e atento, produzisse reflexões sobre a comunidade em estudo. Longe de ser um obstáculo, minhas vivências e as interseccionalidades que moldam quem sou proporcionaram uma perspectiva única. Isso me permitiu identificar situações – novas ou antigas, mas vistas sob novas lentes – formular questionamentos e conduzir análises sob diferentes prismas, culminando, assim, nesta tese.

Assim, minha primeira experiência em campo não foi marcada pelo estranhamento ao local ou aos membros da comunidade, mas por um profundo desconcerto diante dos conselhos e práticas de pesquisa, há muito naturalizados na academia, que refletem as relações de gênero e poder no campo antropológico. Digo "refletem" porque, sendo uma mulher analisando outras mulheres, minha pesquisa é prontamente classificada como parte dos estudos de gênero. Se eu fosse um homem analisando antropólogos em campo, talvez esta tese não fosse enquadrada

nesse campo, mas considerada uma contribuição para a teoria antropológica, a história da ciência ou as técnicas e métodos da antropologia.

Anos depois, ainda durante minha graduação, tive a oportunidade de fazer um intercâmbio para uma universidade no Sudeste do Brasil. Ao chegar lá, fui frequentemente apresentada como sendo "da Amazônia", como se essa região fosse uma pequena vila, ignorando sua vasta extensão territorial heterogênea, composta por 772 municípios e uma enorme diversidade cultural. Tal situação me lembrou uma reflexão realizada por Telma Bemerguy (2019), que aponta que a região é constantemente descrita como “Amazônia”, fato que aciona um imaginário historicamente construído e, por vezes, idealizado, que tende a limitar a compreensão da complexidade da região, conforme pode ser visto a seguir:

> “Em boa parte dos circuitos acadêmicos localizados fora da região Norte, sobretudo no centro-sul, aprendi que o lugar de onde vim e onde fazia pesquisa indubitavelmente se chamava “Amazônia”, região para onde muitos colegas sonhavam em “viajar” para realizar seus “trabalhos de campo à la Malinowski” (Velho 1980: 14). Nesse contexto, me vi continuamente provocada a considerar o conjunto de generalizações históricas (Said, 1990) que incidia sobre o lugar que havia elegido como lócus para meu trabalho de campo, aprendendo na prática e a cada nova conversa sobre meus interesses de pesquisa, como a “Amazônia” não era um “terreno livre para o pensamento e ação” (Ibid). (Bemerguy, 2019, p.3).

Durante o período do intercâmbio, tornou-se evidente que não importava o meu estado ou cidade de origem, mas sim o fato de ser da Amazônia. Em várias situações, percebi que tentavam me encaixar no papel de um "outro exótico", sem considerar que, antes de tudo, eu era uma estudante de Antropologia. Com frequência, alunos da instituição perguntavam se eu era “paraíba” (termo pejorativo usado para se referir a pessoas do Nordeste do Brasil) ou se eu precisava de uma embarcação para chegar à minha universidade de origem. Essas interações abriram meus olhos para os preconceitos e, porque não dizer, colonialidades ainda presentes na relação que as regiões do centro-sul do Brasil mantêm com as regiões Norte e Nordeste.

É desafiador determinar como e quando surgiu meu interesse por esse tema de pesquisa. As diversas situações que vivenciei ao longo da minha jornada pessoal e acadêmica me sensibilizaram para essa temática, levando-me a observá-la nas discussões de antropólogas em congressos, mesas redondas, bancas de defesa de teses e dissertações, na literatura, na introdução das monografias, na ausência de mulheres nas ementas das disciplinas e no cotidiano da vida acadêmica. Nesse sentido, me aproximo teoricamente de Mariza Peirano (2014, p.378):

> “Desse episódio fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar porque

> alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos" (Peirano, 2014, p.378).

A tese "*A Antropóloga em Campo": uma etnografia sobre gênero e práticas de pesquisa na Região Norte*[1] *do Brasil* busca compreender as nuances da experiência feminina na antropologia, tanto no trabalho de campo quanto no ambiente acadêmico. O objetivo é aprofundar o entendimento sobre como as mulheres da Região Norte do Brasil contribuem para a disciplina, levando em conta as interseccionalidades de gênero, raça/etnia, geração, classe social e origem.

A pesquisa adota o conceito duplo de "campo", abrangendo tanto o trabalho de campo antropológico quanto o ambiente acadêmico. No âmbito do trabalho de campo, a pesquisa analisa como gênero e outras interseccionalidades influenciam as práticas e vivências das mulheres, incluindo metodologias, interações com interlocutores e coleta de dados. No contexto acadêmico, o estudo examina como essas dinâmicas afetam as oportunidades e desafios enfrentados pelas antropólogas na formação acadêmica e no reconhecimento profissional.

TRABALHO DE CAMPO EM TEMPO DE PANDEMIA

A pesquisa que originou esta tese foi realizada em Manaus, Amazonas, entre 2020 e 2023, com grande parte conduzida durante a pandemia de SARS-CoV-2. Dada a singularidade desse período, é essencial contextualizar o momento histórico para compreender os métodos e técnicas de coleta de dados utilizados, pois a pandemia trouxe desafios metodológicos que impactaram profundamente a condução da pesquisa, especialmente no que se refere ao contato direto com os interlocutores.

Em dezembro de 2019, unidades de saúde em Wuhan, China, relataram casos de pneumonia de causa desconhecida, ligados a um mercado de frutos-do-mar. Em 7 de janeiro de

[1] A pesquisa que deu origem a esta tese foi realizada com antropólogas da região Norte do Brasil. Entretanto, as situações narradas apresentam notável semelhança com a experiência de mulheres em uma ampla gama de campos disciplinares. O mesmo ocorre com o recorte geográfico; é perceptível que o colonialismo acadêmico não se limita a esse contexto específico, mas se estende a outras localidades. Nas narrativas coletadas durante a pesquisa, muitas antropólogas descreveram experiências de discriminação, desigualdade de oportunidades e falta de reconhecimento por seu trabalho. Essas experiências, embora específicas do campo da antropologia na região Norte, ecoam os desafios enfrentados por mulheres em outras disciplinas e áreas geográficas. O colonialismo acadêmico é uma realidade persistente que transcende fronteiras geográficas e disciplinares, afetando a inclusão, a permanência e a representação de diversos grupos dentro do ambiente acadêmico.

2020, as autoridades chinesas identificaram a doença como uma mutação do coronavírus, o SARS-CoV-2, posteriormente chamada de Covid-19 (Na Zhu et al, 2020, p. 727). Apesar das medidas de quarentena rígidas implementadas pelo governo chinês em 23 de janeiro de 2020, o vírus já havia se espalhado pela Ásia e, em seguida, pelo mundo (Chen et al, 2020, p. 470).

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu oficialmente o surto de coronavírus como uma pandemia sem precedentes na atualidade, com impactos em todas as esferas da vida humana. Nesse período, a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, situado na região amazônica brasileira, que abrange cerca de 60% do território nacional, emergiu como um dos epicentros da epidemia de COVID-19, com um aumento abrupto nas taxas de mortalidade.

Em meio ao crescimento vertiginoso dos casos da doença e à demanda sem precedentes por atendimento hospitalar, os sistemas de saúde da região foram sobrecarregados. Em janeiro de 2021, os hospitais enfrentaram uma escassez aguda de cilindros de oxigênio, um recurso vital para o tratamento de pacientes graves de COVID-19.

A situação tornou-se ainda mais dramática quando surgiram relatos de pacientes morrendo por falta de oxigênio. As imagens de familiares desesperados implorando por ajuda e carregando cilindros vazios pelas ruas tornaram-se símbolos da tragédia que se desenrolava na cidade. Enquanto valas comuns eram cavadas em Manaus para acomodar o crescente número de vítimas, o presidente à época, Jair Messias Bolsonaro adotava uma postura negacionista quanto à gravidade do vírus, conforme registrado por Oro e Alves (2020):

> "Não há motivo para pânico" (6/3/2020);"Estão superdimensionado o poder destruidor deste vírus" (9/3/2020); "Outras gripes mataram mais do que essa" (11/3/2020); "Depois da facada não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar" (20/3/2020); "infelizmente algumas mortes terão. Paciência" (27/3/2020); "É a vida. Todos nós iremos morrer um dia"(29/3/2020); "E daí? Eu sou messias, mas não faço milagre" (28/4/2020); "Vai morrer muitos (em razão do vírus) mas muito mais se a economia continuar destroçada por essas medidas (de isolamento social)" (14/5/2020) (Oro E Alvez, 2020, p. 129).

Jair Bolsonaro se posicionou publicamente contra o isolamento social e o uso de máscaras, além de promover a cloroquina como uma suposta solução para a COVID-19, apesar de sua eficácia ter sido negada pela Organização Mundial da Saúde com base em numerosas pesquisas científicas. Em 13 de agosto de 2020, em um discurso proferido em Belém, no Pará, referindo-se às mais de 100 mil mortes pela COVID-19 no Brasil, Bolsonaro afirmou: "Caso tivessem sido tratadas com cloroquina lá atrás, essas vidas poderiam ter sido preservadas" (Oro e Alves, 2020 apud Behnke & Paraense, 2020).

A pandemia desencadeou uma série de efeitos devastadores na economia global, provocando recessão, desemprego em massa e o colapso de empresas em diversos setores. Além disso, a crise econômica resultante aprofundou ainda mais as desigualdades sociais, afetando desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade. Trabalhadores informais, minorias étnicas, mulheres, idosos e pessoas em situação rua foram particularmente impactados, enfrentando dificuldades adicionais no acesso a recursos básicos, serviços de saúde e proteção social.

Escrever uma tese de doutorado durante uma pandemia global, em um dos epicentros da COVID-19, sob um governo de extrema-direita que recorrentemente atacou as instituições de ensino e pesquisa, foi uma empreitada desafiadora. O medo da doença, as mortes de amigos e familiares, as constantes desinformações sobre o vírus e as vacinas, o isolamento social e a incerteza quanto ao futuro acadêmico e profissional tiveram um forte impacto na minha saúde física e mental, além de comprometer o andamento da pesquisa.

Diante desse cenário desafiador, recorri aos recursos disponíveis para garantir a continuidade da pesquisa sem comprometer a integridade das participantes. Dessa forma, adotei uma abordagem multifacetada, que incluiu a revisão bibliográfica de livros, artigos e monografias, o levantamento de dados em diversas plataformas e a realização de entrevistas por videoconferência. Essa adaptação metodológica permitiu a coleta eficaz de informações, ao mesmo tempo, em que assegurou o cumprimento das medidas de segurança necessárias durante a pandemia.

Em função do contexto pandêmico, a investigação bibliográfica tornou-se especialmente relevante. O levantamento realizado abrangeu uma ampla gama de literatura pertinente ao tema, incluindo artigos, livros, teses e dissertações. Além disso, a diversidade linguística das fontes utilizadas — incluindo documentos em inglês, espanhol e francês — foi uma estratégia para superar a escassez de traduções disponíveis em português.

Além da pesquisa bibliográfica, foram coletados e analisados dados das plataformas Sucupira e Lattes, que oferecem informações detalhadas sobre a produção acadêmica e a formação das pesquisadoras, incluindo currículos, publicações e projetos de pesquisa. Também foram examinadas as páginas oficiais dos cursos de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse levantamento envolveu a análise das estruturas curriculares, linhas de pesquisa e áreas de atuação dos docentes e discentes desses programas, fornecendo uma visão abrangente das oportunidades acadêmicas e das dinâmicas institucionais que moldam a formação e a produção

de conhecimento antropológico na região. Complementarmente, foi realizado um levantamento sistemático dos títulos das teses e dissertações defendidas por antropólogas entre 2020 e 2023.

A pesquisa também incluiu a realização de entrevistas por videoconferência[2], uma adaptação necessária devido à inviabilidade das entrevistas presenciais tradicionais em razão das medidas de distanciamento social. Como ressaltam Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p. 961), esse formato de entrevistas online oferece benefícios significativos, como um maior alcance geográfico, permitindo a participação de interlocutoras em diversas localidades. Além de proporcionar economia de recursos e garantir maior segurança para participantes e pesquisadores durante a pandemia, as videoconferências também possibilitaram a investigação de tópicos sensíveis ao permitir entrevistas em ambientes privados e confortáveis para as interlocutoras. Ademais, proporcionaram um ambiente controlado e eficiente para a coleta de dados.

Para estabelecer o contato com as interlocutoras, foram enviadas mensagens eletrônicas contendo informações sobre a pesquisadora, a finalidade da pesquisa e seus objetivos, além de um convite para participar das entrevistas. O processo de seleção das interlocutoras priorizou a diversidade entre as participantes, abrangendo diferentes idades, cidades e temas de pesquisa dentro da região Norte do Brasil.

Diversos convites foram enviados para as participantes da pesquisa; alguns não receberam resposta, enquanto outros, apesar de uma resposta positiva inicial, não se concretizaram devido a dificuldades tecnológicas. Apesar desses desafios, foram realizadas 12[3] entrevistas virtuais com antropólogas que nasceram ou foram criadas na região Norte desde a infância. Das participantes, 7 são originárias do Pará e 5 do Amazonas. Elas pertencem a diferentes gerações, variando desde as nascidas na década de 1950 até as da década de 1990. Esse intervalo etário diversificado proporcionou uma perspectiva abrangente sobre as experiências das antropólogas ao longo de várias décadas.

---

[2] As plataformas utilizadas para as videoconferências foram Google Meet, Skype, Zoom e o WhatsApp.

[3] Todas as 12 antropólogas participantes da pesquisa realizaram a graduação na região Norte do Brasil, principalmente na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e na Universidade Federal do Pará (UFPA), em áreas como Antropologia, Ciências Sociais, História, Letras, Psicologia e Biblioteconomia. Na pós-graduação, a maioria optou por permanecer na região Norte: sete fizeram mestrado na UFAM em Antropologia Social, Sociologia, e Sociedade e Cultura, e duas na UFPA em Linguística e Antropologia. Três interlocutoras buscaram programas fora da região: uma na Universidade de Brasília (UNB), outra na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a terceira no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para o doutorado, a distribuição foi mais diversificada: quatro permaneceram na UFAM, uma na UFPA, três foram para a UNICAMP, duas para o UFRJ e uma para a Universidade de São Paulo (USP).

As entrevistas semiestruturadas abordaram as trajetórias pessoais e profissionais das interlocutoras, explorando como elas tiveram contato com a Antropologia, os desafios enfrentados durante a graduação e a pós-graduação, e suas experiências no trabalho de campo.

Embora a pesquisa virtual tenha apresentado benefícios, surgiram obstáculos significativos, especialmente em relação aos desafios técnicos. Problemas iniciais com as tecnologias, como dificuldades com aplicativos de videoconferência, falhas nos aplicativos de gravação, problemas de captação de som e instabilidade na conexão de internet, resultaram na perda de algumas gravações de entrevistas. Como consequência, restaram apenas anotações no caderno de campo.

Para além dos desafios técnicos enfrentados durante a pesquisa, surgiram questões teóricas e metodológicas significativas, especialmente no que diz respeito à revelação ou não da identidade das interlocutoras no texto. Dado que o número de profissionais de antropologia na região Norte é relativamente pequeno, especialmente mulheres, tomei a decisão de utilizar uma nomenclatura que garantisse a confidencialidade e a privacidade ao tratar de temas sensíveis. Assim, as participantes foram identificadas como "Antropóloga 01" ou "Antropóloga 03" para assegurar o anonimato.

No entanto, essa abordagem gerou um novo dilema: proteger a identidade das participantes não se limita a ocultar seus nomes, mas também envolve evitar qualquer forma de identificação indireta. Enfrentei um grande desafio ao decidir se deveria ocultar informações adicionais, como os locais de pesquisa, temas de estudo, e locais de nascimento ou formação, para garantir que as interlocutoras não fossem identificadas. Essa precaução era necessária para proteger a privacidade das participantes, mas trouxe uma consequência significativa para o estudo.

A falta de contextualização pode comprometer a riqueza e a profundidade da análise, dificultando a compreensão das nuances das experiências relatadas pelos leitores. Encontrar o equilíbrio entre garantir a confidencialidade e fornecer um contexto adequado para a compreensão completa dos dados foi um processo desafiador, mas é crucial para a integridade do estudo.

Durante a apresentação desta pesquisa em um evento científico, uma pergunta chamou particularmente a minha atenção: "*Como, enquanto antropóloga da região Norte, você se inseriu no texto? Ou você descartou as suas experiências para se colocar apenas no papel de observadora/autora?".* Essa questão destacou a necessidade de refletir sobre a minha própria inserção no estudo e a relevância de narrar minhas experiências pessoais e profissionais.

A pergunta levantada levou-me a reconhecer a importância de incluir minhas experiências pessoais e profissionais no texto, não apenas como observadora e autora, mas também como sujeito da pesquisa. Para atender a essa necessidade, optei por narrar minhas próprias experiências por meio de uma entrevista, que foi gravada e transcrita. Esse passo permitiu que eu compartilhasse minha trajetória, meus desafios e minhas reflexões sobre minha atuação como antropóloga da região Norte. Dessa forma, minha narrativa pessoal passou a integrar o quadro das participantes da pesquisa.

Além das entrevistas, também foram realizadas conversas informais com antropólogos de outras regiões e com pesquisadores, homens e mulheres, de diversos campos científicos. Essas interações adicionais forneceram uma perspectiva mais ampla e diversificada sobre as experiências das mulheres nas ciências.

ESTRUTURA DA TESE

O primeiro capítulo, intitulado "*Uma História das Mulheres na Antropologia*", visa resgatar os nomes e as contribuições de antropólogas cujas realizações foram "esquecidas" no cânone da disciplina. Utilizando como base teórica os trabalhos de Hough (1923), Harding (1987 e 1993), Dutton (1993), Prater (1995), Corrêa (1995, 1997 e 2003), Healey (1996), Hoffmann (1998), Motta-Maués (1999), Héritier (1999), Schienbinger (2001), Lamphere (2001), Abreu (2003), Spielmann (2003), Grossi (2006), Chiacchi (2007), Löwy (2009), Silva (2012), Franceschi (2014), Tarducci (2015), Citel (2015) e Perrone-Moisés (2021), o capítulo levanta questões cruciais: quem foram as pioneiras da antropologia ao longo do tempo? Quais foram suas contribuições e por que são raramente mencionadas nas ementas de teoria antropológica nos centros de pós-graduação em Antropologia pelo Brasil?

A aparente ausência de mulheres na história da antropologia não reflete a inexistência de pesquisadoras ou a sutileza de suas contribuições, mas resulta do que Mariza Peirano (2003) descreve como "esquecimento" nos registros da disciplina. Frequentemente, as contribuições das antropólogas pioneiras são negligenciadas e muitas vezes elas são relegadas às posições de esposas, alunas ou assistentes de pesquisa. Essa marginalização histórica impediu que muitas mulheres recebessem o reconhecimento merecido, apesar de suas notáveis realizações no campo da antropologia.

O capítulo destaca as trajetórias e contribuições essenciais das mulheres na história da antropologia. Inicia-se com autoras do período evolucionista, como Erminnie Smith, Alice Fletcher e Elsie Clews Parsons. Em seguida, são abordadas as culturalistas notáveis, como Ella Cara Deloria, Zora Neale Hurston e Ruth Landes. O texto também explora o trabalho das antropólogas francesas, como Denise Paulme, Germaine Tillion e Germaine Dieterlen. Além disso, relembra Gioconda Mussolini e Heloisa Alberto Torres como pioneiras na Antropologia Brasileira, e destaca Jane Beltrão e Flávia Melo como proeminentes antropólogas da região norte do Brasil.

O capítulo intitulado "*A Antropóloga em Campo*" explora as experiências das interlocutoras durante suas pesquisas de campo. A reflexão inicial foca na região Norte do Brasil, onde essas pesquisadoras nasceram e realizam seus estudos, para entender como a proximidade com o campo de estudo pode influenciar a prática da antropologia.

O capítulo destaca a vasta diversidade geográfica, cultural e econômica da região Norte, que abrange vários estados com características distintas. Esse cenário evidencia que o conhecimento e o pertencimento estão imersos em interseccionalidades como gênero, classe e raça. Nascer na região ou no grupo étnico pesquisado não garante automaticamente o reconhecimento da pesquisadora como nativa. Embora a familiaridade com o campo possa facilitar a pesquisa, também pode gerar desafios e obstáculos adicionais.

Durante a pesquisa, ama interlocutora mencionou que optou por omitir certas situações em suas etnografias por receio de que sua identidade feminina e as experiências associadas pudessem afetar negativamente a aceitação e a legitimidade de seu trabalho. Ela temia que esses relatos pudessem desviar a atenção da análise principal. Esse depoimento leva à reflexão de que, embora as etnografias contemporâneas abordem experiências e dificuldades enfrentadas no campo, essas narrativas provêm frequentemente de uma perspectiva masculina predominante, estabelecendo um padrão normativo.

Assim, o capítulo visa preencher tal lacuna, ao observar como gênero e as interseccionalidades de raça, classe e origem moldam a prática e as experiências das mulheres no trabalho de campo antropológico. Ele busca destacar as nuances e desafios específicos enfrentados por essas pesquisadoras, muitas vezes não documentados ou discutidos. Além disso, o capítulo investiga os conselhos transmitidos às mulheres na academia, incluindo orientações sobre vestimentas e comportamentos esperados, bem como questões mais complexas como enfrentamento de ciúmes, medo, violência e adoção de estratégias de segurança.

O terceiro capítulo, nomeado de "*Colonialismos Antropológicos*", utiliza o conceito de campo científico de Pierre Bourdieu (1976), a categoria de gênero de Joan Scott (1995) e a noção de colonialidade de María Lugones (2008) para refletir sobre as relações de poder no âmbito acadêmico. O capítulo integra essa perspectiva à crítica feminista decolonial, incorporando as contribuições de autoras como Spivak (1985), Oyěwùmí (2004), Vargas-Monroy (2010), Ruiz (2016), Collins (2016), Mohanty (2020), Miñoso (2020) e Carneiro (2005), para explorar a interseção entre gênero e colonialidade.

O capítulo explora como o campo científico, conforme definido por Bourdieu, é moldado por relações de poder e prestígio social, que influenciam a produção e o reconhecimento do conhecimento. Analisa-se como essas dinâmicas estão enraizadas nas relações histórico-sociais e como o passado colonial da sociedade brasileira continua a impactar o ambiente acadêmico. Utilizo Joan Scott para aprofundar o pensamento de Bourdieu, pois Scott expande o conceito de gênero ao integrar a noção de poder. Para Scott, o gênero não é uma característica fixa, mas uma construção histórica e social sujeita a disputas e repressões. Assim, questões de gênero são intrínsecas às relações de poder e influenciam as oportunidades e o reconhecimento acadêmico.

Nesse contexto, ao investigar as experiências das antropólogas oriundas de classes populares, racializadas e provenientes de regiões periféricas, evidencia-se que o campo científico é moldado por relações de poder profundamente entrelaçadas com questões de gênero, raça e classe social. Essas antropólogas enfrentam uma série de obstáculos estruturais que refletem tanto as hierarquias acadêmicas quanto as dinâmicas de opressão social mais amplas. O poder que regula o campo científico é mediado por normas sociais, históricas e culturais que criam barreiras para a entrada, o reconhecimento e a ascensão dessas mulheres na academia.

A colonialidade, enquanto legado da colonização (Lugones, 2008), desempenha um papel central nesse processo. Ela influencia as formas de produção de conhecimento e molda as práticas institucionais do campo científico, criando uma hierarquização dos saberes que privilegia as epistemologias hegemônicas. Na sociedade brasileira, marcada pela herança colonial, essas barreiras se manifestam de maneira intensa, impondo limitações regionais que marginalizam produções de conhecimento fora dos grandes centros urbanos e, em particular, do eixo Centro-Sul do país.

Antropólogas oriundas de regiões periféricas, como o Norte do Brasil, são frequentemente tratadas como meras "coadjuvantes" no processo de construção do

conhecimento. Muitas vezes, suas pesquisas e perspectivas teóricas são desvalorizadas ou invisibilizadas, enquanto pesquisadores do Centro-Sul — em geral, de instituições mais prestigiadas — são considerados os verdadeiros "produtores" do conhecimento científico. Esse desequilíbrio reflete uma visão colonialista que enxerga essas regiões apenas como campos de estudo, e não como fontes legítimas de teorias e saberes científicos.

Além disso, as narrativas dessas antropólogas revelam que as barreiras de gênero e raça se sobrepõem, agravando as dificuldades enfrentadas no ambiente acadêmico. A noção de competência científica, como apontado por Pierre Bourdieu, está fortemente vinculada às hierarquias sociais e à acumulação de capital cultural. No entanto, para mulheres racializadas e de classes populares, a acumulação desse capital é particularmente desafiadora, uma vez que elas têm acesso limitado às redes de prestígio e poder que regulam o campo científico. Essas barreiras estruturais dificultam tanto o acesso ao financiamento quanto a possibilidade de reconhecimento de suas contribuições teóricas e metodológicas.

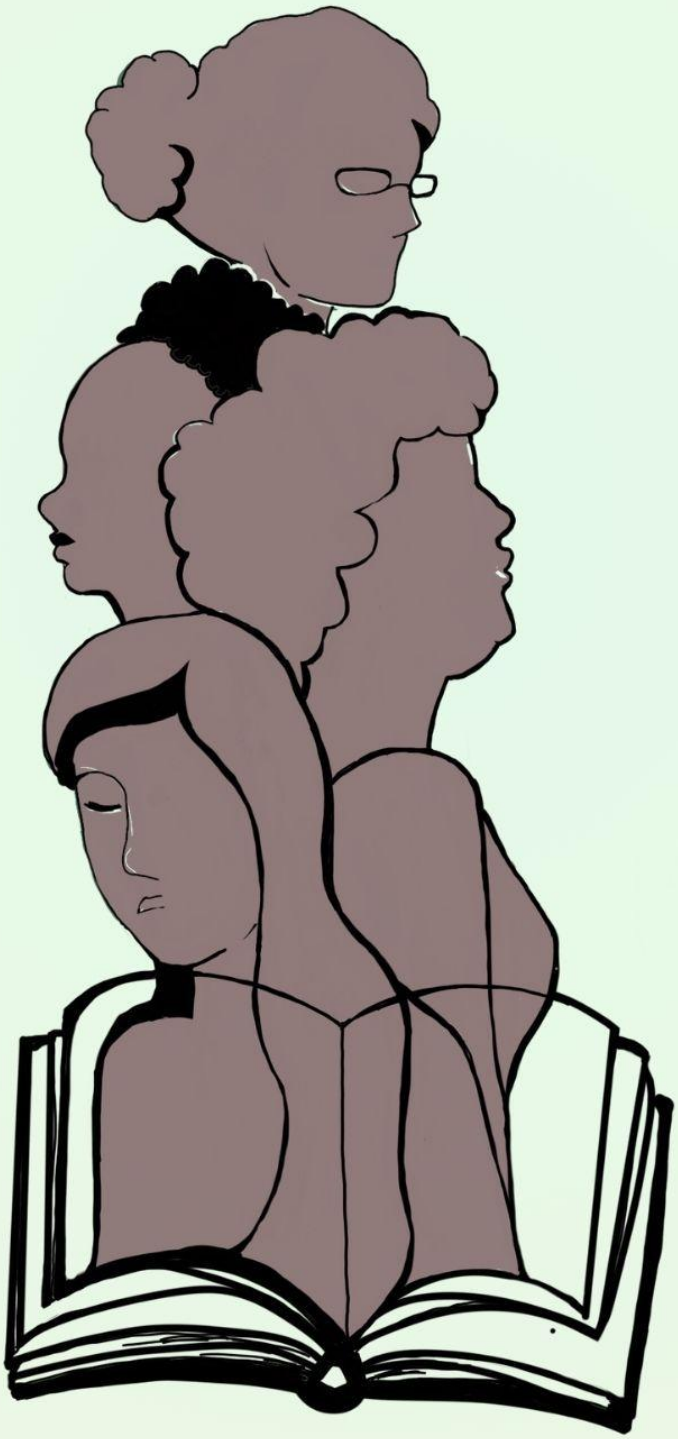
Por fim, as experiências das antropólogas revelam que as dinâmicas do campo científico reproduzem, de forma evidente, comportamentos colonialistas, amplamente aceitos e naturalizados. As barreiras regionais e os vieses epistemológicos que marginalizam pesquisadoras do Norte são exemplos dessas práticas colonialistas, que perpetuam a ideia de que o conhecimento científico legítimo é produzido apenas em grandes centros acadêmicos. A luta dessas antropólogas, portanto, é não apenas por reconhecimento individual, mas pela transformação estrutural do campo científico, de modo a torná-lo mais inclusivo, plural e receptivo às diversas formas de produção de conhecimento.

O quarto e último capítulo procura fornecer uma visão geral das trajetórias acadêmicas e profissionais das mulheres nos programas de pós-graduação em Antropologia da região Norte, com foco nos seguintes programas: o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e o Programa de Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), e o Programa de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O capítulo realiza um levantamento das docentes e discentes desses programas, explorando suas formações acadêmicas, áreas de pesquisa e contribuições para o campo da Antropologia na região.

O texto também aborda a consolidação da pesquisa e do ensino em Antropologia no Brasil, destacando a expansão dos centros de Antropologia na região Norte e analisando a presença e o papel das mulheres nos programas de pós-graduação.

Capítulo 01

UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NA ANTROPOLOGIA



CAPÍTULO 01: UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NA ANTROPOLOGIA

O campo científico foi construído sobre bases quase exclusivamente masculinas, com práticas e pensamentos que, ora impediram, ora ocultaram as contribuições das mulheres ao longo do tempo (Schienbinger, 2001; Silva, 2012; Citeli, 2015; Löwy, 2009; Harding, 1987 e 1993).

Ao examinar a trajetória das mulheres na ciência, Londa Schiebinger (2001, p. 61) observa que "as universidades, desde sua fundação no século XII até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, não foram boas instituições para mulheres, que eram sistematicamente excluídas do estudo acadêmico". A exclusão das mulheres era a norma, como evidenciado por Schiebinger (2001):

> "Desde sua fundação, até 1945, a única mulher membro permanente da Royal Society foi um esqueleto em sua coleção anatômica. A Académie Royale des Sciences em Paris, fundada em 1666, recusou-se a admitir a premiada matemática Sophie Germain (1776-1831); mesmo a ilustre física do século XX, Marie Curie, foi vetada. Tampouco a Societas Regia Scientiarum em Berlim admitiu a conhecida astrônoma Maria Winkelman (1670-1720)" (Schiebinger, 2001, p.64).

A autora destaca que apesar dessas barreiras, algumas mulheres pertencentes às elites da época, conseguiram estudar e lecionar em universidades a partir do século XIII, especialmente na Itália. Contudo, o modelo italiano de educação superior, que permitia a algumas mulheres participar dessas instituições, não se espalhou para outras partes da Europa. Mesmo na Itália, essa tradição não perdurou. Por volta de 1800, as mulheres começaram a ser amplamente excluídas das instituições de ensino superior em toda a Europa, consolidando o domínio masculino nas universidades.

A Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII teve um papel significativo na marginalização das mulheres na esfera científica, já que nesse período surgiram e se consolidaram instituições e ideologias que restringiam a participação feminina na ciência. Segundo Schienbinger (2001, p.69): "as instituições científicas, como universidades, academias e indústrias, foram estruturadas com a suposição de que os cientistas seriam homens com esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias".

O funcionamento coeso do ambiente acadêmico e laboral dependia do trabalho não reconhecido e não remunerado de mulheres (mães, irmãs ou esposas) que desempenhavam papéis essenciais voltados ao cuidado. Tal apoio criava condições propícias para o avanço nas carreiras dos homens.

Apesar de serem impedidas de frequentar formalmente a academia nos primeiros anos da Revolução Científica, mulheres da elite encontravam maneiras de participar ativamente da ciência. Elas colecionavam curiosidades científicas, se envolviam em redes acadêmicas por meio de eventos sociais, ofereciam patrocínio e organizavam encontros que funcionavam como centros de intercâmbio científico.

No contexto da ciência do século XVIII, mulheres das camadas populares, sem acesso à educação formal, se empenhavam em diversas áreas por meio do estudo prático. Algumas se dedicavam ao estudo de plantas, chás e unguentos, enquanto outras atuavam como parteiras e artesãs. Schiebinger (2001, p. 66) destaca que muitas dessas mulheres contribuíram para a ciência por meio das oficinas artesanais, onde "a contribuição dependia menos de conhecimentos teóricos e mais de inovações práticas em ilustração, cálculo ou observação", conforme a autora:

> "(...) Na Alemanha, algumas das inovações mais interessantes vinham de artesãs. A força das artesãs na Alemanha explica o fato notável de que entre 1650 e 1710 cerca de 14 por cento de todos os astrônomos alemães eram mulheres - uma porcentagem mais alta do que na Alemanha de hoje. A Astronomia não era uma guilda, mas o astrônomo alemão do início do século XVIII tinha grande semelhança com o mestre ou aprendiz de guilda, e a organização artesanal da astronomia proporcionou às mulheres uma proeminência nesse campo. Ensinadas por seus pais e com frequência observando seus maridos, as mulheres astrônomas nesse período trabalhavam, principalmente, em observatórios de família - algumas no ático da casa familiar, algumas nos telhados de casas vizinhas, outras nos muros da cidade" (Schiebinger, 2001, p.67).

No século XIX, a crescente profissionalização da pesquisa e a rígida separação entre esferas públicas e privadas resultaram no afastamento progressivo das mulheres do ambiente acadêmico. De acordo com Silva (2012), durante esse período, as mulheres eram impedidas de frequentar universidades e não podiam participar da pesquisa científica, nem mesmo como auxiliares. Embora as universidades tenham surgido no século XII, foi apenas no final do século XIX e início do século XX que começaram a admitir mulheres como estudantes e docentes. Desse modo, Schiebinger (2001, p. 70) aponta que, com a crescente profissionalização da ciência, as mulheres enfrentavam duas alternativas principais:

> "Buscar formação e certificação nas universidades, um caminho que só começou a se concretizar no final do século XIX, ou permanecer na esfera familiar. Nesta última opção, elas podiam aprender e contribuir discretamente como assistentes de seus maridos ou irmãos cientistas. Nesse contexto, o casamento se tornou um caminho informal para a ciência para muitas mulheres. Elas frequentemente colaboravam com seus maridos em diversas tarefas, como catalogação, medição e cálculo, desempenhando papéis essenciais, mas muitas vezes invisíveis" (Schiebinger, 2001, p. 71).

As mulheres só conseguiram ingressar em carreiras científicas modernas após o impulso dos movimentos feministas das décadas de 1870 e 1880, que pressionaram as universidades a abrirem suas portas. Todavia, a verdadeira transformação começou nas décadas de 1960 e 1970, quando uma série de fatores ajudou a aumentar a participação feminina na ciência.

Na antropologia, essa realidade não foi diferente, com uma história, autores e interlocutores predominantemente masculinos, o que relegou as vozes femininas ao apagamento. A aparente ausência de mulheres na antropologia não se deve à inexistência de pesquisadoras, mas sim ao "esquecimento" dos nomes das antropólogas nos anais da disciplina. Frequentemente relegadas à condição de esposas, alunas ou assistentes de pesquisa, essas mulheres foram privadas do merecido reconhecimento histórico.

Dentre as esposas, Marisa Corrêa (1997, p.72), no livro "antropólogas e antropologias", menciona Dina Dreyfus[4], professora da Universidade de Paris, egressa dos quadros do Museu do Homem. Ela viajou ao Brasil com Claude Lévi-Strauss para a recém-criada universidade de São Paulo, em 1935. Ao destacar as contribuições de Dina para a antropologia brasileira, Spielmann (2003) menciona as suas conferências, introdução ao pensamento dos autores Marcel Mauss e Loewie, planejamento de manuais de etnografia, além do trabalho de campo realizado pelo "casal Lévi-Strauss" entre os Bororó e os Kaduveu. "A responsável pelo trabalho científico desde a primeira dessas atividades até a última? Dina Lévi-Strauss, segundo todos os arquivos e fontes da época consultados" (Spielmann,2003, p. 3004). Contudo, nas poucas vezes em que é referenciada, aparece como "esposa de Lévi-Strauss[5]".

A identificação das mulheres como "esposas" é recorrente nas referências a antropólogas que colaboraram em pesquisas com seus maridos. Corrêa (1997, p.72) menciona outros exemplos, como "a esposa de Donald Pierson, a esposa de Charles Wagley, a esposa de David Maybury-Lewis, a esposa de Darcy Ribeiro, a esposa de Eduardo Galvão, a esposa de Robert Murphy etc.

O trabalho invisibilizado das "esposas" remonta ao período de profissionalização da ciência, quando o ingresso nas Universidades ainda era restrito aos homens e algumas mulheres encontraram na esfera familiar, a oportunidade de participar do campo científico como assistentes de seus maridos ou irmãos cientistas. Conforme destaca Schienbinger (2001, p.70):

---

[4] Em depoimento ao Projeto História da Antropologia no Brasil, Antonio Rubbo Müller identifica o Curso de Etnografia de Dina Lévi-Strauss como o primeiro curso que tratava desse tema (VALENTINI, 2009).

[5] Com o divórcio, Dina Dreyfus escolhe ser chamada pelo seu nome de solteira com o objetivo de desvincular suas atividades e as de Lévi-Strauss, frequentemente referenciadas como o "casal Lévi-Strauss".

> “Essas mulheres talentosas, entre elas Margaret Huggins (esposa do astrônomo britânico Wiiliam Huggins), Edith Clements (esposa do ecologista Frederic Clements), e talvez, também, Mileva Maric (esposa de Albert Einstein), contribuíram silenciosamente para as carreiras de seus maridos, um fenômeno que persiste ainda hoje. Este tornou-se o padrão normal para mulheres trabalhando em ciência no século XIX até o século XX” (SCHIENBINGER, 2001, p.70).

Certas antropólogas tiveram os seus nomes esquecidos pela história, e suas contribuições ecoam apenas por meio da referência aos seus orientadores. Entre elas destacam-se Denise Paulme, Germaine Tillion e Germaine Dieterlen, frequentemente mencionadas como alunas do antropólogo Marcel Mauss, uma das figuras proeminentes da Escola Francesa de Antropologia.

O mesmo ocorreu com as alunas de Franz Boas, figura proeminente do culturalismo Norte-Americano, que desempenhou um papel crucial na formação de diversas antropólogas. Entre as suas alunas mais reconhecidas estão Margaret Mead e Ruth Benedict. No entanto, pesquisadoras como Ella Deloria, Zora Hurston e Ruth Landes, tiveram os seus nomes apagados da história, sendo referenciadas apenas como "alunas de Boas[6]".

No que tange às colaboradoras, faz-se menção a Elizabeth Frazer, frequentemente chamada de Layd Frazer, que desempenhou um papel fundamental na tradução e divulgação da obra de seu marido, James Frazer, como destaca Sobral (2018):

> “Percorrendo inúmeros arquivos e bibliotecas na França e na Inglaterra, pude reunir um pouco mais de 1400 cartas, uma prova incontestável da rede vigorosa que ligava Frazer aos intelectuais, escritores e editores franceses, entre eles Marcel Mauss, Claude Aveline e Paul Geuthner, além dos já citados. Nessa massa de documentos, um fato se distingue: a maior parte das cartas foi enviada ou recebida por Lady Frazer, não por seu marido. Trata-se de uma informação capital, que a identifica como um dos personagens mais importantes, senão o mais importante, dessa rede da qual ela era sem dúvida o pivô. A partir da virada do século, todas as traduções francesas da obra de Frazer foram realizadas ou coordenadas por ela, que contava com a carta branca de Macmillan, o editor inglês de seu marido” (SOBRAL, 2018, P.54).

O desiderato deste capítulo reside em evidenciar a presença das mulheres na antropologia, bem como suas trajetórias e contribuições para a disciplina. Tendo início com as autoras evolucionistas, como Erminnie Smith, Alice Fletcher e Elsie Clews Parsons, passando pelas culturalistas, como Ella Cara Deloria, Zora Neale Hurston e Ruth Landes, e as antropólogas francesas, como Denise Paulme, Germaine Tillion e Germaine Dieterlen. Dentre as pioneiras da Antropologia Brasileira estão Gioconda Mussolini e Heloisa Alberto Torres, e

[6] A relação de paternalismo entre Franz Boas e suas alunas era tanta que elas o chamavam de "Papa Boas".

para concluir narro a trajetória de Jane Beltrão e Flávia Melo, antropólogas região Norte do Brasil.

1.1 O EVOLUCIONISMO CULTURAL E SUAS AUTORAS: ERMINNIE SMITH, ALICE FLETCHER E ELSIE CLEWS PARSONS

A narrativa canônica da Antropologia tem seu nascedouro no evolucionismo cultural, corrente teórica que alcançou notoriedade nos Estados Unidos e Inglaterra, na segunda metade do século XIX. Emana da crença de que "em todas as partes do mundo, a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos e obrigatórios, numa trajetória basicamente unilinear e ascendente" (CASTRO, 2005).

No período formativo da disciplina houve uma pequena abertura para o ingresso de mulheres na antropologia, estas, em geral eram pertencentes às elites e possuíam poucas oportunidades de inserção no cenário acadêmico, como menciona Louise Lamphere (2001, p.128), "excluídas dos centros intelectuais da disciplina, as mulheres forjaram suas contribuições por meio de atividades fora das universidades". Nesse contexto surgem pesquisadoras vinculadas a museus, instituições ou associações de pesquisa, como Erminnie Smith, Alice Fletcher e Elsie Parsons.

Devido à ausência dessas antropólogas no corpo docente das prestigiadas instituições de pós-graduação, suas notáveis contribuições encontraram pouco eco na formação da subsequente geração de antropólogos daquela época. O processo de reconhecimento e valorização dessas autoras, por sua vez, é um fenômeno recente, remontando aos últimos 15 anos.

Erminie Adelle Platt Smith nasceu em 1836 em Nova York, geóloga de formação, casou-se com Simeon Smith com quem teve quatro filhos. Fundou a *Aeshetic Society of New Jersey* em 1879, onde ministrava conferências e aulas. Por conta da sua formação em geologia dedicou-se a estudar o uso de jades em diferentes culturas. Conforme Mónica Tarducci (2015):

> "En particular le interesaba la cultura de los iroqueses. Si bien nunca recibió entrenamiento formal em antropología, por su reputación y contactos personales contó con la ayuda del Bureau of American Ethnology (BAE) cuyo director la entrenó y financio parcialmente. Al mismo tiempo Lewis Morgan, pionero del estudio de los iroqueses, la introdujo en el tema y la aconsejó" (Jayanti, 1989; apud TARDUCCI, 2015, p.64).

Ela se tornou pioneira ao empreender a primeira incursão etnográfica entre os Tuscarora, no estado de Nova York, e como resultado do seu trabalho de campo, publicou um abrangente dicionário iroquês-inglês, abarcando mais de quinze mil palavras. Além disso, lançou um notável livro intitulado "*Myths of the Iroquois*" em 1883, no qual analisa os costumes, mitos e práticas de feitiçaria entre os Iroqueses (TARDUCCI, 2015, p. 64).

Ademais, Smith foi a primeira antropóloga a ter um artigo publicado na prestigiosa revista Science, da American Association for the Advancement of Science (AAAS), em 1885, também foi pioneira ao adotar a prática de treinar um informante local para atuar como seu assistente durante o trabalho de campo, uma abordagem que posteriormente foi seguida tanto por Alice Fletcher como por Edward Sapir (TARDUCCI, 2015, p. 64).

Figura 1 Erminie Smith

Fonte: (Smithsonian Institution, 1881)

Alice Fletcher, nasceu em 15 de março de 1838, durante uma breve estadia de seus pais na ilha de Cuba. Ouvimos pela primeira vez sobre as atividades de Fletcher por volta de 1880, "quando ela criou um sistema de empréstimos em pequena escala, visando auxiliar os povos indígenas na aquisição de terras e na construção de suas moradias" (HOUGH, 1923, p.254).

O pensamento predominante na corrente evolucionista considerava essencial registrar o máximo de informações sobre os povos considerados "primitivos" antes de seu suposto

desaparecimento, o que criou uma pequena abertura para a inserção feminina na antropologia. Cabia as mulheres a coleta de dados sobre mulheres e crianças "selvagens". Fletcher fez uso de tal argumento para conquistar seu espaço no campo antropológico, como evidenciado na carta enviada por ela ao diretor da Bureau of Ethnology:

> "*Maj. J. W. Powell [Director, Bureau of Ethnology], Dear Sir, I am about [to travel] for the far West to devote myself to the investigation of the life of Indian women.... I wish to get at Indian women's lives from the inside, and as the segregation of the sexes is marked among barbarous people, I trust that being a woman I may be able to observe and record facts and conditions that are unknown or obscure owing to the separateness of the male and female life*" (ROHDE, FLETCHER e STEVENSON, 2000)[7].

Conforme Tarducci (2015), por volta de 1878 ela conheceu Frederick Putman, diretor do Museu de Etnologia e Arqueologia Peabody, localizado em Harvard e ao jovem indígena Omaha Francis La Flesche, de quem foi amiga por toda a vida. A estreita relação com Francis La Flesche possibilitou sua entrada em campo junto aos Omaha de Nebraska, onde Alice Fletcher coletou dados acerca da música e dos rituais locais.

Fletcher também empreendeu trabalho de campo entre os Sioux e Winnebago, além de registrar a Cerimônia Hako dos índios Pawnee, nos primeiros anos da década de oitenta. Trata-se de uma etnografia notável, pois revela uma ampla gama de aspectos, incluindo as entoadas cerimoniais, as fases do ritual, a crença e os mitos de origem (HOUGH, 1923). Conforme Tarducci (2015):

> "Pionera del estudio del arte y la música indígena, Alice Fletcher no sólo fue una etnógrafa y una protectora de las poblaciones nativas sino también uma teórica que desarrolló de manera independiente pero simultánea, con Franz Boas, una teoría del totemismo, desplegando este concepto en varios artículos que contradecían las afirmaciones de aquél (Temkin, 1989). Su capacidad para la observación de otras sociedades de manera analítica y empática así como sus profundas descripciones "desde adentro" la hicieron una pionera de lo que más adelante se denominó "observación participante". Incluso una de las críticas que recibió en su época fue la del boasiano Robert Lowie y fue porque **ella le daba "crédito a los informantes nativos, compartiendo su autoría con ellos**" (Lorini, 2003: 23). Reconocida profesionalmente por sus colegas contemporáneos como uma "leyenda viviente de la antropología" (TARDUCCI, 2015, p. 64) G.N.

[7] Maj. J. W. Powell [Diretor, Bureau of Ethnology], [BAE 8/10/81] "Caro senhor, Estou para [viajar] para o extremo oeste para me dedicar à investigação da vida de mulheres indígenas.... Desejo conhecer, por dentro, o cotidiano das mulheres indígenas, e como a segregação dos sexos é marcada entre povos bárbaros, confio que sendo mulher possa observar e registrar fatos e condições que são desconhecidas ou obscuras devido à separação da vida masculina e feminina" (ROHDE, FLETCHER e STEVENSON, 2000, tradução nossa).

Segundo relatos de Hough (1923), em determinada ocasião durante uma de suas expedições de campo, Alice Fletcher foi acometida por uma crise reumática que a deixou confinada à cama por quase uma semana. Nesse período de convalescença, os indígenas locais faziam visitas constantes para confortá-la, entoando melodias para que ela não se sentisse sozinha. Essa experiência despertou em Alice um profundo interesse pela música indígena. Em 1893, ela apresentou um artigo no Congresso Internacional de Antropologia realizado em Chicago, marcando o início dos estudos antropológicos no campo da música.

O nome de Alice Fletcher surgiu pela primeira vez em 1886, como assistente na lista do Museu Peabody, embora já estivesse atuando como pesquisadora quatro anos antes desse período (HOUGH, 1923, p.254). Em 1891, ela recebeu uma bolsa vitalícia e dedicou o restante de sua vida ao estudo dos povos indígenas.

Figura 2 - Alice Cunningham Fletcher

Fonte: (HOUGH, 1923)

Elsie Clews Parsons, foi uma antropóloga à frente do seu tempo. No início de sua carreira, ela conduziu pesquisas alinhadas com a perspectiva evolucionista. No entanto, ao longo do tempo, Parsons aproximou-se teoricamente de Franz Boas, com quem realizou trabalho de campo em 1919. Devido a essa transição, ela é frequentemente citada como a última representante do evolucionismo e a primeira culturalista, sendo considerada uma figura pioneira na incorporação das perspectivas boasianas em sua abordagem antropológica.

Nascida em Nova York, no ano de 1875, Elsie Clews Parsons alcançou o título de Ph.D. em Sociologia pela Universidade de Columbia. Sua trajetória acadêmica foi marcada por inúmeras expedições de trabalho de campo[8] e publicações significativas em sua área de atuação.

Ela dedicou 25 anos da sua vida à pesquisa do "Pueblo Rdigion" e o seu trabalho se tornou uma referência nos estudos etnológicos da área. De acordo com Spier e Kroeber (1943), Elsie Parsons mantinha preocupações sobre os fenômenos das relações funcionais e interpessoais, antecedendo questões relativas ao funcionalismo e a escola de cultura e personalidade, conforme pode ser visto a seguir:

> *"With her original and permanent preoccupations, it was inevitable that her interest in historical problems as such should have been secondary, and nearly lacking in archaeology, physical anthropology, and linguistics. But this very bent brought it about that she early saw and trained herself to keen analysis of phenomena of functional and interpersonal relations. Years before the problem of the impact of culture on personality was formally discovered, that is, verbalized, she was grappling with it. She was already a de facto functionalist when functionalism was first put on our professional map" (SPIER e KROEBER, 1943, p. 254)*[9].

Segundo Alice Franceschi (2014), Elsie Clews Parsons "comenzó su innovador estilo de escritura através de una serie de libros feministas que combinaban una mordaz crítica social con el análisis etnográfico transcultural", a exemplo The Old Fashioned Women (1913) y Fear and Conventionality (1914). O seu estilo de escrita era inovador, com "una polifónica mezcla de estilos y géneros, invocación, cuestionamiento y comparación de las voces y la utoridad de otros antropólogos, así como sus propias inscripciones previas de la vida de los Pueblo" (Babcock 1991,16).

---

[8] "She worked among the Pima of Arizona in 1926, the Kiowa and Caddo in Oklahoma in 1927; was with Ralph Beals among the Cahita groups of Sonora, 1932; in Mitla, Oaxaca among Zapotec in 1929-33; in the Ecuadorian highlands in 1940 and 1941, Interlarded with these were many collecting trips for folklore materials, prin- cipally to Negro communities of the South and the West Indies". (SPIER e KROEBER, 1943, p. 245). "Ela trabalhou entre os Pima do Arizona em 1926, os Kiowa e Caddo em Oklahoma em 1927; esteve com Ralph Beals entre os grupos Cahita de Sonora, 1932; em Mitla, Oaxaca, entre os zapotecas, em 1929-33; nas terras altas do Equador em 1940 e 1941, entrelaçadas com estas foram muitas viagens de coleta de materiais folclóricos, principalmente para comunidades negras do Sul e das Índias Ocidentais" (SPIER e KROEBER, 1943, p. 245, tradução nossa)

[9] Com suas preocupações originais e permanentes, era inevitável que seu interesse pelos problemas históricos como tais fosse secundário e quase carente de arqueologia, antropologia física e linguística. Mas essa mesma inclinação fez com que ela cedo visse e se treinasse para uma análise aguçada dos fenômenos das relações funcionais e interpessoais. Anos antes de o problema do impacto da cultura na personalidade ser formalmente descoberto, isto é, verbalizado, ela estava lutando contra ele. Ela já era uma funcionalista de fato quando o funcionalismo foi colocado pela primeira vez em nosso mapa profissional (SPIER e KROEBER, 1943, p. 254, tradução nossa).

Figura 3 - Elsie Clews Parsons

Fonte: (REICHARD, 1943)

Elsie Clews Parsons e Gladys Reichard "foram pioneiras na criação de estilos de escrita etnográfica abertos e inovadores, o que ocorreu 50 a 60 anos antes da ascensão das novas formas de produção de textos dialógicos" (LAMPHERE, 2001, p.10). Apesar desse feito notável, suas contribuições não receberam o devido reconhecimento, a mesma autora destaca que:

> "Essa marginalidade estrutural permitiu o apagamento de muitas das contribuições que Parsons e outras mulheres brancas fizeram à antropologia antes da Segunda Guerra Mundial. Uma espécie de amnésia disciplinar se desenvolveu sobre essas contribuições, permitindo que James Clifford escrevesse em sua introdução a *Writing Culture* que a etnografia feminista "não havia produzido. . . formas não convencionais de escrita" (Clifford 1986:21)" (LAMPHERE, 2001, p.130, tradução nossa).

No que diz respeito a exercer influência sobre estudantes, colegas e instituições de antropologia, Parsons permaneceu, em grande parte de sua carreira, em uma posição periférica em termos de estrutura e reconhecimento. "Ela somente conquistou um reconhecimento mais amplo quando foi eleita presidente da American Anthropological Association (AAA) aos 73 anos de idade" (LAMPHERE, 2001, p.131, tradução nossa).

É imprescindível mencionar que além das pesquisadoras citadas, outras notáveis mulheres deixaram contribuições significativas no período formativo da antropologia. Embora seja impossível listar todas elas aqui, é importante mencionar Zelia Nuttall (1857-1933), arqueóloga e etno-historiadora especializada na cultura mexicana. Também merece menção

Frances Densmore (1867-1957), dedicada aos estudos de etnomusicologia entre os Chippewa. Além disso, Matilda Stevenson (1849-1915), etnógrafa de renome, reconhecida por seus trabalhos no campo da antropologia visual.

1.2 AS ALUNAS ESQUECIDAS DE FRANZ BOAS: ELLA DELORIA, ZORA HURSTON E RUTH LANDES

Conforme Lamphere (2001, p.129), "foi somente quando Franz Boas e seus alunos alcançaram preeminência na disciplina que as mulheres puderam contribuir mais plenamente tanto para a teoria quanto para a etnografia". Zelda Franceschi (2014, p.22), destaca que "Boas formó a muchos antropólogos/as, algunos/as muy conocidos/as como Alfred Kroeber y Edward Sapir, Ruth Benedict y Margaret Mead. Sin embargo, otros/as, especialmente las mujeres, quedaron marginados", como Zora Neale Hurston (1891-1960), a primeira estudante afro-americana de antropologia, Ella Deloria (1889 – 1971), indígena Sioux, e Ruth Landes (1908-1991). Segundo a mesma autora:

> "Su marginalidad estuvo marcada no solo por el hecho de ser mujeres, sino también por su posición dentro de las estructuras de raza y clase, temas de los que Boas fue portavoz en varias ocasiones durante su carrera como antropólogo. Su condición de raza y clase se constituyó como una formas de marginalidade para estas mujeres, así como el hecho de depender financieramente de sus maestros (Lamphere 2001, 133)" (FRANCESCHI, 2014, p.34).

Ella Cara Deloria (1889-1971), nasceu entre o povo White Swan na reserva de Yankton em 31 de janeiro de 1889, filha de um dos primeiros Sioux a se tornar pastor da igreja episcopal. Estudou na escola da igreja na reserva de Standing Rock e, posteriormente, frequentou um internato da igreja episcopal em Sioux Falls (PERRONE-MOISÉS, 2021).

Deloria teve sua criação permeada por dois ambientes culturalmente distintos. Enquanto em seu ambiente familiar o idioma nativo era falado, dentro da missão episcopal predominava o inglês, o que lhe conferiu fluência em ambas as línguas.

A trajetória acadêmica de Deloria iniciou na escola da missão em Wakpala, posteriormente, frequentou o All Saints Boarding School em Siux Falls, Dakota do Sul. Em 1915 graduou-se em Ciências, após estudar por dois anos no Oberlin College em Ohio e mais dois anos na Columbia University em Nova York. Foi na universidade de Columbia, em que conheceu Franz Boas que se nteressou na tradução de manuscritos de histórias Lakota, desenvolvido por George Bushotter, um Lakota Siux. Conforme o mesmo autor:

> "*In 1927, 12 years after she left Columbia, Boas contacted Deloria to resume work on the Bushotter material (Letter to Boas, 11/11/1926). From this point Ella Deloria established an enduring working relationship with Boas and many of his students including Ruth Benedict, Margaret Mead and Alexander Lesser- all leaders in the field of anthropology (DcMallie 1988: 234). This relationship and Ella's anthropulogical work, how- ever, were saddled with financial difficulties and kinship obligations. She cared for her two younger siblings after her mother died in 1916. The care of her aging father in 1929 forced her to postpone her work collecting stories in South Dakota after she spent a year in New York working with Boas (Letters to Boas, 1928-1929). In 1936, Boas offered her one hundred dollars a month to conie to Columbia to rework the stories she had collected in the past seven vcars* (Letter from Boas, 2/18/36)" (PRATER, 1995, p. 41)[10].

Prater (1995), relata que a atividade de verificação dos manuscritos James R. Walker e Clark Wisler a respeito de mitos Lakota acabou por gerar um conflito entre Franz Boas e Ella Deloria. O trabalho solicitado por Franz Boas consistia em verificar a autenticidade dos mitos, corrigir e averiguar suas versões contemporâneas. Ella dedicou-se a conversar com os idosos da comunidade e coletar minuciosamente as informações dos mitos, a fim de comparar o que seus interlocutores afirmavam com o conteúdo dos manuscritos.

Todavia, as informações colhidas por Deloria não corroboravam as informações postas nos textos de Walker e Wisler, o que levou Franz Boas a questionar o comprometimento de Ella Deloria na coleta dos dados solicitados. Em uma carta, Boas expressou suas dúvidas, dizendo: *"I do know how serious na effort you have made to get the material I want... on the whole I confess I am not well satisfield with what you got for me during the last few months*" (Letter from Boas, 6/1/38) (PRATER, 1995, p. 42)[11].

Ao prosseguir nos esforços de pesquisa, Boas concluiu que os mitos provavelmente se tratavam da interpretação de um indivíduo em particular, em vez de uma crença geral, "contudo, ele não acreditava que tudo fosse uma invenção de Walker" (Letter from Boas, 2/10/38)" (PRATER, 1995, p.42, tradução nossa).

Nesse contexto, as conclusões de Ella Deloria foram de que as mitologias não eram realmente Lakota, mas invenções de um habilidoso contador de história. Em resposta a Boas,

---

[10] Em 1927, 12 anos depois de deixar a Columbia, Boas contatou Deloria para retomar o trabalho no material de Bushotter (Carta a Boas, 11/11/1926). A partir desse ponto, Ella Deloria estabeleceu uma relação de trabalho duradoura com Boas e muitos de seus alunos, incluindo Ruth Benedict, Margaret Mead e Alexander Lesser - todos líderes no campo da antropologia (DcMallie 1988: 234). Essa relação e o trabalho antropológico de Ella, no entanto, foram marcados por dificuldades financeiras e obrigações de parentesco. Ela cuidou de seus dois irmãos mais novos depois que sua mãe morreu em 1916. O cuidado de seu pai idoso em 1929 a forçou a adiar seu trabalho de coleta de histórias em Dakota do Sul depois que ela passou um ano em Nova York trabalhando com Boas (Cartas para Boas, 1928 -1929). Em 1936, Boas ofereceu-lhe cem dólares por mês para ir à Columbia retrabalhar as histórias que ela havia coletado nos últimos sete vcars (Carta de Boas, 18/2/36) (PRATER, 1995, p. 41, tradução nossa).

[11] Sei o quanto você se esforçou para conseguir o material que desejo... no geral confesso que não estou muito satisfeito com o que você conseguiu para mim nos últimos meses" (Carta de Boas, 01/06/ 38, tradução nossa).

Ella demonstrou sua frustração por não ser capaz de contribuir com o material de Walker, apesar de todo o esforço dedicado à pesquisa (PRATER, 1995, p.42).

As complicações financeiras e as responsabilidades familiares exerceram um peso significativo na trajetória de Deloria. A dívida do financiamento estudantil, juntamente com a obrigação de cuidar de sua irmã mais nova após a morte de seus pais, levaram-na a viver em um carro. Em uma carta enviada a Boas, Ella descreve essa situação vivenciada:

> "I am responsible for providing a roof for my sister as well as for me... I can not just leave her and go off. That would not be right; Besides, we have no home at all. I live in my car... all our things are in it. And if I go anywhere, I find it cheapest to go in my car; and take my sister with me. I love her, I cant not do otherwise than give her a home of shorts (Letter to Boas, 2/7/36)" (PRATER, 1995, p.42)[12].

Apesar de Ella Deloria, ser Sioux, ter escrito com fontes fidedignas e traduções acuradas para o inglês, o livro de mitologia publicado por Walker ainda é o mais vendido sobre o assunto, mesmo que suas interpretações e abordagens possam ser questionáveis em termos de precisão e autenticidade das mitologias Sioux.

As contribuições de Ella Deloria são significativas tanto no conteúdo de suas obras quanto na forma de escrita que transmitia os traços da oralidade e as palavras usadas por seus interlocutores. "Suas transcrições forneceram a emoção, o humor ou a ironia que muitos folcloristas sentiram que apenas uma apresentação oral poderia transmitir (RICE 1993:14 apud LAMPHERE, 2001:132). Consoante a mesma autora:

> "Rice likens her work to that of Nobel Prize winner and Yiddish novelist Isaac Bashevis Singer: Both pioneered a new multilingual literature, writing or collecting texts in their native languages and publishing them in both languages" (RICE 1992:6 apud LAMPHERE, 2001:132).[13]

Ella Deloria foi autora de livros importantes, como "*Speaking of Indians*" (1944), que fornecia uma descrição da cultura Siux no contexto de reserva. Esse livro foi escrito com o objetivo de desafiar as "concepções preconcebidas de missionários e outros indivíduos que acreditavam que os Dakotas não possuíam mais uma cultura distinta, com seu próprio sistema

---

[12] "Sou responsável por fornecer um teto para minha irmã e para mim... Não posso simplesmente deixá-la e ir embora. Isso não seria correto, além disso, não temos casa alguma. Eu moro no meu carro... todas as nossas coisas estão nele. E se vou a algum lugar, acho mais barato ir de carro e levar a minha irmã comigo. Eu a amo, não posso deixar de lhe dar uma casa (Carta para Boas, 7/2/36)" (PRATER, 1995, p.42, tradução nossa).

[13] Rice compara seu trabalho ao do vencedor do Prêmio Nobel e romancista iídiche Isaac Bashevis Singer: Ambos foram pioneiros em uma nova literatura multilíngue, escrevendo ou coletando textos em suas línguas nativas e publicando-os em ambas as línguas (RICE 1992:6 apud LAMPHERE, 2001:132, tradução nossa)

de parentesco, organização social, religião e conjunto de valores" (LAMPHERE, 2001, p.132, tradução nossa[14]).

No início dos anos 1940, ela escreveu a etnografia ficcional "*Waterlily*", publicado pela Universidade de Nebraska, que retratava a cultura Sioux do ponto de vista de personagens femininas. Além de ter publicado os "*Textos Dakota*", uma compilação de contos Teton organizados por categorias Dakota.

Figura 4 - Ella Cara Deloria

Fonte: Museu Lakota, 2023

Zora Neale Hurston nasceu no Alabama e cresceu em uma família de classe trabalhadora. Para sustentar-se durante seus anos de graduação na Universidade de Howard, Zora desempenhou várias ocupações, incluindo trabalhar como garçonete e manicure (BASQUES, 2019).

No ano de 1925, mudou-se para Nova Iorque aos 31 anos de idade. Nove meses após sua chegada, ela emergiu como uma escritora reconhecida e conquistou o título de primeira aluna negra a ser admitida no Barnard College (LAMPHERE, 2001). Após concluir a graduação, Zora Neale Hurston ingressou como aluna de pós-graduação sob a orientação de Franz Boas na Universidade de Columbia.

[14] "which was written for missionaries and others who had preconceived ideas that the Dakota no longer had a culture of their own with its own kinship system, social organization, religion, or set of values" (LAMPHERE, 2001, p.132).

Ela publicou “Barracoon” (1931), “Mules and Men” (1935) e “Tell my Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica” (1938). Hurston foi reconhecida no campo literário, mas de toda a sua obra, apenas o romance “Seus olhos viam Deus” (1937) foi traduzido para o português.

Em 1927, Franz Boas enviou Zora Hurston a Eatonville, na Flórida, e a outras regiões do sul dos Estados Unidos para coletar canções, histórias e danças. Dentre as suas contribuições, está etnografia sobre o folclore afro-americano no Sul, tema marginalizado na época.

Além disso, sua forma de escrita busca combinar literatura e antropologia, um tema que só começou a ser debatido mais amplamente nos anos 70. A sua escrita em primeira pessoa “mescla características da narrativa falada da população afro-americana (oralidade) com uma escrita formal acadêmica (Dutton, 1993, p. 137 apud Lourenço 2009).

Zora Neale Hurston era conhecida por sua escrita marcante, que mesclava literatura e antropologia, um estilo que só começou a ser amplamente discutido nos anos 70. Além disso, a forma de escrita acadêmica em primeira pessoa, mesclava elementos da narrativa oral da comunidade afro-americana (Dutton, 1993 apud Lourenço, 2009, p. 137).

A célebre frase “*A mulher negra é a mula do mundo*” extraída do livro “Seus Olhos Viam Deus”, de 1937, ilustra a compreensão de Zora Neale Hurston sobre as estruturas interseccionais de raça, classe e gênero da época, tanto dentro como fora do espaço acadêmico. Essa afirmação enfática evidencia a opressão e a subjugação enfrentadas pelas mulheres negras, frequentemente relegadas a trabalhos extenuantes e marginalizadas em diversos aspectos de suas vidas. Através dessa frase impactante, Hurston evidencia sua consciência da complexidade das relações sociais, perpassadas por estruturas poder e desigualdade.

Segundo Franceschi (2014, p.36), a relação entre Franz Boas e as suas alunas é complexa. Boas incentivou o ingresso de mulheres na antropologia, buscou financiamento para as suas pesquisas, apoiou trabalhos sobre o folclore afro-americano e posicionou-se contra o racismo. No entanto, em suas relações com as orientandas, ele mantinha uma postura paternalista, a ponto de ser chamado por elas de “Papa Franz”, “un término ambiguo, ya que implica la idea de dependencia, sumisión, y establece una relación jerárquica respecto a la figura del padre” (FRANCESCHI, 2014, p.36). Quanto aos conflitos com com Franz Boas, a autora escreve:

> “Al estudiar la correspondencia entre Boas y Hurston, Susan Meisenhelder (1996, 15) llega a culpar a Boas por “dictating the focus of her research and treating her as an aid or informant rather than a researcher in her own right” (‘dictar el foco de su investigación y tratarla como a una informante o ayudante en lugar de una investigadora em su justo derecho’ [traducción propia]). Al leer la correspondencia entre los dos y las cartas de Hurston dirigidas a otras personas, se desprende que tenían

> ideas muy diferentes sobre temas de carácter intelectual, incluyendo muchos aspectos de la cultura africana, el papel del investigador, los objetivos últimos de las ciencias sociales y de la propia antropología (Walters 1999). Los dos tenían distintas ideas sobre la metodología de realización y producción de la investigación etnográfica: mientras que el primero era un firme creyente de una obra científicaque demanda la "disolución" del mismo autor, Hurston experimentó, por su parte, nuevas formas de escritura etnográfica, muy diferentes de las de su maestro" (FRANCESCHI, 2014, p.36).

Zora Neale Hurston faleceu em 1959 devido a um ataque cardíaco e foi sepultada como indigente, em um túmulo comum, sem identificação. Somente em 1972, Alice Walker a encontrou, republicou as suas obras nos Estados Unidos e criou um memorial onde está escrito: "Zora Neale Hurston: um gênio do Sul. Novelista, folclorista e antropóloga" (BASQUES, 2019, p.103).

Figura 5 - Zora Neale Hurston

Fonte: (UNKNOWN, 1940)[15]

Outro exemplo é Ruth Landes, aluna de Franz Boas e orientanda de Ruth Benedict. "Depois de começar sua viagem no Rio de Janeiro, Landes chegou à cidade de Salvador e encontrou uma cultura afro-baiana bem diferente, especificamente na religião do candomblé" (ANDERSON, 2013, p.240).

Ruth Landes fez o seu trabalho de campo no Brasil em 1938, em meio a Era Vargas e "foi seguida de perto por policiais durante todo o seu percurso. No início de 1939, foi forçada

[15] Unknown. (1940). *Zora Neale Hurston*. https://jstor.org/stable/community.14653856

pela polícia baiana a deixar às pressas o estado, tendo de esconder seu material de pesquisa" (ABREU, 2003, p.152).

Figura 6 -Ruth Landes

Fonte: Museu afro digital, 2023[16]

Em 1947, ela publicou seus resultados no livro "*A Cidade das Mulheres"* onde descreve o candomblé como uma religião matriarcal. O livro não obteve boa aceitação no meio antropológico e "tanto do lado brasileiro quanto do americano, procurou desqualificar suas descobertas" (ABREU, 2003, p.153). Arthur Ramos, vinculado a escola de Nina Rodrigues, foi um de seus principais opositores. Regina Abreu (2003) informa que:

> "Os antropólogos procuravam catalogar traços culturais e representar as culturas em "monografias científicas", e o texto de Ruth Landes aparecia como problemático: primeiro, por seu interesse teórico em questões de raça, gênero e sexualidade, que fugiam ao debate principal; segundo, porque ela inseria sua própria experiência e falava de suas relações interpessoais. Landes recusou-se a produzir um retrato etnográfico do candomblé e da cultura afro-brasileira como homogêneos, integrados e estáticos, conforme o padrão da antropologia de seus pares, e descreveu os conflitos internos, diálogos e contestações do significado do candomblé em um contexto de mudança e fluidez, situando historicamente a cultura afro-brasileira. Com uma percepção fina e sensível, ela foi capaz de apontar algumas singularidades do candomblé baiano, como a tendência ao aumento gradual do poder feminino e do número de mães-de-santo, nos candomblés mais tradicionais, e do de "homossexuais passivos", nos candomblés de caboclo. Entretanto, como assinala Marisa Corrêa no

[16] https://museuafrodigital.ufba.br/ruth-landes, acesso em 17 de fevereiro de 2023

> Prefácio desta edição, a antropóloga estava remando contra a maré (ABREU, 2003, p.154).

Em conformidade com Abreu (2003), Healey (1996) destaca que a exclusão dos trabalhos de Landes se deu, em parte, devido à sua ênfase nas questões de gênero e ao seu estilo narrativo. Bastide, por sua vez, argumentou que seu estilo era excessivamente "feminino" e "literário". Embora nos últimos 20 anos as pesquisas antropológicas tenham, em termos gerais, corroborado seu argumento sobre a preeminência das mulheres no candomblé, o livro de Landes permaneceu à margem da antropologia, como salientado por Healey (1996, p. 156).

Corrêa (1995, p.177) narra que durante a sua pesquisa no Brasil, alguns pesquisadores chegaram até a "escrever a Gunnar Myrdal, acusando Ruth Landes de vender serviços sexuais aos negros, apenas porque ela fazia pesquisa de campo nos candomblés da Bahia". Conforme a mesma autora:

> "Landes registrou suas outras lembranças do período em que esteve no Brasil num artigo no qual não menciona as razões pelas quais não pode retornar à suas pesquisas no país. Seu caso é uma confirmação das dificuldades encontradas por mulheres sozinhas (com nome próprio ou em busca de renome) de fazerem pesquisa de campo na época: um nome é também sinônimo de reputação e a dela ficou marcada por esse ataque" (CORREA, 1995, p.177).

A perseguição contra Ruth Landes não partida apenas de uma divergência teórica, mas resultava de uma combinação de fatores, como discriminação de gênero, preconceitos arraigados e barreiras estruturais que dificultaram o seu acesso e ascensão na carreira acadêmica.

1.3 ANTROPÓLOGAS FRANCESAS: DENISE PAULME, GERMAINE TILLION E GERMAINE DIETERLEN

A percepção de que são poucas as referências sobre a história da antropologia francesa, sobretudo no Brasil, onde muitos textos relevantes permanecem não traduzidos, motivou a criação do livro "Antropologia Francesa no século XX" (2006, p.17), organizado por Miriam Grossi, Julie Antoinette e Antônio Motta. O livro tem por objetivo abordar a antropologia francesa a partir de Marcel Mauss e, mais especificamente sobre a prática etnográfica de seus alunos.

No capítulo "Duas Germaines e uma Denise: alunas de Mauss", utilizado como fonte principal para a elaboração deste tópico, Miriam Grossi destaca a influência de Marcel Mauss para a consolidação da antropologia contemporânea na França, por sua influência, contribuições

teóricas e por auxiliar na formação “da primeira geração” de antropólogos. Ele também foi um dos grandes incentivadores da entrada das mulheres na antropologia. Em seu estudo, a Grossi (2006) resgata as trajetórias de Denise Paulme, Germaine Tillion e Germaine Dieterlen, antropólogas francesas que foram alunas de Marcel Mauss.

Figura 7 - Denise Paulme

Fonte: Pop Grid,1978[17]

Segundo Héritier (1999) e Grossi (2006), Denise Paulme, nasceu em 1907. Sendo filha única de um comerciante colonial, foi criada por sua tia devido às constantes viagens de seus pais à África. Em 1929, Paulme, que estava atuando como secretária na época, inscreveu-se no curso de direito na Sorbonne. Durante seus estudos, teve a chance de participar de uma disciplina lecionada por Marcel Mauss sobre o direito em sociedades primitivas, a partir disso, ela frequentou todas as aulas ministradas por Mauss tanto no Collège de France quanto no Institut d'Ethnologie.

Em 1935, Paulme partiu para Sanga, na região Dogon, acompanhando a missão Saara-Sudão, juntamente com a linguista Deborah Lifchitz. Essa expedição fez de Paulme a primeira antropóloga francesa a realizar pesquisa de campo na África. Quanto às suas contribuições para a antropologia, Grossi (2006) destaca que:

> “Denise Paulme trouxe importantes contribuições teóricas à disciplina, sobretudo em seu diálogo com outras tradições acadêmicas. Por ser uma das poucas antropólogas desta geração a dominar perfeitamente o inglês, em sua primeira fase de pesquisas manteve um diálogo importante com seus congêneres africanistas ingleses, trazendo para a França temas e questões centrais da etnografia britânica deste período. Após ter se dedicado, nesta primeira fase, ao estudo da organização social dos dogon, bété,

[17] https://didomena.ehess.fr/concern/data_sets/1n79h4427?locale=fr, acesso em 27 de fevereiro de 2023

> bambara, e atié, a segunda fase de sua obra é centrada sobre a história oral africana. Contribui de forma significativa à formação da escola de etno-lingüística francesa, que, desde seu início, construiu-se no diálogo com a antropologia norte-americana, em particular com os alunos de Boas que se debruçaram sobre a lingüística e a palavra. Seus últimos livros, como *La mère dévorante* e *La statue du comandateur* a fazem também precursora dos atuais estudos sobre performance narrativa através da análise que faz do contexto da produção da literatura oral africana" (GROSSI, 2006, p. 248).

Outra antropóloga frequentemente negligenciada é Germaine Tillion. Ela nasceu em uma família aristocrática francesa. Em 1936, embarcou em uma expedição à região de Aurès, na Argélia, com a finalidade de estudar a população nômade local. As pesquisas de campo que conduziu culminaram na publicação de dois livros: "Il était une fois l'ethnographie" e "L'Algérie aurésienne" (GROSSI, 2006).

Figura 8 - Germaine Tillion

Fonte: (Gamma, 1985)[18]

Após retornar a Paris em 1939, durante a invasão nazistas da cidade, envolveu-se na rede de resistência que posteriormente ficaria conhecida como rede do Musée del 'Homme. Tillion assumiu a liderança da resistência, após o fuzilamento do líder anterior, Boris Vildé e de outros antropólogos que dela faziam parte. Nesse cargo ela foi presa e condenada à reclusão no campo de concentração de Ravensbrück, reservado às inimigas políticas do nazismo.

[18] Disponível em https://www.elle.fr/Societe/News/Germaine-Tillion-sa-vie-de-resistante-et-d-ethnologue-en-8-dates-cles-2954140. Data de acesso 27 de fevereiro de 2023.

Libertada no final da guerra, lutou politicamente pelos direitos humanos, denunciou crimes nazistas e publicou, em 1946, uma das primeiras etnografias sobre um campo de concentração. Conforme relata Grossi (2006):

> "Em 1957, em plena Guerra da Argélia, ela é chamada pelo assessor do ministro da justiça, seu ex-professor, para fazer uma missão de investigação sobre as denúncias de tortura dos franceses contra os resistentes argelinos. Inicia-se outra etapa incrível de sua vida. Viajando à Argélia como membro desta missão internacional ela é sequestrada por um grupo de resistentes, que ela descobre serem filhos de seus informantes dos anos 1930 no Aurès. Estes jovens engajados na Frente de Liberação Nacional (FLN) querem que ela testemunhe a tortura de que são vítimas as populações locais. Desta viagem, ela publica um livro, *L'Algérie en 1957*, livro que, na época, ninguém quer publicar e que acaba sendo impresso pela organização das ex-presas em campos de concentração. É neste período, em 1958, que ela assume uma vaga na recém-criada École des Hautes Études en Sciences Sociales. Com este novo cargo ela volta a trabalhar com as populações do Magreb, dedicando-se por duas décadas a formar jovens antropólogos na disciplina de antropologia da África do Norte" (GROSSI, 2006, p. 251).

Germaine Dieterlen, nasceu em Paris em 1903, fazia parte da alta burguesia protestante do sul da França. Casou-se e teve três filhos com um destacado industrial suíço. Tanto Dieterlen quanto seu marido eram grandes patrocinadores do cenário artístico. Grossi (20026) aponta que é provável que tenha sido por meio dessas conexões com o mundo das artes que ela teve acesso aos cursos de Marcel Mauss e, posteriormente, conheceu Marcel Griaule.

Figura 9 - Germaine Dieterlen

Fonte: https://prosopo.ephe.psl.eu/germaine-dieterlen

Dieterlen iniciou a sua carreira como colaboradora voluntária no Musée d' Ethnographie do Trocadéro, onde trabalhou com M. Griaule. A partir de 1936, Dieterlen embarcou em expedições ao Sudão[19], onde conduziu trabalhos de campo entre os Dogon, dedicando-se a temas como religião, mitologia, cosmogonia e concepção de pessoa. Tornou-se assim, uma grande referência sobre o tema.

Dentre as suas obras estão: Essai sur la religion bambara (1951), Le renard pâle[20] (1965), La notion de personne en Afrique noire (1971), Les dogons. Notion de personne et mythe de création (1999) e Titre d'honneur des Arous (1982).

No período de 1966 a 1973, Germaine Dieterlen colaborou com J. Rouch na produção de uma série de filmes notáveis como o "Sigui Synthèse" (1981), sobre o ciclo cerimonial Dogon chamado sigi, além da produção do filme "*Le Dama d'Ambara"* (1974), sobre o sistema religioso dos Bambara, o que marcou seu pioneirismo nas pesquisas de antropologia visual na França.

Miriam Grossi narra que chegou a conhecer Germaine Dieterlen "de vista", desde os anos 80. "Ela era presença obrigatória no festival do filme etnográfico que se realiza todo ano, no mês de março, em Paris. Incansável velhinha que, da primeira fila, fazia comentários sobre todos os filmes" (GROSSI, 2006, p.245).

Germaine Dieterlen empreendia viagens anuais a campo ao longo de sua carreira. Sua última jornada foi realizada aos impressionantes 92 anos, idade em que veio a falecer. Ela raramente viajava sozinha, preferindo compartilhar suas experiências de campo com notáveis colegas, como Griaule, Rouch, Solange de Ganay e Geneviève Calame-Griaule. Esse compromisso incansável com o trabalho de campo, mesmo em idade avançada, testemunha não apenas sua dedicação à pesquisa, mas também a transmissão do conhecimento e colaboração com outras pesquisadoras que enriqueceram seu legado antropológico.

1.4 PIONEIRAS DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA: GIOCONDA MUSSOLINI E HELOISA ALBERTO TORRES

Nascida em 1913, na cidade de São Paulo, Gioconda Mussolini "foi a primeira mulher, no Brasil, a fazer da Antropologia social a sua profissão exclusiva" (CIACCHI, 2015, p.153).

[19] Sudão francês, atual Mali

[20] Escrita em colaboração com Griaule

Apesar disso, sua contribuição é frequentemente esquecida e poucas foram as fontes sobre a sua trajetória na história da antropologia brasileira.

Figura 10 - Gioconda Mussolini

Fonte: BDTD/UERJ

Em 1932, Gioconda conquistou o título de Professora Formalista, quatro anos depois foi nomeada para lecionar na Escola da Vila Prudente. Graduou-se em Ciências Sociais e Políticas na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - FFCL, posteriormente cursou mestrado em Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Ao final do mestrado, iniciou a sua carreira como professora universitária na FFCL.

A carreira docente de Gioconda Mussolini foi intensa. Realizou pesquisas de campo, ministrou disciplinas, orientou alunos de graduação e mestrado, e participou ativamente de eventos científicos nacionais e internacionais. Sua dedicação também se refletiu em suas publicações, incluindo livros, artigos e traduções, além de ser uma das sócias fundadoras da Associação Brasileira de Antropologia.

Ao analisar a trajetória de Gioconda, Chiacchi (2007) destaca que a sua contribuição para a Antropologia brasileira pode ser percebida em três aspectos distintos, a saber:

> "Primeiro, por ela ter protagonizado os primórdios do ensino da disciplina, numa instituição pioneira como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, a partir de 1938,1 concorrendo para a formação de muitos

> cientistas sociais; segundo, por sua contribuição ao campo da "antropologia da doença", por meio de sua dissertação de mestrado; finalmente, e sobretudo, o nome dela é referência fundamental para os estudos brasileiros sobre pesca, cultura e organização social de comunidades litorâneas, em geral, e populações caiçaras do litoral de São Paulo, em particular" (CIACCHI, 2007, p.182).

Enquanto conduzia suas pesquisas de campo no litoral de São Paulo, Gioconda Mussolini destacou-se por seu notável interesse nas técnicas e instrumentos de pesca. Gioconda Mussolini realizou seu trabalho de campo em áreas que, em grande parte, eram consideradas domínio masculino. A pesquisa em pesca, por exemplo, era notoriamente limitada em termos de participação feminina. Como evidencia Woortmann (1992):

> "De uma maneira geral, os estudos de comunidades "pesqueiras" tendem a privilegiar os atores sociais masculinos, e o ponto de vista do homem. O discurso do pesquisador como que replica o discurso público dessas comunidades, cuja identidade se constrói sobre a atividade da pesca, concebida como masculina. (Woortmann 1992, p.31).

Conforme Motta-Maués (1999), nos anos 50 Gioconda Mussolini era pioneira nos estudos com os "caiçaras", pescadores do litoral paulista. Esse tema foi objeto de diversos trabalhos, tais como "Aspectos da Cultura e da Vida Social no Litoral Brasileiro" (1953), "O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião" (1945) e "O Cerco Flutuante: uma Rede de Pesca Japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como Centro de Difusão no Brasil" (1946). Esses estudos revelaram importantes aspectos das práticas pesqueiras e além de contribuírem para o conhecimento das comunidades caiçaras e sua relação com o mar.

Gioconda Mussolini escreveu uma tese de doutorado, que infelizmente não chegou a ser publicada, o título provisório era: "Estudos pioneiros sobre as caiçaras de Ilha Belae", cujos originais, que perfazem cerca de 490 páginas, estão conservados no Instituto de Estudos Brasileiros da USP" (CIACCHI, 2015, p.215). Gioconda faleceu por consequência de um aneurisma cerebral em maio de 1969, deixando um importante legado para a antropologia brasileira, especialmente em relação aos estudos sobre as comunidades caiçaras.

Figura 11 - Heloisa Alberto Torres

Fonte: Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres[21]

Mariza Corrêa, no livro "Antropólogas e Antropologias"[22], publicado em 2003, fornece reflexões valiosas sobre a história das Mulheres na Antropologia brasileira. Através do livro supracitado, passamos a conhecer algumas figuras ilustres e pouco reconhecidas, como Heloisa Alberto Torres (1895-1977).

Heloisa Alberto Torres (1895-1977), filha do político e intelectual Alberto Torres, iniciou sua carreira acadêmica em 1918 como auxiliar de Roquette-Pinto no Museu Nacional, com a idade de 23 anos, após o falecimento de seu pai. Ela conquistou uma posição efetiva por meio de um concurso realizado em 1925 (CORRÊA, 2003, p. 141). A partir desse momento, Heloisa assumiu a liderança da seção de Antropologia e Etnografia, exercendo essa função de 1926 a 1931.

Dona Heloisa, como era frequentemente chamada, possuía uma ampla rede de amizades e "mantinha intensa correspondência com pesquisadores como Franz Boas, Ralph Linton, Paul Rivet, Alfred Métraux, Charles Wagley recorda, Diná Levi-Strauss dentre outros" (CORRÊA, 2006, p.142).

Com uma trajetória notável, Heloisa Alberto Torres conquistou posições de destaque no Museu Nacional. Ela atuou como vice-diretora da instituição entre os anos de 1935 e 1937, posteriormente assumiu o cargo de diretora, exercendo essa função de 1938 a 1955. Durante sua gestão, contribuiu significativamente para a consolidação e o desenvolvimento das áreas de

---

[21] Data de Acesso 10 de outubro de 2023. Disponível em: https://scontent.fpll3-2.fna.fbcdn.net/v/t1.64359/175600353_5286382588069933_1348753078901951012_n.jpg?_nc_cat=109&ccb=17&_nc_sid=a26aad&_nc_ohc=skU95loRssAX_E1Frn&_nc_ht=scontent.fpll32.fna&oh=00_AfDOClVMExSP2aXwIDxrjMS7smBPRwWk5E9WpR3P6V-tXw&oe=654CDB66 .

[22] A pesquisa que originou o livro teve início em 1989, fez parte de uma pesquisa mais ampla sobre a história da antropologia no Brasil, que se iniciou em 1984.

Antropologia e Etnografia na instituição, deixando um legado duradouro no campo da pesquisa antropológica no Brasil.

Durante a sua permanecia na direção do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres priorizou a institucionalização da antropologia e criação da carreira de antropólogo. Em uma conversa com o Presidente Vargas, ela "sugeriu que fosse criada a carreira de antropologista e antropologista-auxiliar, sendo autorizada pelo presidente a elaborar um anteprojeto sobre o assunto" (CORRÊA, 2006, p.143).

Diante do cargo ocupado por Heloisa Torres no Museu Nacional, não demorou para que surgissem críticas à sua gestão. No entanto, vale ressaltar que as críticas levantadas por seus opositores eram, em grande parte, fundamentadas em preconceitos de gênero e não se relacionavam diretamente à sua competência administrativa.

Embora nunca tenha sido enviado, devido a defesa de seus partidários, foi elaborado um documento para a reunião do Conselho Universitário em que Heloisa Torres era acusada de: "asfixiar a ciência", "manejar como fantoches os cientistas" e abrir caminho "para a pior e mais intolerável das prepotências: a prepotência feminina, instaurando um regime de matriarcado e perseguição aos que lhe caem no desagrado" (CORRÊA, 2006, p.151, grifo nosso). Sobre a situação em destaque Corrêa (2006) menciona que:

> "É interessante a menção ao "matriarcado" já que, além de Bertha Lutz e da própria Heloisa, parece que não havia nenhuma outra mulher trabalhando no Museu em cargos de pesquisa" (CORRÊA, 2006, p.235).

Mesmo em um ambiente marcado por conflitos de poder dentro do Museu Nacional, Heloisa Torres sobressaiu-se devido à sua competência, ressaltando mais uma vez que os fatores biológicos que diferenciam homens e mulheres não têm relação com competência e habilidades intelectuais.

Heloisa desempenhou um papel importante como membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil entre 1934 e 1939. Durante esse período, ela contribuiu significativamente para a expansão das coleções etnográficas do Museu Nacional, além de aprovar e apoiar duas expedições conduzidas por Claude Lévi-Strauss ao Centro-Oeste do Brasil, uma em 1935 e outra em 1937 (HOFFMANN, 1998, p. 1).

Heloisa Torres acumulou uma série de realizações notáveis que transcendem os limites do Museu Nacional, suas influências estenderam-se nas mais diversas áreas do cenário cultural e científico brasileiro. Ela desempenhou um papel de destaque no Conselho Nacional de Proteção ao Índio - CNPI "desde sua fundação em 1939, posteriormente ocupou a posição de

diretora entre 1955 e 1967, sucedendo o Marechal Rondon" (HOFFMANN, 1998, p. 1). Além disso, Heloisa participou da criação da Fundação Nacional do Índio, em 1967. Suas contribuições abrangentes foram marcantes na defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas no Brasil.

Heloisa também teve um papel significativo na história e criação da Associação Brasileira de Antropologia - ABA. Em 1943, ela planejou o primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia, durante o qual surgiu a ideia da criação da ABA, que concretizou em 1955 (HOFFMANN, 1998, p. 1).

O impacto de Heloísa Alberto Torres na antropologia brasileira não se limita às funções administrativas que exerceu durante sua trajetória profissional. Seu legado também se destaca por seu comprometimento na orientação de jovens pesquisadores, baseado em suas próprias experiências em trabalhos de campo, bem como no desenvolvimento da etnologia, como ressaltado por Mariza Corrêa (2006).

1.5 ANTROPÓLOGAS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: AS TRAJETÓRIAS DE JANE BELTRÃO E FLÁVIA MELO

Jane Felipe Beltrão nasceu em Belém do Pará. A sua formação mescla a antropologia e história. Conforme Beltrão, em entrevista realizada em 31 de agosto de 2020, o seu contato com a antropologia ocorreu durante a graduação em história, na Universidade Federal do Pará-UFPA, na época, o curso sofreu uma reestruturação, muitas disciplinas foram cortadas da grade curricular e com isso, o curso passou a durar 3 anos e meio. Beltrão conta que:

> "Eu me recusei e fiz disciplinas antropológicas para completar o currículo (...). Tive bons professores de antropologia, o que me motivou a entrar nessa área, embora nunca tenha abandonado a história. Mais adiante, fiz mestrado em antropologia e depois doutorado, voltando para a história. Assim, possuo essas duas formações: antropologia e história. Trabalho nessas duas áreas igualmente, sempre sob a égide dos Direitos Humanos. (...) Acredito que essa interdisciplinaridade seja muito interessante e favorável, sobretudo para quem trabalha na Amazônia" (Jane Beltrão, entrevista realizada em 31 de agosto de 2020).

Jane Beltrão cursou o mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília, UnB e o Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Ela relembra que a tese foi escrita no computador, mas a dissertação "*foi escrita à mão e a lápis. Eu tenho os manuscritos até hoje e depois ela foi datilografada por alguém. Ela foi escrita em papel de tamanho ofício, hoje em dia já se não se usa mais"* (Jane Beltrão, entrevista realizada dia 31 de agosto de 2020).

Sua trajetória acadêmica sempre esteve voltada para o contexto Amazônico, com a valorização da cultura local, combate ao Colonialidade e defesa dos direitos humanos. No artigo "Antropólogos e profissionalização na/para Amazônia" de 2016, ela relata que:

> "O diferencial de trabalhar na Amazônia reside na possibilidade de atender as demandas, não da Amazônia brasileira, mas da Pan-Amazônia, que são muitas e exigem expertise política, conhecimento refinado e adequação que rechace os "Colonialidades", ainda vigentes, no campo científico. No caso, qualquer pesquisador(a) que tenha responsabilidade social e compromisso com a Amazônia precisa "tomar ciência" de que há diversidades e conhecimentos com os quais se é obrigado, por "dever de ofício", a conviver. E, para além da convivência, torna-se imperioso admitir que os conhecimentos nativos – no sentido de originais e pertencentes ao saber local – devem ser considerados no trato acadêmico quotidiano. Não é possível fazer ciência, sobretudo, no campo social desprezando o saber local. E mais, o diálogo com os intelectuais indígenas e quilombolas, hoje é imprescindível" (BELTRÃO, 2016, p. 203).

A trajetória profissional de Beltrão iniciou no MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, depois pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio, onde trabalhou apenas 7 meses, em meio a ditadura militar, Beltrão relembra que: "*fui demitida por justa causa, por denunciar o que havia sido feito contra os povos indígenas. Eu brinco sempre que isso é uma pérola no meu currículo, e significa que eu não fui conivente com eles*" (Jane Beltrão, entrevista realizada dia 31 de agosto de 2020).

Posteriormente, atuou como professora na Universidade Federal do Pará, "*eu fui professora visitante da UFPA e depois fiz concurso na universidade onde já estou há 40 anos. Eu trabalho nos programas de pós-graduação de Antropologia e direito*" (Jane Beltrão, entrevista realizada dia 31 de agosto de 2020).

Beltrão realizou trabalhos de campo em diversos contextos, na área urbana, rural, indígena e documental, segundo ela "*o meu campo pode ser tanto o papel, quanto o chão da Aldeia*. Atualmente, trabalha com a análise do relatório Figueiredo *"um relatório da ditadura militar que passou anos "desaparecido", digo desaparecido entre aspas, porque não era do interesse que ele fosse divulgado* (Jane Beltrão, entrevista realizada dia 31 de agosto de 2020).

Ela é colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Além disso, atuou como diretora (2004-2006), secretária geral (2008-2010) e vice-presidente (2015-2016) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Possui uma obra vasta que inclui 73 artigos publicados em periódicos, 12 livros, 78 capítulos de livros, 54 trabalhos técnicos, 119 apresentações de trabalho, cerca de 155 orientações de trabalhos que incluem alunos de iniciação cientificam, mestrado e doutorado, dentre muitos outros trabalhos.

A sua influência no campo antropológico se estende por toda a região Norte; no entanto, mesmo com a sua vasta produção, Beltrão comenta que: “Eu posso dizer que eu consigo ler todos os meus colegas, estando eles no Sul ou no Norte. Entretanto, eu posso dizer também que eu sou pouco lida, mesmo publicando em revistas de grande circulação” (Jane Beltrão, entrevista realizada em 31 de agosto de 2020). Beltrão completa explicando que “as pessoas só leem o que as suas linhagens mandam ler. Então, se eu estou em um centro de pós-graduação, eu leio o quê naquele centro de pós-graduação é lido”, com isso, propondo a reflexão: quanto do Norte é lido nos grandes centros?

Figura 12 - Jane Felipe Beltrão

Fonte: (UFPA, 2016)[23]

Flávia Melo da Cunha nasceu em 1978, em Brasília, cerca de 6 anos depois mudou-se para Manaus junto com os seus avós, local onde cresceu e construiu a sua identidade. Era narra que nascer em Brasília “*foi um acidente de percurso*”, uma vez que tem suas raízes familiares no Estado do Amazonas. Em entrevista realizada 28 de setembro de 2020, ela relembra que:

> “A minha mãe se casou com jovem negro, goiano, motorista de uma antiga empresa de ônibus de Manaus, por conta dessas mudanças de família, a minha mãe foi para Brasília com meu pai se aventurar, era final dos anos 70 em Brasília ainda era uma promessa de emprego e trabalho” (Flávia Melo, 28 de setembro de 2020).

[23] Disponível no link https://ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/9420-professora-jane-beltrao-e-homenageada-com-a-medalha-roquette-pinto . Acesso em 27 de fevereiro de 2023.

As suas vivências e memorias remetem ao Amazonas, por isso ela afirma que se define e reconhece pelas "*minhas heranças e cultura Amazonense*". Sua família materna é da região onde hoje é Benjamin Constant.

Flávia Melo relembra que a sua única referência familiar de estudo superior foi uma prima de segundo grau que estudou em um curso técnico superior em topografia, na época em que a Universidade do Estado do Amazonas – UEA era a Universidade Técnica do Amazonas – UTAM.

Ao terminar o ensino médio relembra que "*não sabia muito bem o que era uma universidade. Eu tinha 16 anos, cresci na Compensa. Os meus amigos não faziam universidade".* Contudo, tinha grande vontade de continuar a estudar e percebeu que a maneira de fazer isso era através do vestibular, nesse processo conheceu as ciências sociais:

> Eu fiz, no ensino médio, um curso que se chamava Acadêmico, ao final do curso tínhamos uma disciplina chamada "Fundamentos Pisco-sociológicos", que misturava Filosofia, Psicologia e Sociologia. Eu adorava a disciplina. Eu decidi que queria continuar estudando e que queria estudar aquilo que a professora ensinava, mais tarde descobri que era Sociologia. Eu queria estudar, mas na época não tinha ideia de como entrar na faculdade. Certa vez, vi barracas da UFAM em uma feira vocacional, na barraca de Ciências Sociais estavam o Ronaldo e o Eudes, eu achei tão interessante. Na época eu não entendia como alguém poderia trabalhar e ganhar dinheiro com o estudo, mas sabia que queria estudar aquilo". (Flávia Melo, 28 de setembro de 2020).

Flávia começou a trabalhar cedo, ainda no ensino médio, como comerciária, além do trabalho, realizava "bicos" como secretária no Centro de Formação da Diocese de Manaus. Ela se preparou para o vestibular em Ciências Sociais em 1997: *"Eu não tinha grana para fazer o vestibular, na época a inscrição era cerca de R$ 100 reais, que era muito dinheiro. Os amigos fizeram uma cota conseguir o dinheiro. Eu fiz e passei para o curso de Ciências Sociais".*

O interesse pela Antropologia surgiu ainda na graduação, inspirada pelos professores Sérgio Ivan, Isaura Nascimento, Celda Vale e João Ciqueira, na época conheceu os estudos de Violência, "*tinha muito a ver com que minha afligia na Compensa, lá era bairro muito estigmatizado e muito conhecido pela questão da violência, antes mesmo da família do Norte, já tinha uma situação com bairro por causa da pobreza".*

Flávia cursou o mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, em 2008, época em que não havia o curso no Amazonas. Sair do Estado "*foi muito pesado financeiramente, a minha família não tinha condições e eu tive que juntar grana para sair*", sobre esse processo ela relata que:

> "Eu procurei uma professora que tinha se formado na Unicamp, mostrei meu projeto de pesquisa. Ela falou que para entrar lá, o projeto tinha que ser perfeito e o meu estava

> bem longe disso. Eu mandei o projeto mesmo assim, mandei para Unicamp sem pensar duas vezes e sem conhecer ninguém. O meu projeto passou, também passei na prova, mas não passei na entrevista.

O resultado, embora negativo, evidenciou a sua capacidade, com isso ela pediu demissão do emprego, fez as malas e mudou para São Paulo onde bateu na porta de "*meia dúzia de professores, desses, duas professoras me acolheram, me adotaram, a Carmen Junqueira e a Heleieth Saffioti, que me recebeu na sua casa".*

Após o mestrado, cursou o doutorado em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (2020). Atualmente, Flavia Melo é professora efetiva do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-PPGAS/UFAM e compõe a Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Desenvolve pesquisas nos temas de gênero, violência, políticas públicas, dívida e fronteira na região amazônica, principalmente no Alto Rio Solimões e Alto Rio Negro.

Figura 13 - Flávia Melo

Ao refletir sobre a contribuição das antropólogas da região norte para o campo disciplinar, observei uma marcante presença de elementos distintivos, manifestada em uma variedade de contextos e temas de pesquisa. Elas evidenciam um profundo senso de identidade regional, além de um compromisso fervoroso com o combate às colonialidades persistentes e a defesa incansável dos direitos das populações locais.

Em contraste com o paradigma anterior em que os antropólogos frequentemente viajavam por mares desconhecidos em busca de suas investigações, essas pesquisadoras optam por uma abordagem mais enraizada em sua terra natal. Ao realizar pesquisa em seu Estado de origem, elas estabelecem conexões profundas e duradouras com seus interlocutores.

Além disso, é notável o engajamento político dessas antropólogas, que não apenas observam, mas também se envolvem ativamente na resolução de questões locais, enfrentando as violências e defendendo as pautas prioritárias da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse capítulo exigiu um extenso trabalho de pesquisa bibliográfica para resgatar a presença das mulheres na história da antropologia. Essa busca não se deu devido à sutileza de suas contribuições, mas principalmente porque seus nomes foram esquecidos, minimizados ou atribuídos a figuras masculinas.

Durante séculos, as mulheres têm sido agentes ativas no campo da antropologia, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento dessa disciplina. No entanto, devido a diversos fatores sociais, culturais e estruturais, suas realizações muitas vezes foram apagadas dos registros históricos ou subestimadas, obscurecendo assim sua verdadeira influência na construção do conhecimento antropológico.

As limitações impostas às mulheres em termos de acesso à educação formal, oportunidades de pesquisa e participação em expedições científicas, bem como os preconceitos de gênero arraigados na sociedade, contribuíram para a marginalização e o esquecimento de suas contribuições. Como resultado, seus nomes foram ofuscados por aqueles de seus colegas masculinos, e suas realizações frequentemente foram atribuídas a eles, perpetuando uma visão distorcida da história da antropologia.

Neste processo de resgate histórico, foi fundamental examinar fontes bibliográficas diversas, muitas destas em inglês ou francês, uma vez que pouco da contribuição feminina a antropologia recebeu tradução em português. Através dessas fontes, foi possível identificar as vozes silenciadas das mulheres antropólogas, suas pesquisas pioneiras e teorias inovadoras, que foram essenciais para o avanço do campo, mesmo que suas contribuições tenham sido negligenciadas pela comunidade científica da época.

A antropologia praticada por essas pesquisadoras se destaca por suas inovações, resultantes da capacidade de incorporar criatividade, experiências pessoais e subjetividades no trabalho antropológico. Isso se reflete em diversos aspectos, como os estilos de escrita, a adoção de categorias nativas, a estreita relação entre antropologia e história, a formação e capacitação de informantes-chave, a condução de trabalhos de campo em diversos contextos e na atribuição de coautoria aos interlocutores.

Ao trazer à tona essas narrativas negligenciadas, espera-se prestar o devido reconhecimento às mulheres que moldaram e enriqueceram a antropologia, além de apresentá-las como fontes possíveis para as disciplinas acadêmicas.

Capítulo 02

A ANTROPÓLOGA EM CAMPO

. CAPÍTULO 02: A ANTROPÓLOGA EM CAMPO

A antropologia, com sua constante autorreflexão, oferece uma visão crítica dos métodos de pesquisa e técnicas de coleta de dados, as formas de escrita e a relação estabelecida com os interlocutores. Como ressalta De Oliveira (1993, p. 69), essa característica “surge da relação dialética entre a ciência e a filosofia, entre a empiria e a metafísica, ou entre o dado e o significado”. Essa interação dinâmica contribui significativamente para o que o autor chama de "vocação crítica da antropologia".

O crescente interesse pelos estudos sociais e culturais da ciência, nos quais pesquisadores começaram a examinar não apenas a produção científica, mas também os processos sociais que a moldam, bem como a análise crítica das relações de gênero tornou-se uma faceta essencial, desafiando as estruturas normativas e revelando as disparidades que permeiam o campo científico.

Conforme Sáez (2016, p.19), “precisamente por estar em crise permanente, a antropologia tornou-se uma disciplina crítica, que faz e desfaz o mundo com os mesmos movimentos com que se faz e desfaz a si mesma”.

Tal vocação se intensificou a partir de Malinowski e suas pesquisas nas Ilhas Trobriand, “quando a prática do trabalho de campo passou a ser a marca registrada da disciplina e uma característica fundamental da identidade de seus praticantes” (DE OLIVEIRA, 1993, p. 69). No livro "Argonautas do Pacífico Ocidental", lançado em 1922, Bronislaw Malinowski apresenta o texto "Introdução: objeto, método e alcance desta investigação", onde destaca a necessidade de explicar como as pesquisas são feitas, a abordagem teórico-metodológica, bem como suas experiências no campo.

Essa introdução, não apenas inaugurou seu estudo, mas também exerceu uma influência significativa na elaboração das monografias subsequentes. Após Malinowski, a necessidade de detalhar os métodos de coleta de dados e todo o processo de pesquisa tornou-se uma pedra angular na prática de campo antropológico. Esse marco também catalisou o desenvolvimento de inúmeras publicações dedicadas aos modos de fazer e escrever no âmbito da antropologia.

Com o passar do tempo, observou-se um aumento significativo na inclusão de relatos pessoais e experiências vividas por antropólogos em campo nas monografias. Contudo, é patente na história da antropologia, que suas principais vozes, de autores e interlocutores, foram, predominantemente, masculinas. Fala-se com frequência dos seus “pais fundadores”, seus pioneiros e seus interlocutores mais proeminentes.

Os fundadores da disciplina, em sua maioria, pertenciam aos grandes centros intelectuais e empreendiam jornadas a lugares distantes para conduzir seus trabalhos de campo. Esses antropólogos eram fisicamente distintos dos "nativos" e, após coletar dados, retornavam a seus países de origem com mochilas carregadas de diários de campo e “artefatos exóticos”. A influência predominante dessas figuras foi responsável por moldar e transmitir uma visão que refletia, principalmente, os desafios, métodos e comportamentos associados ao trabalho de campo a partir de uma perspectiva masculina. Esse viés não só reforçou normas e práticas específicas, como também resultou em uma lacuna considerável no reconhecimento e na consideração das experiências das mulheres no âmbito do trabalho de campo antropológico.

A ausência de uma abordagem mais abrangente e inclusiva das vivências femininas na antropologia contribuiu (e ainda contribui) para a perpetuação de uma visão que deslegitima e silencia as complexidades e diversidades das experiências femininas. Isso revela questões profundas de poder e perspectiva de gênero que necessitam de atenção e uma reflexão crítica na narrativa da disciplina.

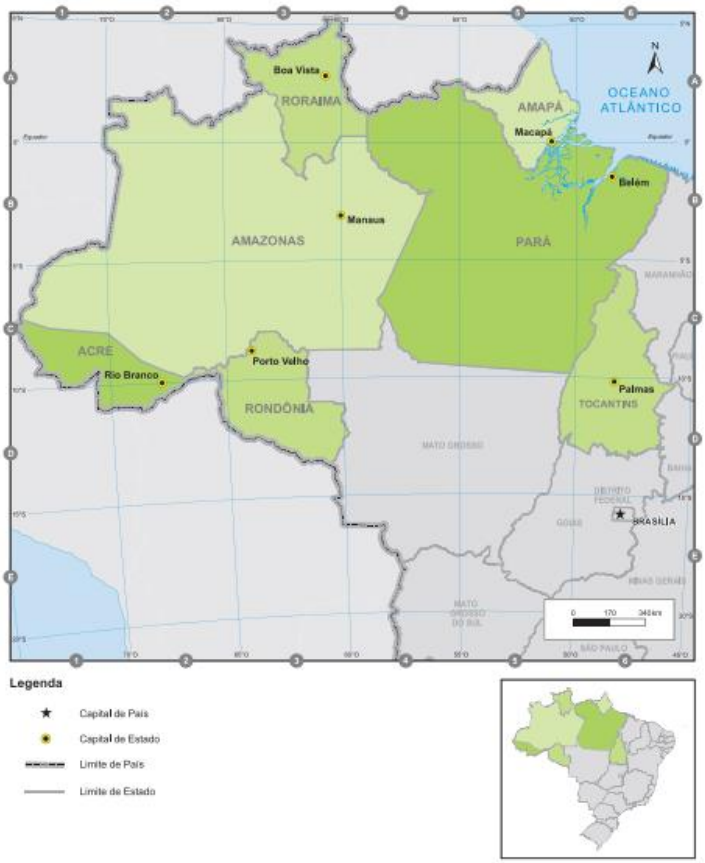
Em observação à compreensão de que a pesquisa de campo é uma prática inerentemente teórica, enraizada na experiência humana, o atual capítulo, intitulado "Antropóloga em Campo" visa aprofundar-se na compreensão das nuances e particularidades associadas à experiência feminina no contexto do trabalho de campo antropológico, levando em consideração às vivências que são marcadas pelas interseccionalidades de gênero, raça/etnia, geração, classe social e origem. Nesta esteira, o objetivo é compreender como as experiências das mulheres são moldadas por múltiplos fatores e como essas experiências influenciam tanto a prática quanto a interpretação do trabalho de campo.

2.1 SER “DA” E PESQUISAR “NA” REGIÃO NORTE

Ser originária da região Norte e realizar pesquisas na mesma área pode representar um desafio significativo para a pesquisa antropológica? Será que isso compromete, de alguma forma, a capacidade de manter o distanciamento e o estranhamento tão valorizados na disciplina? Este tópico busca explorar tais questões a partir das entrevistas e do levantamento bibliográfico realizado em monografias de antropólogas da região Norte, como forma de compreender as implicações que a familiaridade com o campo de estudo pode ter para a prática da antropologia.

Como ponto de partida, é importante destacar que a "região Norte" do Brasil abrange a vasta área de 3.853.327,2 quilômetros quadrados e conta com aproximadamente 17,71 milhões de habitantes. Essa região é composta pelos seguintes estados e suas respectivas capitais: Acre (AC) e sua capital Rio Branco; Amapá (AP), com Macapá; Amazonas (AM), com a capital Manaus; Pará (PA), com Belém; Rondônia (RO), com Porto Velho; Roraima (RR) e sua capital Boa Vista; e Tocantins (TO), com Palmas. Representando 45% da área total do país, é a maior região brasileira em extensão territorial. Conforme evidenciado no mapa a seguir:

Figura SEQ Figura * ARABIC 14
-Região Norte do Brasil



Fonte: IBGE[24] (2024)

A região é geograficamente extensa e diversa, abrangendo vários estados, cada um com características geográficas, culturais e econômicas próprias. Isso torna praticamente impossível para qualquer pesquisadora, mesmo aquela que cresceu e foi socializada em algum estado da região, dominar completamente as complexas dinâmicas da região Norte. Em outras palavras,

[24] https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa99

ser natural da região Norte não implica necessariamente ter um conhecimento prévio sobre as diversas relações socioculturais e dinâmicas internas dos grupos existentes na região, no estado ou mesmo na cidade de residência da pesquisadora, conforme pode ser observado no caso da Antropóloga 01.

A Antropóloga 01 nasceu na Colônia Mulata, uma vila no interior de Monte Alegre, cidade localizada na região oeste do Pará, filha de retirantes nordestinos que fugiam da seca de 1915. A família migrou para Santarém (PA) em 1972, em busca de melhores oportunidades.

Ela completou sua Licenciatura em Letras pela UFPA em 1995. Entre 1995 e 1998, desempenhou a função de professora substituta na UFPA, e lecionou em diversas localidades do interior do estado, o que expandiu sua compreensão sobre as múltiplas facetas da região amazônica. Em 1998, obteve a especialização em Linguística Textual e, em 2006, o título de Mestre pela mesma instituição, período em que estudou os falares do Norte. Em 2007, foi aprovada em concurso para o cargo de professora na UFAM e transferiu-se para Parintins (AM).

Ao trabalhar como linguista em um instituto de ciências sociais e educação, a Antropóloga 01 se envolveu em projetos de extensão em comunidades ribeirinhas próximas a Parintins, onde percebeu semelhanças com as comunidades do interior de Santarém, fato que despertou o seu interesse pela Antropologia Social. Em 2017, a Antropóloga 01 concluiu o Doutorado em Antropologia Social pela UFAM.

Ao ser indagada acerca do trabalho de campo que originou a sua tese, e os desafios de morar e pesquisar na mesma localidade, a Antropóloga 01 relembra que, ao mudar para a cidade de Parintins, optou por morar próximo à universidade em que trabalhava. Assim, adquiriu uma casa no centro e se deslocou poucas vezes para fora dessa área.

Ao iniciar seu trabalho de campo, a Antropóloga 01 decidiu começar pelo bairro mais distante do centro, o bairro da União, uma ocupação que estava se estabelecendo como um novo bairro. Segundo ela, "*foi aí que eu conheci uma realidade totalmente diferente, a de um bairro ribeirinho na cidade, pois a ocupação desses bairros ocorre justamente às margens desses rios que eles chamam de igarapés"* (Antropóloga 01, 19/08/2020).

A Antropóloga 01 descreve sua aparência como tendo "*traços indígenas e uma cor morena"* (Antropóloga 01 em 19/08/2020). Devido à semelhança com os interlocutores, pensou que "*todo mundo ia me reconhecer como alguém da Amazônia, uma parintinense, mas não, eu não fui vista assim, eu não era uma nativa"* (Antropóloga 01, 19/08/2020). Sobre a situação ela descreve que:

> “Então, quando caminho pelo bairro e começo a perceber que as pessoas não me reconhecem, começo a me lembrar de muitas coisas, especialmente de várias etnografias que li, sobretudo de Magnani, quando ele fala sobre "não ser do pedaço". A categoria "pedaço" me ajudou muito. Apesar de eu pensar que fazia parte do "pedaço", eu não tinha os traços, o comportamento ou o modo de falar do "pedaço", então eu era uma estranha, uma estrangeira. Esse estranhamento me fez perceber o quanto o campo seria desafiador para mim, porque tudo aquilo que você pensa que sabe se revela um "não-lugar". Eu estava em um "não-lugar". Eu era amazônida, não sou parintinense por nascimento, mas me considerava alguém que pudesse ser reconhecida como uma moradora dali, e não era” (Antropóloga 01, 19/08/2020).

Apesar de residir em Parintins, ser oriunda da Região Norte, conhecer diversas cidades da região e compartilhar traços físicos semelhantes aos interlocutores, a Antropóloga 01 não foi percebida como uma residente local. Além disso, seus interlocutores a *“chamavam de “branca” e eu não entendi o porquê, pois eu nunca me senti uma mulher branca. Depois eu vim compreender que “branca” nesse contexto era alguém que possui um certo poder econômico”* (Antropóloga 01, 19/08/2020).

No contexto sociocultural em que a Antropóloga 01 estava inserida, a classificação do outro como "branco" transcende a simples cor da pele e se relaciona com fatores sociais e econômicos mais complexos, como poder aquisitivo e aos comportamentos associados a determinadas classes sociais. Como descreve: “*Eu era vista como branca porque meus trejeitos, minha forma de me comportar e de falar lhes indicavam que eu era branca. Assim, para eles, eu era branca. Eles não me chamavam de “branca”; eles me viam como “branca*” (Antropóloga 01, 19/08/2020).

Ao dissertar sobre os conceitos associados ao "ser branco," Alves (2010, p.14) ressalta que a noção de branquitude é uma "construção social que faz parte do imaginário de diferentes indivíduos e tem apenas parcial relação com a aparência física de pessoas consideradas brancas." O significado de "ser branco" tem evoluído ao longo da história e, no contexto brasileiro, a identidade branca não está estritamente vinculada a pureza racial ou origem, mas, sobretudo, à aparência física das pessoas. De acordo com Alves (2010):

> “Possivelmente esse branco tenha que negociar sua inserção na brancura em outros contextos, principalmente europeus e norte-americanos, ou a definição de quem é branco varia conforme as características do interlocutor. Talvez seja mais difícil caracterizar-se como branco num ambiente elitizado do que na periferia, por exemplo. Essas situações só atualizam o argumento de que a raça (e, consequentemente, não apenas a negritude, mas também a condição de ser branco) e a pertença racial são construções sociais que não existem a priori, são gestadas nas relações que se estabelecem em nossa sociedade” (ALVES, 2010, p.21).

Dessa forma, Alves (2010) argumenta que a percepção da identidade racial é uma construção social dinâmica, que varia conforme o contexto e as relações de poder, estando

profundamente enraizada nas práticas sociais e nas negociações culturais. Nesse sentido, a percepção local da Antropóloga 01 como uma mulher branca decorre de marcadores de classe, conforme evidenciado a seguir:

> “Durante minha pesquisa, meu maior receio era ser reconhecida e, com isso, perder a minha posição no campo. Eu morava no centro da cidade, em uma casa que, pelos padrões locais de Parintins, era considerada uma mansão. Eu morava no espaço que era de branco mesmo” (Antropóloga 01, 19/08/2020)”.

Apesar do receio de não ser aceita no campo devido aos modos de falar, andar e agir associados a diferenças de classe, a Antropóloga 01 conseguiu se adaptar ao contexto local. Ela recorda uma ocasião marcante em que foi comprar água e encontrou uma das suas vizinhas da ocupação. A vizinha, que trabalhava no supermercado, questionou: "*O que você está fazendo aqui? Aqui não é lugar para você estar, não! Só tem coisa de rico aqui. É melhor você comprar em outro lugar* " (Antropóloga 01, 19/08/2020). Esse episódio foi significativo para a Antropóloga 01, pois “foi assim que percebi que estava deixando de ser uma estrangeira e começando a fazer parte daquele mundo, justamente por estar morando lá" (Antropóloga 01, 19/08/2020).

O relato da Antropóloga 01 evidencia que, ser da mesma região, residir na mesma cidade, compartilhar semelhanças físicas e culturais, e ser proveniente de camadas populares, essas características não são suficientes para garantir sua aceitação pelos membros da comunidade. Assim, a identidade e o reconhecimento na comunidade são influenciados por uma complexa teia de fatores que vai além das aparências e origens compartilhadas.

A Antropóloga 01 recorda que, em uma ocasião, foi até os fundos da casa onde estava hospedada e chorou profundamente. Nesse momento, uma senhora idosa se aproximou para consolá-la, dizendo: *"Minha filha, não fique assim, daqui a pouco você vai se formar, vai ter dinheiro para comer bem e ficar bem*" (Antropóloga 01, 19/08/2020). O choro de a Antropóloga 01 estava relacionado aos desafios de adaptação ao trabalho de campo, como ela relembra: “*Eu não sabia como iria sobreviver ali, estava sendo um desafio imenso. Tinha cheiros intensos e precisava comer coisas que não estava acostumada. Estava sendo muito difícil, e eu só queria voltar para casa*” (Antropóloga 01, 19/08/2020).

No desfecho da pesquisa, a Antropóloga 01 compartilhou com suas interlocutoras as circunstâncias de sua moradia no centro da cidade, desencadeando uma reação bem-humorada por parte delas, que exclamaram: "*Ah, então a senhora sempre foi rica*!" (Antropóloga 01, 19/08/2020).

Na dissertação intitulada *"Mujeres en la venta:* família e relações de gênero na fronteira amazônica - Brasil e Peru"[25], Marilene Peres (2019, p.15) revela que, ao iniciar sua pesquisa sobre mulheres vendedoras na fronteira entre Brasil e Peru, descobriu aspectos do cotidiano das "*mujeres en la venta*" que lhe eram desconhecidos, "*pois apesar de ser moradora da fronteira não conhecia o dia a dia das peruanas que trabalham nas vendas, não notava e nem me interessava sobre essas transações, tanto de pessoas quanto de mercadorias e serviços"* (PERES, 2019, p.110). Assim, ela relata que, embora vivesse na região, não estava familiarizada com o processo de comercialização local, especialmente em relação a Islândia, um dos municípios estudados, e não conhecia bem a realidade do país vizinho.

De forma semelhante, Danielle Lins (2018) narra na dissertação "*O revestimento: linhas, nós e malha do conhecimento musical de Seu Rosário - uma etnografia do violino em Parintins-AM*"[26] que, ao se deslocar para Parintins para conduzir sua pesquisa, encontrou dificuldades semelhantes. Lins expressa que, mesmo sendo da região, desconhecia os caminhos e rotas necessários para o desenvolvimento de sua pesquisa: "alguém como eu, não familiarizado com essa rota, inevitavelmente se questiona: como as pessoas conhecem esse caminho? Como se orientam nesse rio?" (LINS, 2018, p.14).

Iranilde Santos, uma antropóloga de origem indígena que se dedica à pesquisa sobre violência contra as mulheres da etnia Macuxi, enfrentou desafios similares. Na dissertação intitulada "*Violência contra mulheres indígenas Macuxi: de experiências narradas a soluções coletivo*[27]*"* (2017), ela narra que, mesmo sendo parte do grupo Macuxi, o processo de obtenção de autorização para realização da pesquisa junto às mulheres do grupo foi marcado por desafios, demoras e procedimentos burocráticos. Como observado: "*Eu sou indígena, do povo Macuxi, da comunidade indígena São Jorge. Apesar de ser indígena, necessitei ir várias vezes à região para conseguir permissão para fazer a pesquisa de campo. Esta foi concedida em agosto de 2014*" (SANTOS, 2017, p.11).

O caso de Iranilde Santos ilustra a complexidade das negociações na pesquisa etnográfica, mostrando que, mesmo quando a pesquisadora compartilha a origem cultural dos interlocutores, a aceitação e realização da pesquisa não são garantidas. No caso pesquisa sobre violência contra mulheres Macuxi enfrentou desafios significativos, decorrentes da

[25] https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7657/6/Dissertação_MarileneAicate_PPGAS.pdf
[26] https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7656/7/Dissertação_DanielleColares_PPGAS.pdf
[27] https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7791/2/Dissertação_IranildeBarbosa_PPGAS.pdf

sensibilidade em torno da exposição de temas relacionados à violência no contexto étnico resultou em uma demora na concessão da permissão necessária.

Pelo exposto, torna-se evidente que “ser da” e “pesquisar na” região Norte não representa um obstáculo para a pesquisa antropológica. A vastidão territorial da região, que abrange diversos estados e municípios, é acompanhada por uma imensa diversidade de culturas, tornando impossível o conhecimento de todas elas. Mesmo ao realizar pesquisas na cidade de origem ou dentro do grupo étnico da antropóloga, ainda se desvela um universo de manifestações culturais, cada qual com seus próprios desafios para inserção no campo e adaptação ao contexto de trabalho. Portanto, a pesquisa antropológica não perde seu valor, nem abdica do distanciamento e do estranhamento necessários, quando conduzida na região Norte por pesquisadores locais. Pelo contrário, ela gera novas perspectivas e aprofunda a compreensão dessas realidades.

O argumento de que a semelhança física ou cultural da antropóloga com o grupo de estudo pode favorecê-la se revela frágil e limitado. O relato da Antropóloga 01, que chorava no quintal devido às dificuldades em se adaptar aos cheiros, comidas e locais, evidencia as complexas interseccionalidades em jogo. Nos casos em que a pesquisadora se assemelha fisicamente aos habitantes locais, isso não garante aceitação ou facilidade de inserção campo, pois outros marcadores sociais e culturais podem ser ativados de diferentes maneiras, influenciando a percepção e a classificação da pesquisadora perante o grupo.

A região Norte abriga uma população com uma diversidade de fenótipos, o que significa que nem todo pesquisador nascido na região compartilha as mesmas características físicas. Isso é evidente na fala de Jane Beltrão:

> "Eu sou quase transparente, e as pessoas não acreditam que na região Norte existam pessoas transparentes como eu. Transparentes no sentido da cor. Dizem 'tu és da Amazônia?' Mas, quando eu abro a boca, todo mundo sabe, porque o meu sotaque não tem como esconder. Então, a gente sofre tanto por ter os traços que eles pensam serem característicos, como por não tê-los" (Antropóloga 01, 31 de agosto de 2020).

Além disso, não existe uma identidade homogênea de "mulher nortista", mas sim uma diversidade de mulheres cujas experiências são moldadas por múltiplos marcadores sociais. Esses marcadores podem emergir de formas distintas durante o trabalho de campo, revelando desafios que talvez passassem despercebidos por outras pessoas. Assim, a pesquisa antropológica na região Norte é atravessada por dinâmicas complexas que vão além da aparência ou cultura compartilhada, exigindo uma abordagem sensível e atenta às particularidades de cada contexto.

2.2 “O KIT MACHINHO”: QUANDO A MULHER É ACEITA, MAS O FEMINO NÃO

Desde o início de sua existência e ao longo de grande parte de sua história, a ciência foi predominantemente masculina, representada pelo homem branco, ocidental, elitista e de mentalidade colonial (LÖWY, 2009). Isso resultou na promoção de características e habilidades consideradas legítimas para a produção do conhecimento científico, todas elas moldadas por valores tradicionalmente associados ao gênero masculino.

Assim, espera-se que as mulheres se conformem a esse modelo, não apenas para serem reconhecidas como cientistas, mas também para obter sucesso em suas carreiras (SILVIA e RIBEIRO, 2014). Para tanto, “o abandono dos atavios da ‘feminilidade’ não só é geralmente necessário para uma mulher ser levada a sério como cientista, mas é com frequência importante também para evitar atenção indesejável à sua sexualidade” (SCHIEBINGER, 2001, p. 152).

A vestimenta desempenha um papel crucial no trabalho de campo antropológico e mesmo na academia, pois afeta, diretamente, a aceitação e a inserção no ambiente de pesquisa. Cortez-Ocasio (2021, p.2), expressa que “arrumar-se para ir trabalhar é uma atividade rotineira, porém não é tão simples quanto parece. E, como quase tudo na sociedade em que vivemos, afeta de maneira profundamente distinta homens e mulheres”.

É comum e necessário que conselhos sobre a vestimenta para o trabalho de campo sejam compartilhados. No entanto, as entrevistas revelaram que, muitas vezes, esses conselhos são fornecidos às antropólogas, não como uma forma de cuidado com o bem-estar, diante de cenários ambientalmente desafiadores, como “roupas que proporcionem liberdade de movimento e estar em conformidade com as condições climáticas da região”, mas como estratégias para evitar possíveis assédios e desconfortos durante a pesquisa. Isso é evidenciado a seguir:

> "Minhas amigas e eu costumávamos falar: 'você vai a campo? Já preparou o seu kit machinho?' O kit machinho era composto por calças e camisas grandes que não marcassem o corpo, era um jeito de evitar certos assédios. A roupa tinha que ser neutra, nada de batom, nada de maquiagem, cabelo amarrado, chapéu ou boné, roupa larga, bota ou tênis, basicamente isso" (Antropóloga 04 - 18 de setembro de 2020).

O termo "kit machinho", mencionado pela interlocutora, usa um tom satírico e sarcástico para evidenciar a dinâmica de gênero no trabalho de campo. A expressão "machinho" indica que as roupas são selecionadas para reduzir a visibilidade do corpo feminino, com o intuito de

evitar situações desconfortáveis e proteger a pesquisadora das mais diversas possibilidades de assédio.

O uso de roupas coladas ao corpo, curtas ou decotadas, maquiagem e bijuterias é desaconselhado. O kit machinho, revela a necessidade de esconder traços femininos durante a pesquisa de campo, como forma de obter uma suposta segurança. É mister estabelecer que questões como assédio sexual, ciúmes e violência de diversas perpetrações estão além do controle das pessoas afetadas, independentemente das escolhas de vestuário feitas.

Através da leitura dos espaços onde serão realizados os trabalhos de campo, é fundamental compreender que as roupas, independentemente de serem práticas, confortáveis, precisam ser adaptadas ao contexto cultural e social do estudo. Cortez-Ocasio (2021, p.2) complementa o seu pensamento ao afirmar que "vestir-se para ir trabalhar passa a ser, então, um esforço recorrente para que o foco esteja no trabalho, na nossa competência, nas atividades desempenhadas, e não no que vestimos". Ao rememorar uma experiência, a Antropóloga 12 narrou a seguinte situação:

> "Uma vez, eu fui apresentar um trabalho de iniciação cientifica na faculdade. Eu estava bem nervosa, era o meu primeiro evento grande. Fui com uma camisa branca, dessas de botões, calça social, um salto pequeno, uma maquiagem discreta, colar e com o cabelo escovado. A minha orientadora chamou a minha atenção imediatamente, disse que na academia, o que tem que chamar a atenção é o nosso conhecimento. Eu fiquei com muita vergonha na hora, nunca mais fui arrumada para evento acadêmico. Até na minha defesa eu fui totalmente neutra e discreta" (Antropóloga 12, 07 de novembro de 2022).

Conforme destaca Keller (2006, p. 32), "as mulheres cientistas sofrem pressões específicas para abrir mão de quaisquer valores tradicionais que possam ter absorvido enquanto mulheres – senão por outra razão, simplesmente para provar sua legitimidade como cientistas."

Conforme Keller (1986); Garcia e Sedeño (2002) e, Ichikawa; Yamamoto; Bonilha (2008), os estereótipos sexuais, presentes desde o momento em que nascemos, moldam percepções e expectativas em relação aos papéis de homens e mulheres na sociedade. Esses estereótipos frequentemente associam homens a atributos como racionalidade, competitividade, independência e objetividade, enquanto mulheres são vinculadas a características como irracionalidade, passividade, dependência, ternura, emotividade e subjetividade.

Essas representações de gênero não apenas refletem, mas também perpetuam desigualdades, especialmente no contexto laboral e científico. A cultura dominante muitas vezes considera as características tradicionalmente associadas às mulheres como obstáculos à progressão nas carreiras científicas, enquanto valoriza atributos tipicamente consideradas masculinos, como racionalidade e objetividade. Com isso, características femininas são tidas

como um obstáculo para a persecução da carreira científica, enquanto as qualidades necessárias para fazer ciência são as masculinas" (ICHIKAWA; YAMAMOTO; BONILHA, 2008, p.3).

Essa dicotomia entre características masculinas e femininas cria um ambiente em que as mulheres, ao buscarem carreiras científicas, podem se deparar com preconceitos e desafios adicionais. As expectativas implícitas podem levar à subvalorização do trabalho das mulheres na ciência e à sub-representação em posições de liderança.

Abandonar a feminilidade, os adornos e adotar o kit machinho no trabalho de campo está relacionado a uma estrutura de poder mais ampla do que os sujeitos envolvidos. Essa é uma recomendação que todas as interlocutoras receberam em algum momento de suas trajetórias na antropologia. Tais relações têm raízes na história da ciência e sua formação androcêntrica, onde a mulher é aceita, mas o feminino não é.

Portanto, as cientistas devem evitar vestimentas e adornos específicos para evitar o assédio, inclusive de seus colegas. E como evidência Silvia e Ribeiro (2014), isso também é uma maneira de não chamar a atenção e se aproximar mais dos homens e da seriedade da ciência.

2.3 ALIANÇAS E FOTOGRAFIAS

No meu primeiro trabalho de campo na antropologia, recebi um conselho interessante: "*durante a pesquisa, use uma aliança para evitar o assédio e os ciúmes*". Com o tempo, esse conselho inicial foi complementado por outras orientações sobre comportamento e estratégias para evitar ciúmes e garantir a segurança pessoal durante o trabalho de campo.

O uso de uma aliança como sinal de indisponibilidade afetiva ou sexual é um conselho antigo, mas frequentemente transmitido às antropólogas e pesquisadoras de campo. No entanto, esse conselho carrega diversas pressuposições e merece uma reflexão crítica sobre sua eficácia.

Primeiramente, o uso da aliança pressupõe que o interlocutor está familiarizado com o simbolismo da aliança e os significados culturais associados, como o compromisso conjugal. No entanto, o reconhecimento e a interpretação de símbolos podem variar amplamente entre diferentes culturas e contextos sociais. Mesmo entre aqueles que compartilham o significado da aliança, esta não é uma solução infalível para evitar avanços indesejados.

Além disso, a estratégia de usar uma aliança baseia-se na premissa de que sexo e casamento estão intrinsecamente ligados. No entanto, essa associação não é universal. Por

exemplo, entre os povos indígenas brasileiros, como os do alto rio Negro[28], o casamento é regulado por normas específicas que não se alinham com a visão ocidental de casamento e sexo.

Martha Azevedo (2016) destaca que nas etnias do alto rio Negro o homem deve casar-se com a sua prima cruzada bilateral (filha da irmã do pai ou filha do irmão da mãe). Betty Mindlin (2012), ao escrever sobre o amor entre os Ikolen, conhecidos como "Gavião", esclarece que "pelas regras de parentesco, o melhor casamento é o do tio materno com a sobrinha; em seguida entre primos cruzados" (MINDLIN, 2012, p.40). Em tal contexto, a aliança pode não ser um dispositivo eficaz para inibir propostas de casamento, pois tais propostas podem não estar alinhadas com os sistemas de parentesco locais.

Enquanto sistemas de parentesco regulam as propostas matrimoniais, as investidas sexuais ainda são possíveis, uma vez que a literatura mostra que em muitas sociedades indígenas sul-americanas, o casamento e o sexo não são necessariamente indissociáveis. Laraia (1963) observa que, entre os Suruí, as mulheres casadas mantêm relações sexuais com parceiros adicionais durante a ausência do marido, uma prática conhecida e aceita pelo grupo. Isso indica que a indisponibilidade matrimonial não implica automaticamente em indisponibilidade sexual.

Ademais, mesmo em sociedades que compartilham o conhecimento sobre os signos associados ao uso da aliança e que compreendem sua relação com a indisponibilidade sexual, ainda assim podem investidas sexuais. Marilene Peres (2019, p. 20) descreve em sua dissertação diversas situações de assédio que enfrentou durante o trabalho de campo na fronteira entre Brasil e Peru.

Ela relata que, em 2015, durante uma visita à Islândia, foi à casa de um senhor, parente de uma interlocutora. A visita se tornou desconfortável quando o homem começou a fazer comentários inapropriados, como: "*traia o seu marido, ele não precisa saber, você é linda*" (PERES, 2019, p. 20), enquanto tentava tocar seus cabelos, o que ela prontamente impediu. O comportamento do homem, aliado ao fato de estarem sozinhos, a deixou apreensiva quanto à sua segurança. Ela tentou encurtar a conversa e responder de maneira a não prejudicar a pesquisa. Para evitar uma nova situação desconfortável, levou sua irmã em uma visita subsequente. Infelizmente, o homem repetiu o comportamento, conforme seu relato:

> "Sabia que seria necessário retornar novamente a casa dele, então chamei minha irmã para ir comigo e, ao invés de somente eu sofrer assédio, minha irmã também foi assediada, claro que não tive essa intenção ao convidá-la. A intenção era que ele se intimidasse e não repetisse sua atitude. Entretanto, ao chegarmos à casa nos recebeu, passamos a conversar e sugeriu que traísse meu marido, dizendo o seguinte "*tu*

[28] A região do Alto rio Negro é habitada atualmente por 19 povos indígenas, falantes de línguas das famílias Tukano, Aruak e Maku (AZEVEDO, 2016, p.2)

> *Hermana eres bem blanquita, ai que linda, ustedes són lindas*". Então, disse a ele para procurar mulheres solteiras, que minha irmã também tinha namorado. Diante disso, conversamos pouco e fomos embora (PERES, 2019, p.21).

Outra situação ocorreu durante uma visita a uma instituição no município estudado, onde ela foi assediada por uma autoridade local. Durante a conversa, quando ficaram sozinhos na recepção, o homem sugeriu que ela entrasse em sua sala para uma conversa mais privada e "*indagou-me se eu era casada, ao mesmo tempo em que afirmou que já havia ficado com mulheres casadas, tentou pegar em minhas mãos e em meu queixo, mas desviei-me*" (PERES, 2019, p. 22).

Os relatos de Peres (2019) evidenciam que o uso de aliança ou o conhecimento dos interlocutores sobre o estado civil da antropóloga não garantem a ausência de assédio sexual durante o trabalho de campo. No segundo relato, a pergunta do homem sobre se ela era casada foi acompanhada da informação de que ele já havia "ficado com mulheres casadas". Aqui, o assédio não apenas ignora o simbolismo da aliança, mas também demonstra um desdém pelo conceito de indisponibilidade conjugal.

Esses relatos reforçam a ideia de que, mesmo em sociedades onde o simbolismo da aliança é bem compreendido e amplamente reconhecido, esse recurso não é uma forma eficaz de impedir situações de assédio. Não obstante, em alguns contextos, o uso da aliança ou a exibição de fotografias pode ser útil para dirimir curiosidades sobre a vida pessoal da antropóloga, desencorajar pretendentes, arranjos amorosos ou brincadeiras.

A experiência da Antropóloga 06, natural de Manaus, ilustra essas dinâmicas. Ao refletir sobre seu trabalho de campo, ela relembra que a comunidade demonstrava uma curiosidade significativa sobre sua vida pessoal e relacionamentos amorosos, como evidenciado pela fala a seguir:

> "As pessoas da comunidade eram muito curiosas sobre quem eu era, como era a minha vida na cidade, se eu era casada. As pessoas sempre perguntavam se eu tinha namorado, se ele não se incomodava de eu vir para cá. Quando eu estava solteira sempre tentava inventar que eu tinha um namorado ou noivo na cidade. Às vezes, quando falavam "cadê a aliança"? Eu respondia que eu não gostava de usar aliança, mas mostrava a foto. Se eu estivesse namorando mostrava a foto do namorado, mas se não tivesse, mostrava foto de algum amigo" (Antropóloga 06, 08 de outubro de 2020).

Esse interesse estava relacionado ao fato de que um homem da comunidade que a auxiliava era solteiro, e seus familiares desejavam promover um arranjo romântico entre os dois. A Antropóloga 06 relata: "*Ele era solteiro e as irmãs dele queriam que eu namorasse com ele, ficavam fazendo conchavo. Essas coisas acontecem; as mulheres de lá queriam saber mais sobre mim para depois contar a ele*" (Antropóloga 06, 08 de outubro de 2020).

Para lidar com tais situações que surgiram durante a pesquisa, a Antropóloga 06 adotou a estratégia de mostrar fotografias para convencer as pessoas de que possuía um namorado ou noivo na cidade. Nesse contexto, declarar-se comprometida e acionar símbolos para validar isso, como o uso de fotografias, tornou-se uma estratégia eficiente para preservar sua privacidade e evitar a propagação de brincadeiras e tentativas das mulheres locais de encontrar parceiros para ela.

Conclui-se que o uso de alianças, fotografias ou roupas especificas como estratégias para evitar o assédio e a curiosidade indesejada durante o trabalho de campo possui limitações significativas. Embora esses métodos possam ser úteis em certos contextos para gerenciar curiosidades ou evitar abordagens amorosas, eles não garantem segurança e respeito, especialmente em ambientes onde o simbolismo da aliança não é compreendido ou é deliberadamente ignorado. Os relatos apresentados demonstram que, em muitos casos, o assédio persiste independentemente do estado civil ou dos sinais de comprometimento afetivo.

Nesse sentido, o relato da Antropóloga 12 destaca o conselho que recebeu ao se preparar para viajar sozinha pelos rios da região durante uma pesquisa sobre comunidades ribeirinhas. Ela foi orientada a escolher com muito cuidado o local onde amarraria a sua rede, "*eu deveria procurar uma família ou grupo que estivesse viajando junto e amarrar a minha rede por perto. Ficar próxima a eles para que as outras pessoas achassem que eu estava viajando com eles"* (Antropóloga 12, 07 de novembro de 2022). Durante os três dias de viagem de barco, ela estabeleceu uma relação amigável com a família, que passou a vigiar suas malas enquanto ia ao banheiro, compartilhar lanches e oferecer muitos conselhos sobre segurança em viagens de barco. Ela relata:

> "Eu falei para eles que era antropóloga, estava fazendo uma pesquisa e, por isso, viajava sozinha. Como estavam habituados a viajar de barco, logo me deram diversos conselhos. Eles me aconselharam a colocar a mala embaixo da rede, e não ao lado, como muitas pessoas fazem, e a atar a minha rede baixa o suficiente para que as minhas malas ficassem em contato com o meu corpo. Uma vantagem de colocar a rede mais baixa era que outras redes ficariam mais em cima, dificultando o acesso ao meu corpo ou às minhas malas. Também recomendaram levar os itens importantes em uma pochete ou bolsa pequena dentro da rede e evitar roupas ou malas chamativas para não parecer que possuía bens valiosos. Falaram que eu não precisava ficar preocupada durante toda a viagem, mas apenas em momentos de embarque e desembarque. Foram muitas recomendações, e elas me serviram muito" (Antropóloga 12, 07 de novembro de 2022).

A Antropóloga 10 também recebeu conselhos de sua orientadora antes de sua primeira viagem de campo. Entre esses conselhos estava: "*Eu deveria informar sempre onde e com quem eu estava. Precisava comunicar à equipe, à família e às pessoas da comunidade que me*

recebiam e, de certa forma, eram responsáveis por mim" (Antropóloga 10, 15 de março de 2022). Além disso, foi orientada a registrar a placa dos carros sempre que pegasse um transporte e, se possível, a compartilhar a localização em tempo real durante traslados ou em trajetos mais perigosos.

Os relatos das Antropólogas 10 e 12 descrevem um conjunto de estratégias práticas de segurança baseadas na experiência, seja dos interlocutores, que eram viajantes experientes, ou da orientadora, que possuía vivência em viagens de campo sozinha. Essas orientações visam minimizar riscos e proteger pertences pessoais em ambientes potencialmente vulneráveis.

Com base nos relatos, destaco dois pontos fundamentais. O primeiro é a necessidade de refletir criticamente sobre os conselhos e orientações transmitidos às pesquisadoras que realizam trabalho de campo. Muitas vezes, essas orientações podem ser reproduções cristalizadas de práticas que não consideram as especificidades de cada contexto ou são influenciadas por noções tradicionais de gênero que perpetuam a ideia de que cabe à mulher evitar situações de risco ou ciúmes. Portanto, é crucial que os conselhos sejam adaptados e atualizados para serem realmente eficazes e sensíveis às dinâmicas de poder presentes em diferentes ambientes.

O segundo ponto é a importância de dar voz às experiências das pesquisadoras de campo, para que elas compartilhem as dificuldades enfrentadas e as estratégias desenvolvidas para lidar com as diferentes situações vivenciadas nos trabalhos de campo. Isso possibilita a construção de um repertório mais diversificado de práticas de segurança, que vai além das orientações tradicionais e leva em conta as especificidades de cada contexto de pesquisa. Dessa forma, novos conselhos e estratégias podem ser formulados, refletindo uma compreensão mais ampla e contextualizada dos desafios e soluções possíveis no trabalho de campo antropológico.

2.4 RISCO E ESTRATÉGIAS NO TRABALHO DE CAMPO

Durante o trabalho de campo, as pesquisadoras se deparam com diversos riscos, incluindo a possibilidade de assaltos, ameaças, extorsões, conflitos, assédios, acidentes, doenças, entre outros. Assim, Fleischer e Bonetti (2010, p.12) sugerem que o conceito de risco no trabalho de campo deve ser abordado de forma polissêmica, variando de acordo com a região, os atores envolvidos e os eventos específicos. Dessa maneira, o risco não deve ser considerado como algo estático, mas sim como uma noção dinâmica que se adapta às circunstâncias específicas de cada situação.

Durante a entrevista, a interlocutora 10 narrou uma situação de assédio sexual que vivenciou durante um trabalho de campo localizado em uma comunidade quilombola. A violência foi perpetrada por: "*um senhor que foi meu interlocutor por muitos meses, ele era de confiança dos meus orientadores. Foi bem recomendado, ele era motorista da lancha e me levaria até o quilombo, a viagem demorava cerca 8 horas"* (Antropóloga 10, 15 de março de 2022).

O percurso de ida foi longo e solitário, pois só havia os dois e o rio, com pouquíssimas comunidades por perto, apesar disso a viagem transcorreu normalmente. Ao chegar na comunidade, ambos ficaram hospedados em uma casa, cada um em um quarto. Nos quartos não havia portas, eram apenas cortinas. Em certo momento, ela relata:

> "Eu estava dormindo na rede e quando acordei ele estava na minha frente se masturbando. Eu levantei muito assustada e falei que não acreditava no que estava vendo. Ele tentou me segurar, eu me soltei e saí sozinha pela cidade, só com o meu celular. Fiquei andando até dar a hora da senhora dona da casa sair do trabalho. Aí, encontrei ela para a gente voltar juntas para casa. Ela já havia me oferecido para dormir com ela no quarto, pois o marido estava viajando e lá tinha ar-condicionado. Pedi para dormir com ela naquela noite, alegando que fazia muito calor no quarto, mas nem era por isso, era pela situação. Não falei para ninguém de lá e fiquei com muito medo. Ia precisar fazer uma viagem longa com ele na volta para pegar as minhas coisas que estavam na casa dele, com a esposa dele. Não tinha outro barco para sair da comunidade, então tinha que ser com ele. Acho que aconteceu um milagre, porque o neto desse homem começou a chorar muito, falando que estava com saudades da avó, e pediu para ir também, junto com a gente. O homem não queria que a criança fosse, e então eu disse para a mãe dela que eu ia e, se ela quisesse, eu ia cuidando dele. Insisti bastante e garanti que ia cuidar direitinho dele. Foi o jeito que encontrei de me proteger na viagem de volta (Antropóloga 10, dia 15 de março de 2022)".

A Antropóloga 08, narrou uma situação que poderia ter resultado em um estupro coletivo, durante uma pesquisa de campo em uma comunidade tradicional. Ela relembra que na comunidade não havia banheiro, sendo necessário deslocar-se para uma área reservada de mata, a alguns metros de distância da comunidade sempre que precisava satisfazer suas necessidades fisiológicas. Certa madrugada, ao se deslocar para esse local sozinha, ela relembra que desligou a lanterna para não evidenciar a sua localização, contudo percebeu que estava sendo seguida, conforme relato a seguir:

> "Eu percebi que tinha 4 meninos atrás de mim, eu fiquei com muito medo. Eu fiquei com muito medo nesse dia porque eu sabia que aquilo ali não era uma coisa autorizada pelas lideranças, que eles não apoiam esse tipo de coisa, mas eu já tinha ouvido falar muito dos abusos e eu sabia que se eu desse mole eu ia ser a próxima vítima porque eu não ia ter como me defender de quatro meninos fortes. Então eu fiquei com muito medo nesse dia. Se eu corresse ia ser pior, então eu pensei "eu vou falar com eles". Porque o abuso sexual tem muito de uma relação com medo de você estabelece, um prazer em incitar medo na vítima, eu não tô falando que isso funciona em todos os casos, porque

> a gente sabe que não é bem assim, mas então eu tava andando rápido e aí eu parei virei para eles e perguntei "o que vocês querem?" eles baixaram a cabeça e riram, então eu disse "eu não tô brincando, eu acho melhor vocês irem embora". Então, eles foram embora, mas depois daquela noite eu nunca mais fui ao banheiro sozinha à noite (Antropóloga 08, 23 de setembro de 2020).

Os relatos das Antropólogas 10 e 08 evidenciam a possibilidade real e significativa de violência contra pesquisadoras durante o trabalho de campo, incluindo violência sexual, mesmo quando todas as precauções possíveis são tomadas. Além disso, muitas situações de assédio e violência não são narradas por diversos motivos, como vergonha ou o receio de que a autoridade da pesquisadora enquanto antropóloga seja questionada. Isso pode ser observado na fala a seguir:

> "São informações que você deixa de lado porque você não quer que aquilo vire o centro do teu trabalho, a gente sabe que como mulher já tem uma desvantagem para ser ouvida. Um antropólogo homem tem muito mais facilidade circulando que a gente" (Antropóloga 08, 23 de setembro de 2020).

O risco de violência e assédio no trabalho de campo nem sempre é externo; ele também pode surgir de colegas antropólogos na equipe de pesquisa ou do ambiente acadêmico em geral. A experiência relatada pela Antropóloga 07 ilustra como a violência de gênero pode se manifestar em ambientes que, teoricamente, deveriam ser seguros e propícios ao desenvolvimento intelectual e profissional. Ela descreve sua experiência mais traumática de assédio com um colega de curso, ressaltando que "*os assédios eram provocados por homens dentro da universidade, professores, alguns hierarquicamente superiores. No caso, todos eram na época hierarquicamente acima de mim, em idade, experiência profissional e titulação*" (Antropóloga 07).

Os relatos evidenciam que, apesar da preparação dos pesquisadores[29], eles estão sujeitos a violência durante o trabalho de campo. Mesmo com estratégias e medidas de segurança cuidadosamente adotadas para minimizar esses riscos, não há garantia de proteção total. Assim, é crucial entender que a ocorrência de situações de violência não deve ser interpretada como uma falha ou inabilidade por parte da pesquisadora ou do pesquisador. A violência e o assédio não são reflexos da competência ou da preparação dos indivíduos, mas sim de fatores externos e contextuais, que estão além de seu controle.

Além disso, é importante destacar que discutir os riscos e a violência enfrentados por antropólogas no trabalho de campo não implica que esse ambiente seja, por definição, perigoso

[29] Nesse contexto incluo mulheres e homens, cis e trans

para as mulheres. Muitas antropólogas realizam pesquisas em contextos predominantemente masculinos ou considerados hostis sem vivenciar situações de violência.

A Antropóloga 03, nascida em 1987 na cidade de Manaus, conduziu sua pesquisa no interior do Amazonas com um grupo de trabalhadores extrativistas. Ela relata que não havia uma comunidade estabelecida, apenas um acampamento de trabalhadores, localizado a seis horas de barco da comunidade mais próxima e habitado exclusivamente por homens, o que resultou em um ambiente intensamente masculino.

Sobre sua adaptação no campo, ela relembra que, "*no acampamento não tem banheiro, então eu precisava ir ao mato sozinha, precisava dar o meu jeito quando estava menstruada ou com cólica. Então foi estranho, mas não foi difícil*" (Antropóloga 03, 15 de setembro de 2020).

Apesar do ambiente predominantemente masculino, ela descreve os homens extrativistas sempre foram muito respeitosos. Eles a chamavam de "professorinha" e demonstravam cuidado com ela: *"Às vezes falavam: "professora, cuidado!". E eu ia ver e era uma cobra. Sempre tiveram muito respeito; as pessoas sempre foram muito respeitosas comigo"* (Antropóloga 03, 15 de setembro de 2020).

Na região da pesquisa existiam os "patrões", figuras de poder da região que frequentemente mantinham os trabalhadores extrativistas em condições análogas à escravidão. Ela relata que, em tom de ameaça, um desses patrões a advertiu sobre as possíveis repercussões do que ela poderia escrever: *"eu tive a oportunidade de conversar com ele, e ele falava bem claro: "Olha a moça, cuidado com que você vai escrever, você pode prejudicar muita gente"* (Antropóloga 03, 15 de setembro de 2020).

Além da pressão dos Patrões, os únicos momentos que a Antropóloga 03 considerava tensos eram quando chegava às comunidades, especialmente devido às festas locais, onde o índice de alcoolismo era muito alto. Ela relata que algumas brigas acabavam em violência extrema, com pessoas se agredindo com terçados, o que às vezes resultava em ferimentos graves, como a perda de membros. Embora essas situações fossem inquietantes, ela nunca esteve diretamente envolvida, apenas presenciava os acontecimentos: "*Esses eram os únicos momentos que eu achava um pouco tensos, quando a galera bebia e brigava. Mas nunca aconteceu nada relacionado a mim; eu apenas observava*" (Antropóloga 03, 15 de setembro de 2020).

Dentre as estratégias para inserção no trabalho de campo, a Antropóloga 03 estabeleceu boas relações com as lideranças locais e seus aliados. A compreensão das dinâmicas de poder

e das relações de pesquisa, como discutido por Pierre Bourdieu, foi essencial para sua abordagem e sucesso no campo. Ela reflete:

> "O pesquisador às vezes se coloca numa posição de superioridade em relação aos entrevistados, e o gravador pode intensificar essa sensação. Sempre estudei a literatura sobre isso e procurei pensar no trabalho de campo com muito cuidado, devido às assimetrias nas relações de entrevista, que são também relações de pesquisa. Acredito que isso me ajudou muito" (Antropóloga 03, 15 de setembro de 2020).

Em 2013, a equipe do Ministério Público recebeu uma denúncia de trabalho escravo na região da pesquisa e realizou uma grande operação. "*Antes da operação, fui chamada como consultora para orientar a equipe do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho sobre a situação com um olhar antropológico*" (Antropóloga 03, 15 de setembro de 2020). Sobre o caso, ela relata que:

> "O patrão envolvido na denúncia, que anteriormente havia me feito uma advertência em tom ameaçador, acabou sendo acusado e teve mais de um milhão bloqueado de sua conta. Posteriormente, comecei a ser convidada pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Trabalho para participar de conferências e ministrar palestras sobre minha experiência A juíza responsável pelo julgamento e pelo bloqueio dos bens leu meus trabalhos para fundamentar sua sentença e fez referências a eles. A comunidade local também tomou conhecimento de que meu trabalho foi importante para a realização da operação" (Antropóloga 03, 15 de setembro de 2020).

A Antropóloga 03 considera que, embora sua relação com o Ministério Público não tenha sido intencional, "*acabou mostrando às pessoas que eu estava contribuindo para o processo. No entanto, o impacto foi temporário. Apesar das ações iniciais, o patrão recorreu, conseguiu desbloquear seus bens e a pena resultou apenas em um pedido de desculpas na comunidade"* (Antropóloga 03, 15 de setembro de 2020).

O fato de ser de Manaus também foi vantajoso para a Antropóloga 03, pois a capital é um ponto central para muitas comunidades do interior, e muitos de seus interlocutores possuíam parentes na cidade. Essa rede facilitou sua inserção e manutenção de relações com a comunidade local, mesmo quando estava fora do acampamento. As conexões em Manaus permitiram um contato contínuo que ajudou a fortalecer a confiança com lideranças e trabalhadores.

Durante seu doutorado, a Antropóloga 09 decidiu investigar as relações sociais nas estradas da Amazônia. Entretanto, a reação de seus colegas de sala e professores, da região centro-sul, foi marcada por uma expressiva preocupação. A percepção generalizada era de que seria extremamente perigoso para uma mulher realizar trabalho de campo sozinha nesse ambiente. No entanto, a Antropóloga 09 observou que "*essa apreensão era alimentada por uma*

imagem caricata e estereotipada das estradas da Amazônia, retratando-as como terras selvagens, hostis e desprovidas de lei" (Antropóloga 09, 9 de novembro de 2020).

Apesar de ser natural do Estado do Pará, na região norte, a ela não estava familiarizada com as estradas da região. O trabalho de campo representava, portanto, uma incursão em uma esfera completamente desconhecida. Com isso, o impacto das preocupações externas foi significativo, levando a Antropóloga 09 a viajar para o campo com itens de autodefesa como "*spray de pimenta, arma de choque e canivete*" (Antropóloga 09, 9 de novembro de 2020).

Ao iniciar o trabalho de campo, a interlocutora foi surpreendida ao perceber que o ambiente das estradas era notavelmente mais diversificado em termos de gênero do que inicialmente lhe fora alertado. Contrariando as expectativas, ela constatou que as estradas abrigavam uma presença significativa de mulheres em trânsito: "*havia muitas mulheres em trânsito, algumas estavam viajando para fazer tratamento de saúde ou viajavam para comprar roupas e depois revender, outras visitavam a família*" (Antropóloga 09, 9 de novembro de 2020).

Embora o ambiente das estradas seja marcado pela presença feminina, a interlocutora desenvolveu formas de lidar com o assédio de alguns passageiros sem colocar em risco a interlocução necessária para a realização da pesquisa, qual seja, apresentar o cartão que comprova a vinculação institucional com uma instituição de prestígio do Sudeste. Conforme a mesma interlocutora:

> "Uma das minhas estratégias foi fazer um cartão de visita me apresentando como uma pesquisadora de uma instituição de prestígio do Sudeste. Isso tem um peso sabe? O peso institucional e peso da diferença de classe social, eu sabia da minha posição hierarquicamente e usei isso como um recurso para manter a minha segurança. Então eu era uma mulher branca, pesquisadora de uma região considerada importante e isso me dava um respaldo de alguma forma" (Antropóloga 09, dia 9 de novembro de 2020).

Ao criar um cartão de visita que destacava sua afiliação a uma instituição de prestígio do Sudeste, ela não apenas encontrou uma forma de afirmar a sua identidade profissional, mas também utilizava o peso institucional e a diferença de classe social como recursos para se proteger de possíveis situações de assédio.

Essa estratégia reflete um reconhecimento consciente de sua posição social e das hierarquias que operam no campo. A pesquisadora estava ciente de que sua identidade como mulher branca e sua conexão com uma instituição de prestígio poderiam oferecer uma camada de proteção, em um contexto em que essas características são valorizadas.

Para concluir as reflexões sobre o risco no trabalho de campo, apresento uma última situação em que o contexto da pesquisa é marcado por conflitos e tensões, criando situações

perigosas tanto para as comunidades locais quanto para os pesquisadores. Um exemplo é o relato da Antropóloga 04, que durante uma viagem de campo foi convidada pelos anfitriões para observar um baile de reggae na periferia da cidade. Acompanhada por quatro mulheres e um homem, que era o marido de sua anfitriã, ela participou do evento realizado em um galpão frequentado por trabalhadores de um grande empreendimento na Amazônia, conforme narrado a seguir:

> "O reggae ocorria em um galpão bastante amplo. Perto da meia-noite, muitos homens começaram a chegar ao galpão, muitos... havia muitos homens mesmo. Lá tinha uma mesa com algumas mulheres, e então minha anfitriã explicou que elas eram garotas de programa. À medida que a noite avançava, mais homens continuavam chegando, e havia pouquíssimas mulheres no ambiente. Para evitar sermos convidadas para dançar, o marido da anfitriã ficava dançando com as mulheres da nossa mesa. Ele passou a noite toda dançando, mas chegou um momento em que não dava mais; abordavam-nos pedindo para dançar, e mesmo que dançássemos, quando uma música terminava, já começava outra. Ficou muito inconveniente, pareciam moscas em cima da carne. Eu disse que o ambiente estava muito pesado. Começamos a rejeitar os convites, a falar "não" dizendo que todas estavam cansadas. Lá pelas tantas, os homens já estavam dançando entre eles. Era uma cena típica de seringal, algo que ocorre nos seringais da Amazônia, onde os homens dançam entre si. O evento começou a sair do controle, e as pessoas estavam usando drogas nos banheiros. Já era altas horas, e o ambiente ficou muito pesado devido ao constante convite para dançar, então decidimos ir embora" (Antropóloga 04, 18 de setembro de 2020).

A Antropóloga 04 relatou a existência de inúmeras histórias de violência no contexto de grandes construções na região amazônica, segundo o seu relato: "*Jaci-Paraná era o lugar mais perigoso. Eu não tive oportunidade de realizar trabalho de campo lá porque não tinha alguém para me acompanhar, e não podia me hospedar naquele local ou nas redondezas sozinha* (Antropóloga 04, 18 de setembro de 2020).

Entre as narrativas relacionadas a Jaci Paraná, a interlocutora conta que "*quando chegava um trabalhador novo, sobretudo jovem com os seus 18 ou 19 anos, se ele fosse para essas festas e voltasse sozinho para o acampamento, ia ser abordado pelos outros e acabava sofrendo violência no meio do caminho, ou seja, era estuprado*" (Antropóloga 04, 18 de setembro de 2020). A mesma interlocutora relata que:

> "Todas essas histórias davam medo. Esse campo em Jaci-Paraná eu não podia fazer por causa da violência extrema ali; lá tinha uma Cracolândia e havia muita história acumulada. Às vezes, eu tinha quem me acompanhasse, mas quando não tinha, dava medo. Dava medo de entrar em lugares que para mim pareciam difíceis; eu não sabia o que poderia me acontecer porque lá tinha lugares com histórias marcantes de violência. Então, isso nos dava certo receio de entrar em campo. Tinha muito comentário; ficamos sabendo que uma das lideranças tinha sido morta em um dos assentamentos rumo ao Acre. E lá era um lugar de muita pistolagem, e quem desafiava demais morria por encomenda de alguém muito poderoso" (Antropóloga 04, 18 de setembro de 2020).

O relato da Antropóloga 04 destaca que alguns locais e contextos são marcados por grande violência, o que afeta tanto os moradores da região e trabalhadores quanto os pesquisadores presentes. Nesse ambiente, fatores como risco, violência e medo impactam indiscriminadamente homens e mulheres. Essa constatação revela a complexidade e a abrangência do fenômeno da violência em contextos específicos, onde as experiências de ambos os sexos são moldadas por diversas formas de coerção, ameaça e agressão. Nesse sentido, surgem estratégias para lidar com possíveis riscos no trabalho de campo, conforme abordado por Fleischer e Bonetti (2010, p.13):

> "Parece-nos ser insuportável conviver ameaçados pelo "risco" e, por isso, nos precavemos constantemente. Nesse sentido, "risco", em qualquer uma de suas acepções, ganha um carimbo essencialmente negativo e precisa, portanto, ser previsto, sanado, contornado. Muitas vezes, no entanto, os participantes do debate lembraram que não há como eliminar a totalidade dos "riscos", apenas controlar alguns deles, em alguma medida" (FLEISCHER E BONETTI, 2010, p.13).

Uma das estratégias desenvolvidas pela interlocutora 04 envolveu a construção de uma rede de relações para facilitar a entrada em campo e garantir apoio durante a pesquisa, especialmente em territórios conflituosos. Como ela compartilha a seguir:

> "Então, havia lugares que frequentávamos muito através de intermediários; não dava para entrar sozinho. Já acompanhei o pessoal do Ministério Público, que eram os seguranças do procurador, mas em outro trabalho, os colegas andavam armados, e nós íamos juntos no carro. Foram várias situações marcantes que causam medo (...). Eu tentei criar contatos em vários âmbitos. Entrava em campo via movimentos sociais, Ministério Público. Conheci pessoas da Igreja Católica que faziam parte dos movimentos de pastoral da terra; eles também foram facilitadores e apresentavam outras lideranças, e essas, por sua vez, apresentavam outras pessoas. Conversei com o pessoal do movimento de atingidos por barragens" (Antropóloga 04, 18 de setembro de 2020).

O relato anterior evidencia que a segurança no trabalho de campo é multidimensional e não depende apenas de estratégias pessoais, mas também da articulação com redes de apoio, como lideranças locais, governamentais, movimentos sociais e missões. Essas estratégias incluem a formação de alianças locais, a compreensão das dinâmicas de poder e a criação de redes de apoio. Compartilhar essas abordagens é crucial, pois amplia o repertório de respostas e cuidados disponíveis para outras pesquisadoras, contribuindo para uma prática de campo mais segura e enriquecedora.

Capítulo 03

COLONIALISMOS ANTROPOLÓGICOS

Capítulo 03: COLONIALISMOS ANTROPOLÓGICOS

3.1 O CAMPO E OS ESTUDOS DE GÊNERO

O movimento/estudos feministas não são unívocos, mas constituem-se de diversas perspectivas teóricas e práticas, algumas destas conflitantes. Outrossim, pode-se dizer que o feminismo se enraíza nas concepções iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade suscitadas na revolução francesa. Entretanto, o movimento pregava a liberdade a quais indivíduos? a igualdade entre que atores sociais? A harmonia com as demandas de quem?

Ao perceber que tais ideais não se estendiam às mulheres, estas lutaram de forma autônoma por suas demandas, sobretudo pelo sufrágio.

O termo “ondas” é frequentemente utilizado na literatura para aludir à multiplicidade de tempos e contextos na articulação dos movimentos feministas. Neste sentido, a denominada “primeira onda” do feminismo clamava pela garantia de direitos políticos, incluindo o direito ao voto, à educação, ao trabalho remunerado, e aos direitos de herança e propriedade. Já a “segunda onda”, trouxe consigo reflexões sobre o direito ao corpo feminino. Tais ondas representam uma linha do tempo em que são apresentadas as principais pautas de cada época (RIBEIRO, NOGUEIRA e MAGALHÃES, 2021, p. 59).

Não obstante, há um consenso de que as mulheres ocupam posições sociais subalternas em relação aos homens, e que tal subordinação não deriva de diferenças biológicas, mas sim de construções sociais passíveis de transformação. Essas diversas demandas culminaram em uma luta política por direitos, na elaboração de estratégias para promover a igualdade e na busca por ferramentas teóricas que pudessem elucidar as origens e causas dessa condição.

A ampliação do debate fez com que categorias como "subordinação feminina", "dominação masculina" e "opressão das mulheres" dessem lugar a abordagens mais teóricas, como o conceito de patriarcado. Segundo Christine Delphy (2009, p. 173), nas primeiras utilizações do conceito, o termo "patriarca" referia-se aos líderes religiosos da igreja judaica/cristã, seguindo a nomenclatura dos escritores sagrados, para os quais os patriarcas eram os primordiais chefes de família que viveram, tanto antes quanto depois, do Dilúvio.

Ao final do século XX, o conceito foi incorporado pela teoria feminista com a compreensão do patriarcado como um sistema de opressão às mulheres e rejeição às ideias evolucionistas de um matriarcado original. A ampliação do debate em torno do conceito de patriarcado culminou na sua problematização como categoria analítica, conforme elucidado por Piscitelli (2002):

> “O conceito foi importante na medida em que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenômeno contingente e histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim. O movimento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem, de um tempo anterior, quando teria começado a história da opressão das mulheres - a organização social contemporânea atualizaria a ordem existente nas sociedades arcaicas, na qual a dominação era exercida pelos homens. O problema é que a utilização desse termo fora do seu contexto obscureceria a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação” (PISCITELLI, 2002, p. 15).

Conquanto o conceito de patriarcado tenha alcançado amplitude no cenário político e nos debates acadêmicos, percebeu-se que ele descrevia um modelo político etéreo, generalista, universal e invariável. Por estar esvaziado de significados, tornou-se apenas um sinônimo de dominação masculina e, embora ainda seja utilizado por alguns autores para refletir sobre relações políticas, não é indicado para analisar as relações sociais entre homens e mulheres.

É na conjuntura dos estudos feministas norte-americanos que surge e se populariza “mulher”, enquanto categoria, fundamentada na compreensão de que o corpo feminino e suas particularidades biológicas constituíam uma "condição" compartilhada por todas as mulheres ao longo da história, sendo, portanto, a principal causa da opressão feminina.

Com os avanços nas reflexões sobre o corpo feminino, percebeu-se que a categoria "mulher" não possuía a capacidade de representar um movimento tão heterogêneo e com múltiplas demandas. Consequentemente, o termo foi substituído por "mulheres" na tentativa de democratizar o movimento social (PEDRO, 2005).

A aparição do conceito “gênero” ocorreu na psicologia, tendo como marco a obra de Robert Stoller, publicada em 1963. Stoller estabeleceu uma distinção entre o termo "sexo", que se referia às características biológicas inerentes, e o termo "gênero", que passou a englobar as expressões culturais e psicológicas associadas ao indivíduo.

A popularização do conceito de gênero ocorreu com a publicação do ensaio “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia, Política e o Sexo” (1975), de Gayle Rubin. Nesse trabalho, Rubin apresenta a definição do que ela denomina "sistema de sexo/gênero", descrevendo-o como um "conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (RUBIN, 1975, p. 159, tradução nossa).

De acordo com a historiadora norte-americana Joan Scott (1995, p. 75), no primeiro momento, a terminologia "gênero" sinalizava uma clara recusa ao determinismo biológico subjacente ao emprego de vocábulos como "sexo" ou "diferença sexual". A categoria “gênero”

passou a designar a relação entre os sexos, o que sugere que “qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (Scott, 1995, p.75), eliminando a ideia de esferas isoladas, puramente masculinas ou femininas. Nada obstante, passou a referir-se ao gênero como "construções culturais" que definem os papéis e comportamentos apropriados para homens e mulheres na sociedade. Assim, "gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75), fornecendo um meio de distinguir entre prática sexual e papéis sexuais.

Nesta esteira, outra contribuição significativa aos estudos de gênero ocorreu por meio da filósofa norte-americana Judith Butler, que considera o binarismo homem/mulher uma operação reguladora de poder que naturaliza a instância hegemônica e exclui a possibilidade de pensar sua disrupção (BUTLER, 2014, p.255). Conforme a autora, gênero é:

> Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. (...) Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2014, p. 253).

Judith Butler (2014) propõe dois movimentos para a compreensão da sua teoria: O primeiro movimento envolve a separação entre os conceitos de sexualidade e gênero, de forma que ter um determinado gênero não implique automaticamente em uma prática sexual específica. O segundo movimento propõe entender que o gênero não pode ser reduzido à heterossexualidade. Ao fazer essa distinção, busca-se demonstrar que existem múltiplas possibilidades para a expressão da sexualidade que não são limitadas pelo gênero, rompendo com a lógica reducionista que associa diretamente um ao outro. Além disso, essa distinção revela que as manifestações de gênero não precisam estar predeterminadas pelas formas hegemônicas de heterossexualidade.

Quando expandimos o debate sobre o gênero e o posicionamos no campo científico, pode-se observar que as relações de gênero têm grande influência nos espaços que os indivíduos poderão acessar e o quanto poderão desenvolver-se, compreendendo que o campo científico é um espaço social onde indivíduos e instituições engajam-se em uma disputa por reconhecimento, prestígio, financiamento e influência. É um ambiente intensamente

competitivo, onde a autoridade e o poder são contestados com base em realizações anteriores, competência técnica e capital social acumulado. Conforme Bourdieu:

> O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (Bourdieu, 1976, p. 88).

Essa disputa não é apenas técnica, mas também social, dado que a competência científica é indissociável do poder social e das hierarquias que a estruturam. Desta forma, o autor revela como a estrutura social impacta a percepção de competência dentro do campo, ao afirmar que "os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas" (Bourdieu, 1976, p. 100).

No campo, as determinações cientificas e determinações sociais se entrelaçam, "de modo que os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos; assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas" (Bourdieu, 1976, p. 90).

Neste conjunto, as escolhas de temas de pesquisa são orientadas pelas chances de serem reconhecidas como importantes dentro dessas estruturas de poder, como destaca Bourdieu ao dizer que "o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros" (Bourdieu, 1976, p. 102). A dificuldade em obter reconhecimento e valorização reflete a tendência das estruturas acadêmicas de priorizar temas que já são vistos como importantes dentro do contexto institucional.

Na sua contribuição pessoal ao conceito, Joan Scott estabelece duas considerações fundamentais: 1) "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.87). Essas considerações desdobram-se em quatro elementos inter-relacionados:

> 1) símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; 2) conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas; 3) fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social; e 4) Identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p.87).

Dessa maneira, além de integrar o conceito de poder, na análise das relações de gênero, ao afirmar que "o gênero é um campo primordial no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado", Joan Scott (1995) também enfatiza que o gênero não é fixo, atemporal ou binário, mas sim uma construção social que reflete e reforça relações de poder.

Scott destaca como as ideias predominantes sobre o feminino e o masculino se elevam à condição de normas inquestionáveis, consolidando-se como as únicas opções viáveis, mas que são, na verdade, historicamente situadas e sujeitas a disputas e repressões. Ao destacar que as identidades de gênero são construídas em contextos sociais específicos, ela relaciona essas construções às práticas e organizações sociais que as sustentam.

A proposta de Joan Scott é superar a concepção de gênero como algo fixo, atemporal e binário. Assim, deve-se examinar "as formas pelas quais as identidades generificadas são substancialmente construídas e relacionar essas descobertas com uma série de atividades, organizações e representações sociais historicamente específicas" (SCOTT, 1995, p. 88).

No início da década de 1970, houve uma entrada massiva de mulheres no cenário acadêmico, trazendo consigo temas concernentes à condição feminina. Nesse momento, as pesquisas privilegiavam as mulheres em uma dupla condição de dominação: de classe e sexo. Assim, estudavam-se as mulheres camponesas, empregadas domésticas, operárias, entre outras. Surgiram, também, disciplinas específicas sobre a história das mulheres. De acordo com Margareth Rago:

> “Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente” (RAGO, 1998, p. 90).

Por meio de uma meticulosa coleta de dados sobre as atividades diárias das mulheres, emergiu um *corpus* substancial de informações. Esse influxo de detalhes ofereceu um contexto mais amplo e profundo para compreender as experiências das mulheres em diversas esferas da sociedade.

3.2 A ANTROPOLOGA LONGE DE CASA

Ao relacionar os conceitos de Bourdieu e Joan Scott a partir de uma perspectiva interseccional, evidencia-se que a experiência de mulheres que ocupam posições sociais

marginalizadas (em decorrência de marcadores de raça, classe, sexualidade, idade, dentre outros) é caracterizada por um processo contínuo de resistência, sobrevivência e disputa de poder.

Quando uma mulher, com essas identidades interseccionais, entra no campo científico, ela não abandona as lutas que já travava em outros contextos sociais; ao contrário, essas lutas são intensificadas e complexificadas. Para essas mulheres, o desafio é duplo: além de competir por espaço e reconhecimento no campo científico, elas precisam enfrentar as barreiras adicionais impostas por suas identidades sociais marginalizadas.

As mulheres que ocupam essas identidades interseccionais carregam consigo a carga de múltiplas opressões que, quando adentram o campo científico, se manifestam em novas formas de exclusão e invisibilidade. A luta por reconhecimento nesse campo é, portanto, não apenas uma disputa pela autoridade científica, mas também uma resistência constante contra as normas e estruturas que historicamente têm marginalizado suas vozes e experiências. O presente tópico tem como objetivo elucidar essas questões teóricas a partir das vivências das antropólogas entrevistadas.

Conforme Sáez (2013), desde sua origem, as universidades têm sido tradicionalmente reservadas às elites sociais e econômicas, o que garantia a perpetuação da concentração de poder e conhecimento. Essa exclusividade refletia a estrutura hierárquica da sociedade e limitava o acesso ao ensino superior a uma minoria privilegiada, reforçando as desigualdades sociais e econômicas.

No entanto, nas primeiras décadas do século XXI, o Brasil experimentou um processo significativo de democratização do ensino superior, impulsionado por políticas públicas voltadas para a inclusão social e educacional. Medidas como a interiorização das universidades públicas, a implementação de cotas raciais e sociais, e o aumento de programas de assistência estudantil foram fundamentais para ampliar as oportunidades de ingresso e permanência de pessoas de baixa renda nas universidades.

Dessa forma, a grande maioria das antropólogas que participaram da pesquisa são oriundas de camadas populares, tendo estudado em escolas públicas e realizado diversos trabalhos para garantir a permanência na graduação. Muitas dessas antropólogas foram pioneiras em suas famílias, sendo as primeiras a obter um diploma de ensino superior. Adicionalmente, a trajetória educacional frequentemente envolveu a migração para cidades maiores dentro da região para cursar a graduação ou a pós-graduação, conforme evidenciado nas trajetórias das Antropólogas 05 e 12.

A Antropóloga 05, nasceu em 1978, em uma comunidade no interior do estado do Pará, a 148 quilômetros da capital do Estado, Belém. A terra era uma herança "*que foi herdada pela minha mãe e pelos irmãos dela. A terra era utilizada de forma comum por toda a família, não havia delimitação do que era de quem*" (Antropóloga 05, 18 de setembro de 2020).

Por volta da década de 80/90, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou um processo de demarcação e redistribuição dessas terras, o que causou brigas entre os tios e a dissolução do grupo familiar mais amplo. Com isso, ela, os seus pais e seus oito irmãos migraram para a cidade de São Miguel do Guamá.

A família enfrentou dificuldades após a mudança. Apesar da venda das terras proporcionar uma estabilidade inicial, o dinheiro logo acabou. O pai e os irmãos, acostumados ao trabalho agrícola, não encontraram demanda de tais tarefas na cidade. A mãe tentou administrar uma mercearia, mas enfrentou problemas de inadimplência de clientes, o que agravou a situação financeira da família.

A família adquiriu um pequeno terreno próximo a cidade, insuficiente para suprir a demanda familiar. A falta de espaço e escassez de comida resultou em conflitos internos e brigas entre os membros da família. Além disso, as dificuldades se estenderam à escola, onde ela e os seus dois irmãos mais novos foram alvo de discriminação racial, conforme relata:

> "Eu não entendia muito bem o motivo pelo qual a gente não era bem aceito na escola, os meninos ficavam fazendo gracinha com a gente. Faziam piada com o nosso cabelo, com a cor da nossa pele, com a nossa forma de falar muito própria do interior. E às vezes a gente apanhava, né. Meu irmão, os meninos faziam grupinho para bater no meu irmão. Enfim, a gente passou por muitas dificuldades na escola e a gente não entendia muito bem" (Antropóloga 05, 18 de setembro de 2020).

Devido ao ambiente hostil na escola, os dois irmãos mais novos decidiram abandonar os estudos. Com o agravamento da condição financeira, a Antropóloga 05 saiu de casa e começou a trabalhar como babá, em uma residência particular. Depois, passou a ser "cuidadora" de uma senhora. Conforme relembra:

> "Acho que dos 11 anos até os 17 eu morei com essa senhora. Foram vários momentos, eu não posso dizer que eram totalmente ruins, mas aquele discurso que ela fazia para a minha mãe de que eu era tratada como uma filha, que o tratamento era igualitário... isso não existia. Eu era obrigada a trabalhar, fazer o serviço da casa, e ao mesmo tempo eu também estudava. Só o fato de estar estudando para minha mãe era um fator extremamente positivo. E aí com o tempo passei a perceber que estudar a única chance que eu tinha de sair daquela condição de pobreza, de miséria que a gente estava passando naquele momento. Eu conseguir concluir o ensino fundamental, depois conclui o Ensino médio" (Antropóloga 05, 18 de setembro de 2020).

A Antropóloga 05 relembra que, após concluir o ensino fundamental, soube, durante o terceiro ano do ensino médio, sobre um cursinho pré-vestibular solidário oferecido por estudantes universitários. No entanto, ela não tinha condições de pagar a taxa de inscrição, que era de R$25,00 reais. Ela recorda: "*Eu trabalhava, mas não recebia em dinheiro ou salário; em troca do meu trabalho, eles me deixavam estudar. Isso já era o meu pagamento*" (Antropóloga 05, 18 de setembro de 2020).

Ela levou um dos panfletos de divulgação do cursinho, que foram distribuídos em sua escola, para casa e explicou à senhora com quem morava sobre seu desejo de fazer uma faculdade. Ela relembra que a resposta que recebeu foi:

> "Universidade não é para você, curso superior é para pessoas inteligentes, para pessoas comunicativas, esse tipo de coisa não é para você. Ela falou exatamente assim para mim. Eu lembro que eu fui me deitar para dormir com isso na minha cabeça: como a universidade é para eles e não é pra mim?" Por que é que eu não posso fazer um curso superior?" (Antropóloga 05, 18 de setembro de 2020).

No dia seguinte, ela compartilhou a situação com uma professora, que a aconselhou a procurar um emprego remunerado que permitisse conciliar trabalho e estudos. Nessa época, a irmã da Antropóloga 05, que também vivia em Belém e trabalhava em casa de família, conseguiu para ela um emprego como cuidadora de uma idosa. Esse trabalho oferecia moradia, alimentação, um salário fixo e tempo livre para continuar seus estudos.

Ela desempenhou diversos trabalhos depois disso, e realizou seu sonho de ingressar em uma universidade pública. No entanto, a combinação de uma jornada intensa de trabalho com estudos rigorosos resultou em sérios problemas de saúde, como síndrome do pânico. Isso a levou a trancar sua matrícula na universidade e retornar à sua cidade natal, São Miguel do Guamá, extremamente debilitada, conforme relato a seguir:

> "A síndrome do pânico veio, e me dominou totalmente. Precisei retornar para São Miguel do Guamá, extremamente doente, desenvolvi uma dor de cabeça que não passava nunca, não dormia, tinha crises constantes. E vinha sempre o mesmo pensamento "eu lutei tanto para morrer na praia?". Isso me deixava ainda mais doente" (Antropóloga 05, 18 de setembro de 2020).

Passados dois anos, ela conseguiu retornar para Belém e dar continuidade aos estudos. Passou a morar na casa do estudante e conseguiu bolsas e estágios remunerados para se manter na universidade. Nessa época, participou de um projeto vinculado ao Instituto Federal do Pará, voltado para temáticas étnico-raciais. Essa experiência foi crucial para a sua conscientização sobre sua identidade negra e as dificuldades que enfrentou ao longo da vida, relacionadas à sua raça, gênero e origem social.

Durante a graduação, a Antropóloga 05 se identificou com disciplinas que promoviam o diálogo entre história e antropologia. Ela concluiu a graduação em História com a publicação de uma monografia de grande relevância, que foi apresentada em diversos eventos científicos. Posteriormente, migrou para Manaus, onde cursou o mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas, e novamente obteve reconhecimento pela publicação de sua dissertação.

Em um contexto semelhante, a Antropóloga 12 nasceu em uma família de poucos recursos no interior do estado do Pará. Durante o ensino médio, passou a vender trufas de chocolate em escolas e universidades da cidade para complementar a renda familiar. Ela fez o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM e foi aprovada para uma universidade localizada na cidade de Santarém, com isso, migrou para morar na casa de parentes e cursar o ensino superior.

A Antropóloga 12 recorda que, ao iniciar o curso, não tinha recursos para pagar o ônibus, então "*eu atravessava a cidade a pé, ia e voltava andando. Eu tomava café e depois ficava o dia todo sem comer, como era um curso integral eu não tinha dinheiro para lanchar e não dava para voltarem casa para comer*" (Antropóloga 12, 7 de novembro de 2022). Nesse período, ela conseguiu uma "*bolsa permanência, uma política estudantil que visa manter o aluno na graduação. Para muitas pessoas, aquele dinheiro era insignificante, mas para mim foi a diferença entre poder estudar ou não"* (Antropóloga 12, 07 de novembro de 2022).

Ao término da graduação, ela começou a juntar o dinheiro da bolsa estudantil que recebia para tentar a seleção de mestrado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Assim, ela relembra que migrou para a cidade de Manaus com o dinheiro que conseguiu economizar, o que seria suficiente para se manter por dois meses, até conseguir uma bolsa de estudos.

A Antropóloga 12 relata que, ao migrar para a capital de outro estado para continuar seus estudos de mestrado, enfrentou um cenário ainda mais desafiador: "*Eu morava sozinha em um kitnet, não tinha móveis, nem geladeira, e fazia as refeições no restaurante universitário. Só consegui completar o primeiro ano do curso e retornar à minha cidade*" (Antropóloga 12, 07 de novembro de 2022).

Sozinha, em uma cidade desconhecida e em um grupo de alunos mais elitizados, ela recorda: "*No primeiro dia de aula, o professor passou uns textos. Uma aluna foi e tirou xerox para todo mundo. Eu disse a ela que não poderia aceitar, pois não tinha como pagar pelo material"* (Antropóloga 12, 07 de novembro de 2022).

O relato das antropólogas 05 e 12 evidencia as barreiras sociais e de classe impostas a essas mulheres de camadas populares que ingressaram no ambiente científico. O esforço extenuante que empreenderam possibilitou sua formação acadêmica, mas ambas relataram ter sofrido com problemas graves, tanto físicos quanto mentais, conforme relato a seguir:

> "Foi muito difícil. Consegui me formar, mas adoeci profundamente. Eu morava em um lugar barato e perigoso, o que me causava um medo constante da violência. Também me preocupava muito com a minha família, eu sabia que eles estavam passando por momentos difíceis. Nessa época, desenvolvi síndrome do pânico, passei a ter insônia, distúrbio alimentar e entrei em uma depressão profunda" (Antropóloga 12, 07 de novembro de 2022).

Nos casos em que as interlocutoras migraram para instituições de ensino no eixo centro-sul do Brasil para cursar mestrado e/ou doutorado, o processo de deixar a região Norte e se deslocar para os grandes centros é, sem dúvida, um desafio complexo e carregado de expectativas. Além das dificuldades financeiras relatadas, as pesquisadoras narram como levaram consigo uma imagem idealizada dessas instituições, reconhecidas por formarem muitos profissionais renomados e por produzirem teses e dissertações amplamente respeitadas na área da antropologia.

Ao consumir informações sobre essas universidades, cuja história frequentemente se entrelaça com a própria história da antropologia no Brasil, e sobre seus professores e alunos mais destacados, cria-se uma expectativa elevada e uma carga emocional significativa em relação a esses centros de ensino. Conforme pode ser visto na fala a seguir:

> "Eu tenho um colega, um homem, filho de intelectuais envolvidos com o movimento indígena na constituição de 88. Para esse meu colega, aquela instituição de ensino superfamosa, não era nada, era apenas uma universidade local. Ele fez a graduação na França, e o mestrado e doutorado em cotutela com essa instituição. Para ele, aquela era apenas uma faculdade, e ele não entendia por que eu ficava tão nervosa em estudar lá. Eu não sei se fui a primeira aluna vinda da região norte a estudar lá, então isso me dava um peso extra para fazer um bom trabalho" (Antropóloga 06, 08 de outubro de 2020).

As barreiras de classe são tão intensas e silenciosas que algumas interlocutoras relataram que a própria estrutura física dos locais às vezes lhes impunha medo, fazendo-as sentir-se deslocadas e constantemente vulneráveis, como relata a antropóloga 06: "*Tive que superar toda uma barreira que estava dentro de mim, pois, em muitos momentos, achei que fosse uma intrusa naquele lugar, como se não fosse digna de estar ali assistindo às aulas*" (Antropóloga 06, 8 de outubro de 2020).

Há um medo recorrente de que suas fraquezas, decorrentes de uma socialização de baixa renda, como a dificuldade em dominar outro idioma, sejam "descobertas", como indicado na fala a seguir: "*Eu achava que eu não ia conseguir concluir, tinha todo um sentimento de inferioridade internalizado por vir do Norte. Eu não falava inglês e nem francês, não era de família intelectual*" (Antropóloga 06, 8 de outubro de 2020).

O medo e o sentimento de não pertencimento são tamanhos que a Antropóloga 02 relata que a sua dissertação de mestrado foi premiada nacionalmente, contudo "*até hoje eu acho que eles me selecionaram porque que eu era a única pessoa da Amazônia, eu fico sempre muito desconfiada disso, não tinha ninguém da Amazônia apenas eu*" (Antropóloga 02, 31 de agosto de 2020).

A Antropóloga 07 relembra que, durante a graduação, era extrovertida e participativa, frequentemente engajada nos debates que ocorriam em sala de aula. No entanto, no mestrado, "*fui me calando mais, menos por ser censurada e mais porque me senti menos capaz de falar no meio dos meus colegas, que eram de universidades renomadas. Eu me sentia sempre em déficit, e demorou um tempo para que eu recuperasse*" (Antropóloga 07, 28 de setembro de 2020).

As experiências das interlocutoras ressaltam a vulnerabilidade e o isolamento que muitas pesquisadoras enfrentam ao se deslocarem para cidades maiores para dar continuidade aos seus estudos. A dificuldade em arcar com custos básicos, como material de estudo, alimentação e deslocamento, evidencia a barreira econômica que limita a experiência acadêmica de quem vem de contextos socioeconômicos menos favorecidos.

Os relatos também destacam como as barreiras econômicas e sociais estão indissociavelmente ligadas às questões de saúde mental e bem-estar emocional. O sentimento de inadequação e o medo de não corresponder às expectativas das instituições de prestígio evidenciam a dificuldade de se sentir pertencente a um ambiente acadêmico elitizado, especialmente para quem é uma das poucas, ou a única, vinda da região Norte. A percepção de não ser "digna" ou "boa o suficiente" se manifesta como uma barreira interna e emocional que precisa ser constantemente superada, refletindo diretamente as desigualdades estruturais e a falta de diversidade nos espaços acadêmicos de prestígio.

Nesse contexto, é crucial considerar também as experiências de mulheres enfrentam a maternidade no ambiente acadêmico. A Antropóloga 06, mãe solo, realizou seu doutorado em uma grande cidade do Sudeste brasileiro, acompanhada de seu filho, que na época tinha 9 anos.

Durante o primeiro semestre, ela se estabeleceu na cidade e preparou tudo para que seu filho pudesse se juntar a ela. O filho foi matriculado em uma escola próxima ao local onde moravam e aprendeu a atravessar a rua, ir para a escola sozinho, pegar ônibus e esquentar a comida. Nos dias em que a interlocutora tinha aulas durante todo o dia, ela organizava antecipadamente a rotina e os itens necessários para seu filho. Conforme relatado:

> "No dia em que eu tinha aula e precisava ficar fora de casa o dia inteiro, preparava tudo com antecedência para meu filho. Às vezes, colocava suas roupas e itens pessoais em cima da mesa. Também preparava um checklist e colava na geladeira, falando o que ele deveria comer, fazer e os números de telefone para ligar em caso de necessidade. Ele ficava em casa assistindo televisão e depois fazia um lanche. Desenvolvemos estratégias para lidar com essas dificuldades e facilitar nosso dia a dia (Entrevistada 06 - 8 de outubro de 2020).

A Antropóloga 06 e seu filho desenvolveram formas de adaptação ao novo contexto. No entanto, ela compartilha que foi um grande desafio equilibrar a mudança, a vivência na pós-graduação e o cuidado com o filho. Em algumas ocasiões, foi necessário superar o sentimento de culpa para conseguir atingir seus objetivos acadêmicos: "*Eu morria de medo e me sentia muito culpada. Eu era um poço de culpa, mas tive que engolir essa culpa para terminar o doutorado. Se eu ficasse pensando nisso o tempo todo, não conseguiria estudar nem fazer nada"* (Entrevistada 06 - 8 de outubro de 2020).

A cultura científica, baseada no "modelo masculino de carreira", restringe a participação das mulheres na ciência, uma vez que pressupõe o compromisso de trabalho em tempo integral, altos níveis de produtividade e competitividade acadêmica (SILVA e RIBEIRO, 2014). Com isso, as mulheres que escolhem a carreira acadêmica enfrentam vários obstáculos ao tentar equilibrar as demandas acadêmicas com as demandas familiares. Embora a conciliação entre a academia e a vida familiar seja factível, ela exige um esforço redobrado, principalmente para as mulheres que optam pela maternidade e que lidam com a dupla sensação de não estar dedicando tempo suficiente aos filhos e a preocupação de não atingir os níveis de produtividade esperados (VELHO, 2006).

No livro Pode o subalterno falar? (1985), a autora indiana Gayatri Spivak argumenta que o subalterno, representado principalmente pela mulher, frequentemente é silenciado no processo de construção do conhecimento. A invisibilidade das mulheres na ciência reflete as estruturas coloniais que moldaram o campo científico. Como resultado, a ciência não apenas perpetua desigualdades de gênero, mas também desigualdades raciais e culturais.

Para superar essa condição, Spivak sugere a criação de espaços de auto-representação para mulheres subalternas e destaca a importância de repensar o papel das intelectuais no

desmantelamento dessas estruturas opressoras. O desafio é reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres na ciência, rompendo com a invisibilidade e a marginalização histórica que têm marcado suas trajetórias interseccionais.

3.4 COLONIALISMOS ANTROPOLÓGICOS

Segundo Monteiro (1992), a antropologia e o colonialismo compartilham uma origem comum no expansionismo europeu. As populações do Novo Mundo, com suas instituições, práticas e culturas, foram fundamentais tanto para o desenvolvimento das ciências antropológicas quanto para a formação do sistema colonial. Até a década de 1950, esses povos eram simultaneamente o foco principal da antropologia e uma fonte de recursos humanos e naturais explorados pela tecnologia ocidental em nome da ideologia colonial. Embora a antropologia e o colonialismo estejam historicamente entrelaçados, sua relação não é de causa e efeito. A antropologia poderia ter se desenvolvido fora do contexto colonial; no entanto, ambas surgiram e evoluíram em conjunto, influenciando-se mutuamente.

A redefinição da antropologia, com seus conceitos, métodos e temas, está intimamente ligada ao processo de descolonização do mundo, que gerou uma reflexão disciplinar profunda acerca de seus interlocutores, métodos, técnicas e temas. Nesse sentido, Monteiro (1992) observa que:

> “A quase completa ocidentalização do mundo, que coincidiu com a descolonização, num primeiro momento parecia empobrecer a antropologia. O primitivo, que fora o seu objeto fundador esvaía-se, desaparecia ou, pelo menos, transformava-se diante do olhar curioso do antropólogo, não apenas pela sua presença, mas pelo que ele também representava” (MONTEIRO, 1992, p.72).

Na década de 1960, chegou-se a prever o fim da antropologia. No entanto, essa previsão revelou-se equivocada; em vez disso, a disciplina assumiu um novo status e começou a explorar novos temas, como a aculturação, a relação entre colonizadores e colonizados, e as manifestações de sincretismo. Essas mudanças acabaram por dissolver antigas classificações baseadas em dicotomias como "primitivo" e "civilizado" ou "primeiro" e "terceiro" mundo. Questões como arte, espaço, saúde, religião e poder passaram a ser analisadas tanto nas sociedades ditas "elementares" quanto nas "complexas", revelando novas categorias e racionalidades que procuram expor o desconhecido, o irracional ou o inconsciente que habitam um mundo cada vez mais conhecido e complexo.

A antropologia, agora, interroga-se sobre o valor e sentido de suas pesquisas, refletindo sobre como tem descrito, conhecido e classificado o "outro" e sobre a importância desses dados

para a fundamentação da filosofia e ciência modernas (Monteiro, 1992). Ao investigar as origens do conceito de colonização, Monteiro (1992) esclarece que:

> "A colonização deriva do conceito grego de colónia enquanto movimento e estabelecimento de um povo de um país num outro país. O aspecto distintivo da colonização, que começou nos finais do século XV e que teve como consequência os primeiros impérios ultramarinos na América, África e Ásia, é o de estes emigrantes terem pretendido estabelecer uma sociedade semelhante àquela que tinham deixado, tendo, inicialmente, que se confrontar com os povos que lá se encontravam" (MONTEIRO, 1992, p.72).

A invasão colonial europeia no Brasil, moldou profundamente a nação, seu pensamento e suas estruturas sociais. A colonização trouxe consigo a imposição de um modelo de exploração econômica e uma rígida hierarquia racial e social que privilegiava os colonizadores europeus e seus descendentes, ao mesmo tempo em que marginalizava os povos indígenas e africanos escravizados.

Essa estrutura colonial promoveu uma visão de mundo eurocêntrica, baseada na exploração e dominação, que se enraizou nas instituições sociais, políticas e culturais do Brasil. A violência colonial não apenas despojou os povos originários de suas terras e culturas, mas também configurou um sistema de desigualdade social e racial que persiste até hoje, influenciando o acesso a direitos, recursos e oportunidades.

Nesse contexto é importante destacar a forma como o território brasileiro foi colonizado pelos portugueses gerou um padrão de desenvolvimento desigual entre as diferentes regiões do país, que está diretamente relacionado à exploração dos recursos naturais e humanos, conforme o interesse da metrópole, o que provocou disparidades e preconceitos regionais que persistem até hoje.

Conforme Prado (2011), no período colonial, a economia brasileira foi organizada em ciclos de exploração de commodities, como açúcar, ouro e café, que concentraram riqueza e desenvolvimento em determinadas regiões, principalmente no litoral do Nordeste e no Sudeste. Enquanto o Nordeste se tornou o principal centro de produção de açúcar no início da colonização, o Sudeste se desenvolveu como polo econômico durante o ciclo do ouro e, posteriormente, do café. Por outro lado, regiões como o Norte e o Centro-Oeste permaneceram relativamente isoladas e consideradas menos desenvolvidas, funcionando mais como fronteiras de exploração e expansão territorial do que como centros econômicos dinâmicos.

Além disso, o Norte do Brasil, com sua vasta Floresta Amazônica, é frequentemente visto de forma estereotipada como um espaço de atraso e subdesenvolvimento, negligenciando

a riqueza cultural e a diversidade dos povos indígenas e das populações ribeirinhas que lá habitam, conforme Oliveira (2014):

> Que imagens de Amazônia os brasileiros carregam dentro de si e afluem automaticamente ao seu espírito cada vez que esta palavra é mencionada? O que sabemos desse conjunto de representações que nos leva a agir e pensar sobre uma Amazônia real, a expressar ideias e conceitos sobre os seus primeiros habitantes, bem como sobre a sua história e a sua situação atual? Tais imagens, apesar de estarem dentro de nós e as sentirmos como familiares, não foram de modo algum por nós produzidas. São rigorosamente exteriores e arbitrárias, convenções cujos pressupostos frequentemente desconhecemos. Depositadas em nossa mente, resultam do entrechoque de concepções engendradas por gerações passadas, formuladas em lugares próximos ou distantes de nós (OLIVEIRA, 2014, p. 26)

Ao mesmo tempo, as regiões Sul e o Sudeste, que receberam maior investimento econômico e infraestrutural desde o período colonial, consolidaram-se como regiões mais desenvolvidas, o que contribuiu para a construção de uma narrativa que associa esses locais ao progresso, à modernidade e ao "Brasil que deu certo". Essas construções narrativas e estereotipadas, originadas no contexto colonial, continuam a influenciar a maneira como diferentes regiões do Brasil se veem e são vistas.

As estruturas coloniais que moldaram as relações de poder no Brasil ainda se refletem no campo científico, impactando profundamente as hierarquias e dinâmicas de poder que se desdobram no campo científico, tanto entre os pesquisadores quanto entre os centros de pesquisa. O campo científico, longe de ser imune a essas influências, como evidenciado por Bourdieu (1976), continua a ser moldado por elas, afetando a produção e a validação do conhecimento. Essas estruturas perpetuam uma hierarquia que favorece certas formas de saber, idiomas de produção, regiões ou centros considerados como centros legítimos de refinamento teórico, o que perpetua desigualdades no ambiente científico.

Nesse contexto, a visão da região Norte do Brasil como uma periferia em relação ao centro-sul do país resulta de uma série de fatores complexos, já que a dicotomia entre centro e periferia vai além das fronteiras geográficas. Trata-se de um fenômeno multifacetado que inclui não apenas aspectos geográficos, mas também relações históricas, poder econômico e a produção de conhecimento.

Ademais, vale ressaltar que historicamente, a ciência ocidental foi dominada por homens brancos, o que levou à exclusão sistemática das contribuições de mulheres, especialmente aquelas de origem não-europeia. O colonialismo, com sua ênfase na superioridade das culturas europeias, reforçou essas barreiras, limitando o acesso de mulheres

e outros grupos marginalizados ao espaço acadêmico e científico. Como resultado, a ciência não só perpetua desigualdades de gênero, mas também desigualdades raciais e culturais.

Nas últimas décadas, entretanto, tem crescido a consciência acerca dessas estruturas coloniais e suas implicações, impulsionando o desenvolvimento dos estudos decoloniais. Pesquisadores e movimentos sociais passaram a questionar o legado da colonização e a criticar a forma como ele continua a moldar as relações de poder e conhecimento na sociedade brasileira.

A literatura decolonial vem sublinhando a importância de incluir perspectivas interseccionais nas análises de gênero, reconhecendo a diversidade das experiências não-brancas, que são moldadas por fatores como raça, etnia, classe social e orientação sexual. Além disso, os estudos decoloniais desafiam as bases eurocêntricas do conhecimento e propõem novas formas de entender as relações de gênero a partir das perspectivas do Sul Global. Essas reflexões revelam como a colonialidade — o legado contínuo do colonialismo — influencia as relações de gênero e perpetua sistemas de dominação.

María Lugones, ao expandir o conceito de "colonialidade do poder", desenvolvido por Aníbal Quijano, introduzindo o conceito de "sistema moderno-colonial de gênero". No ensaio "Colonialidade e Gênero" (2008), Lugones explica como esse sistema subjuga homens e mulheres racializados, enfraquecendo os laços de solidariedade entre os oprimidos. O objetivo de Lugones é promover uma compreensão crítica que conduza à rejeição desse sistema e à transformação das relações sociais e comunitárias. Como ela aponta:

> “O poder capitalista, eurocêntrico e global está organizado, precisamente, sobre dois eixos: a colonialidade do poder e a modernidade. Esses eixos ordenam as disputas pelo controle de todas as áreas da vida de tal maneira que o significado e as formas da dominação em cada uma são inteiramente atravessados pela colonialidade do poder e pela modernidade”.

Aníbal Quijano argumenta que as disputas pelo controle do "acesso ao sexo, seus recursos e produtos" definem a esfera sexo/gênero e são organizadas com base nos eixos da colonialidade e da modernidade. No entanto, María Lugones critica essa análise, ao apontar que Quijano apresenta limitações ao adotar uma perspectiva patriarcal e heterossexual. Sua abordagem das disputas pelo controle do sexo e seus recursos alinha-se a uma visão capitalista, eurocêntrica e global sobre o gênero.

A colonialidade do poder cria uma classificação social global, estabelecendo identidades geoculturais como "América" e "Europa", e identidades raciais como "europeu", "índio" e "africano". Essa classificação, iniciada pelo colonialismo europeu, tornou-se uma forma

persistente e eficaz de dominação social, impactando tanto as esferas materiais quanto intersubjetivas. No entanto, a colonialidade não se limita à raça. Ela é um fenômeno abrangente que engloba o controle do sexo, da autoridade, do trabalho e da subjetividade, influenciando também a produção de conhecimento.

Assim, a "colonialidade", para Lugones refere-se a um fenômeno mais amplo do que apenas a classificação racial. Ela atravessa diversas esferas, como o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, bem como a produção de conhecimento a partir dessas relações intersubjetivas. Ou seja, todas as formas de controle — do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho — estão interligadas pela colonialidade. A lógica da “estrutura axiforme”, como utilizada por Quijano, pode ser compreendida como uma expressão dessa interrelação: cada elemento que funciona como um eixo se constitui e é constituído por todas as formas de relações de poder associadas ao controle de diferentes domínios da vida humana.

A análise das interseções entre raça e gênero torna-se essencial porque essas categorias frequentemente ocultam as experiências de pessoas oprimidas e vitimizadas sob rótulos como "mulher" ou classificações raciais, como "negra", "hispânica", "asiática", "nativo-americana" e "chicana". Essas classificações tendem a invisibilizar as mulheres de cor, obscurecendo suas experiências únicas.

A interdependência entre o sistema de gênero moderno/colonial e a colonialidade do poder é fundamental, pois um não existe sem o outro. A classificação racial das populações é essencial para a existência desse sistema de gênero, onde o controle do sexo e suas implicações são centrais para a dominação de gênero dentro do capitalismo eurocêntrico global. A colonialidade do poder e o sistema de gênero moderno/colonial se coconstroem, apresentando tanto um lado visível quanto um oculto. A redução do gênero ao controle do sexo é uma construção ideológica que, ao ser apresentada como biológica, contribui para a racialização e naturalização das diferenças entre brancos europeus e colonizados não brancos. Tanto a raça quanto o gênero são ficções poderosas, criadas e mantidas dentro desse sistema.

As estruturas coloniais de exploração e exclusão representam não apenas uma página sombria da história, mas também uma força persistente que molda narrativas de identidade, cria desigualdades estruturais e deixa cicatrizes profundas na psique coletiva. Além disso, essas estruturas não se limitam ao passado distante; elas continuam a evoluir e a adotar novas formas em uma sociedade que se autodenomina democrática.

O legado das relações moldadas pela cor da pele ou raça durante o período de escravidão permanece latente, apesar das pretensões de igualdade e justiça. Assim, o impacto da violência colonial é sentido não apenas pelas vítimas diretas, mas também permeia todo o tecido social, moldando as percepções sobre identidade e igualdade ao longo da história latino-americana (adaptado de CARNEIRO, 2005, p. 21).

O passado colonial da antropologia e da sociedade brasileira, que estabeleceu hierarquias sociais, econômicas e de poder, ainda persiste nas estruturas contemporâneas. A influência colonial não apenas moldou a distribuição desigual de recursos e oportunidades, mas também instituiu um sistema de valores e práticas que continua a ordenar as relações sociais e acadêmicas.

No campo da antropologia, essas estruturas coloniais ainda são evidentes na forma como o conhecimento é produzido e validado, refletindo e reforçando as desigualdades históricas. Com isso em mente, passo utilizar o termo "colonialismos antropológicos" para descrever como relações de poder baseadas em marcadores socioculturais e nas consequências históricas da colonização continuam a influenciar o ambiente acadêmico, inclusive na antropologia. Em um campo que deveria se empenhar na compreensão e desconstrução dessas questões, o colonialismo antropológico revela a persistência de desigualdades e hierarquias que moldam a produção e a legitimação do conhecimento.

Esse colonialismo se manifesta de várias formas, incluindo representações simplistas e estereotipadas sobre a região e as adversidades enfrentadas por antropólogas da região quando migram para os principais centros acadêmicos do país. Além disso, essa dinâmica se reflete na ideia arraigada de que a região Norte é principalmente um local para a realização de trabalhos de campo, onde a população local é ouvida como interlocutora, mas não reconhecida como produtora de conhecimento teórico significativo. Isso se manifesta, por exemplo, na ausência de autores locais nas disciplinas que estudam a região e suas dinâmicas. O conhecimento gerado no Norte muitas vezes é subutilizado ou teorizado por pesquisadores do Centro-Sul, perpetuando a noção de que a região Norte serve apenas como um "laboratório" para as teorias desenvolvidas nos centros acadêmicos do país.

De acordo com Spivak (1988), o sujeito subalterno, em muitos casos, é despojado de uma história reconhecida e de uma voz própria para expressar suas experiências e perspectivas. Ela ressalta que, nas estruturas coloniais e pós-coloniais, as narrativas e os conhecimentos gerados pelos grupos subalternos são frequentemente desconsiderados ou reinterpretados por aqueles em posições de maior poder. Essa invisibilidade e falta de reconhecimento não são

meros acidentes, mas resultados de um processo sistemático de exclusão e distorção, no qual as vozes dos subalternos são suprimidas ou distorcidas para manter as estruturas de poder existentes. Como ela afirma:

> “O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade” (SPIVAK, 2010, p. 47)

Nesse sentido, a experiência das mulheres subalternas é ainda mais marginalizada e obscurecida. Como Spivak (2010, p. 67) observa, “apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina.” Isso significa que as mulheres enfrentam uma barreira adicional, resultante das ideologias patriarcais que perpetuam a dominação masculina e o silenciamento de suas vozes.

Com base no exposto, passarei a explorar situações narradas pelas interlocutoras, analisando-as sob a perspectiva de interseccionalidade, colonialismo e gênero no campo científico. Um exemplo significativo desse contexto é o surgimento, em 2015, do movimento estudantil "Me coloniza, Só que não", em uma universidade recém-criada no interior do Pará. O movimento teve como objetivo denunciar práticas institucionais antiéticas e colonialistas observadas no Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA) da universidade. Com um escopo amplo, o movimento abordou diversas demandas e contou com o apoio dos conselhos de estudantes indígenas e quilombolas, refletindo uma ampla coalizão contra as estruturas de poder e exclusão presentes no ambiente acadêmico.

Em sua nota de repúdio, os alunos ressaltaram: "Este manifesto quer deixar bem claro que não somos periferia – geográfica e/ou intelectual e muito menos quintal de outras universidades, como parece ser visto por alguns docentes do Programa" (Carta Manifesto dos Alunos – julho de 2015).

Entre as pautas do movimento estava a crítica ao comportamento de professores do eixo centro-sul, incluindo a exaltação dos grandes centros de Antropologia, a tentativa de replicar modelos acadêmicos desses centros sem considerar as especificidades locais, o uso de exemplos distantes da realidade dos alunos e a omissão institucional em relação aos conflitos interétnicos na região.

Ao refletir sobre os eventos que desencadearam o movimento "Me coloniza, Só que não", a Antropóloga 10 relembra diversas situações, envolvendo diferentes professores, que evidenciaram dinâmicas de poder dentro da universidade, revelando preconceitos e

colonialismos presentes na academia. Essas situações incluíam episódios de racismo e discriminação contra alunos indígenas e de comunidades tradicionais.

Como a universidade recebia alunos desses grupos, a criação de políticas de acolhimento e inserção na língua portuguesa, além de um acompanhamento contínuo, era uma pauta importante para garantir a permanência desses estudantes na instituição. Diante da falta de assistência institucional, os alunos se organizaram para auxiliar os colegas nas leituras e nas demandas acadêmicas, buscando formas de apoiar a permanência deles na universidade.

Os alunos enfrentavam dificuldades com idiomas estrangeiros, um desafio ainda mais acentuado para os indígenas, especialmente para os Waiwai da época, que tinham um domínio limitado do português. Essa dificuldade se intensificou quando começaram a incluir textos em outros idiomas nas disciplinas da graduação. Para ajudar a mitigar esse problema, uma professora ofereceu uma aula de francês instrumental. No entanto, durante o curso, a professora comentou que "*era necessário aprender pelo menos uma língua importante para a produção da antropologia, como inglês ou francês, pois isso seria um diferencial quando a gente fosse vender frutas no Mercadão 2000, um mercado da cidade*" (Antropóloga 10, 15 de março de 2022). Sobre a situação ela relembra que:

> "Ela falou isso como se fosse 'ok' dizer uma coisa dessas. Depois, deu a entender que era uma brincadeira, mas essa 'brincadeira' comunicava um preconceito velado. Eu fiquei tão constrangida que saí da sala; alguns colegas também saíram, e essas pessoas foram as que participaram do movimento." (Antropóloga 10, 15 de março de 2022).

Por ser uma universidade recém-criada, o corpo docente era quase exclusivamente formado por professores de outras regiões, especialmente do eixo centro-sul, que se deslocaram para a Amazônia com o propósito de ensinar antropologia. No entanto, esses professores estavam acostumados a enxergar os habitantes da região apenas como sujeitos de pesquisa. "*Quando chegaram à universidade e começaram a dar aula para remanescentes quilombolas, indígenas e ribeirinhos, eles nos olhavam como se fôssemos os próprios objetos de estudo, e não como estudantes que estavam ali para aprender antropologia*" (Antropóloga 10, 15 de março de 2022).

A questão da obrigatoriedade de idiomas estrangeiros, especialmente o inglês, foi um tema recorrente em diversos relatos de interlocutoras. Durante sua pós-graduação, a Antropóloga 01 teve a oportunidade de participar de um intercâmbio em uma renomada universidade no Sul do Brasil. Ao se matricular em uma disciplina, ela descobriu que a aula seria ministrada integralmente em inglês. Na turma, composta por um número reduzido de

alunos, apenas três eram "não brancos", incluindo ela mesma, um colombiano e um indígena. No segundo dia de aula, uma aluna indígena fez uma intervenção em sua língua materna, gerando confusão entre os demais. Ela então traduziu gentilmente suas palavras para o português, conforme relatado a seguir:

> "A professora e os alunos questionaram o que estava acontecendo, e ela traduziu: '**Eu penso que é um absurdo, no mínimo, estar no Brasil, em uma universidade brasileira, no país que tem o maior número de diversidade em línguas indígenas, com uma grande quantidade de alunos indígenas, em um curso de Antropologia, e o professor eleger uma língua de dominação**. As pessoas da sala começaram a afirmar que o inglês é uma língua obrigatória no curso, e aí começou uma grande discussão sobre isso, argumentando que, na verdade, a obrigatoriedade é falar duas línguas, não necessariamente o inglês. **A aluna indígena tinha domínio da sua língua, além do português, francês e espanhol**; só não falava inglês por considerá-lo uma língua de dominação" (g.n) (Antropóloga 01 - 19/08/2020).

A fala evidencia que o padrão imposto pelas universidades reflete uma hegemonia linguística que marginaliza línguas historicamente subjugadas, perpetuando desigualdades e levantando questões profundas sobre quais línguas são consideradas adequadas para a produção científica. Essa situação não apenas desconsidera as línguas e culturas indígenas, mas também exclui alunos de origens mais humildes, que podem não ter acesso a cursos de idiomas ou recursos necessários para atender aos requisitos acadêmicos. A experiência compartilhada pela Antropóloga 12 ilustra como a exigência de idiomas estrangeiros pode ser um obstáculo significativo para estudantes de classes populares.

> "A minha família era bastante humilde; muitos eram semianalfabetos, analfabetos funcionais ou tinham estudado até o fundamental. A ideia de falar inglês parecia tão distante da nossa realidade. Quando terminei a graduação e pensei em fazer o mestrado, o medo da prova de idiomas me paralisava. Eu conseguia ler espanhol e o pouco de inglês que sabia, aprendi sozinha e não era nem de perto o suficiente para passar no TOEFL. Estudei muito, realmente me esforcei, e por um milagre atingi a nota necessária para passar no TOEFL e entrar no mestrado" (Antropóloga 12,)

O aprendizado do idioma é frequentemente desafiador, geralmente ocorre em um nível instrumental, e ao longo do curso de pós-graduação, é aprimorado por meio de cursos oferecidos pela universidade, leitura e estudo com materiais disponíveis na internet, além do auxílio de amigos ou colegas, como evidenciado na seguinte declaração:

> Eu acho que as únicas pessoas de condição financeira menos favorecida na minha turma éramos eu e uma colega. A gente tinha uma relação muito legal; por exemplo, os meus amigos ricos me davam carona (ricos mesmo, a ponto de ter um Honda Civic blindado, não era assim classe média). Eles me acolheram muito bem; não era uma questão de ajudar uma amiga pobre, era uma relação de fato muito equitativa. Elas me ajudaram muito; aprendi inglês com elas, elas se revezavam para ler os meus textos no final de semana, traduzir os textos e me ensinar inglês. E isso foi bem bacana, mas

> era um ambiente muito amistoso e muito próximo, o que também era raro. Não era uma coisa tão comum na universidade. (Antropóloga 7, 28 de setembro de 2020)

A fala evidencia que o padrão imposto pelas universidades reflete uma hegemonia linguística que marginaliza línguas historicamente subjugadas, perpetuando desigualdades e levantando questões profundas sobre quais línguas são consideradas adequadas para a produção científica. Essa situação não apenas desconsidera as línguas e culturas indígenas, mas também exclui alunos de origens mais humildes, que podem não ter acesso a cursos de idiomas ou recursos necessários para atender aos requisitos acadêmicos.

3.5 O NORTE NÃO PRODUZ TEORIA

Em determinadas situações, o colonialismo se expressa de forma mais nítida, até mesmo de forma verbal, quando aciona os signos e a hierarquia do campo científico, os quais desobscurecem a distinção entre o "nós" e o "eles", como narrado pela Antropóloga 07: "Uma vez a minha professora me disse: "**vindo de onde você veio, você deveria estar agradecendo** por vir para a melhor universidade do país, em um dos melhores grupos de pesquisadores do país e com uma **orientadora respeitada como eu**" (g.n) (Antropóloga 07, 28 de setembro de 2020).

A declaração da professora fortalece e evidencia uma estrutura hierárquica, tanto no âmbito acadêmico quanto no espaço regional. O ato de mencionar seu prestígio acadêmico, o renome do grupo de estudos e o *status* da universidade, corrobora a cultura que estabelece a "relevância" a determinado "valor social" agregado durante a trajetória acadêmica, como elabora Bourdieu (1976):

> "Acumular capital é fazer um "nome", um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum" (Bourdieu, 1976, p.11).

Ademais, o diálogo apresenta uma visão centralizada e cristalizada do conhecimento acadêmico, como se possível destacá-lo geograficamente, como se fosse possível, realizar um recorte espacial da construção da "ciência com estima", da produção acadêmica "competente". A Antropóloga 01, ao realizar um intercambio para uma instituição detentora deste "prestígio", no sul do Brasil, destacou que as reflexões teóricas centrais para a sua tese não foram decorrentes desse período, conforme pode ser visto a seguir:

> "Uma das coisas importantes de ressaltar é que as reflexões que eu fiz foram realizadas a partir do meu trabalho de campo e do debate teórico feito aqui no Amazonas. O meu intercâmbio para a Universidade no sul me fez produzir reflexões sobre outro contexto etnográfico, não é como se eu tivesse ido para o sul para ter insights ou reflexões teóricas. **Eu digo isso porque sempre há uma necessidade ou uma tentativa de demarcar geograficamente a produção competente, como se o curto período que eu passei lá justificasse que a minha tese seja boa**. **Sempre vão olhar para a minha trajetória, procurando em que momento saí da região, e vão colocar esse momento como se fosse o período de crescimento em que desenvolvi teoricamente a minha tese.** (g.n) (Antropóloga 01 - 19/08/2020)."

Nada obstante, as interlocutoras que tiverem parte de sua formação acadêmica nestes espaços centrais, apresentaram como uma dificuldade comum, a disputa de autoridade etnográfica, uma disputa pela capacidade de ser/morar na Amazônia e estudar o mesmo espaço. As interlocutoras eram, então, etiquetadas como "exóticas", aquelas que vem de uma Amazônia idealizada e que possuem traços físicos e culturais distintos.

Sem embargo, a Amazônia imaginada aparecia, justamente, na fala dos pares acadêmicos destas mulheres, onde estes se colocavam em um cenário de "coleta de dados" com um sujeito de pesquisa deslocado de seu *habitat*, conforme a antropóloga 12 expressa: "sempre me perguntavam dentro e fora das aulas como era a região, aos poucos eu percebi que nem sempre era só curiosidade, mas que as vezes tentavam me colocar na posição de um sujeito de pesquisa que estava ali para ser interrogada".

A antropóloga 01, em intercambio para determinada universidade do sul do brasil foi selecionada para apresentar um texto em inglês, em um seminário, mas uma colega disse a professora: "*a menina é do Norte; dê a ela um livro em português para ela!"*

> "**Tive que levantar a mão e dizer que não tinha problema, pois eu lia fluentemente em inglês e francês, apesar de não falar bem o idioma. Portanto, muitas vezes, na mente de muitos alunos, eu era tratada como uma coitada ou considerada menos competente.** Isso não ocorria de maneira agressiva, mas sim de forma velada, e eles nem percebiam que estavam perpetuando uma violência" (g.n) (Antropóloga 01).

A prática de realizar a segregação do "nós" e "eles" é ainda mais evidente quando o comportamento de pesquisadores destas universidades "de elite", são postas na prática do trabalho de campo, como mencionado pela Antropóloga 12: "Eu participei de uma pesquisa de campo no interior do Estado do Amazonas, juntamente com uma equipe de pessoas do centro-sul, e constantemente eles falavam mal dos interlocutores, das cidades, do modo de vida. Eles reproduziam preconceitos que eu não esperava ver em um antropólogo, como falar que as pessoas da região norte são preguiçosas.

A constância na reprodução deste estereótipo é resultado de uma discriminação enraizada e perpetuada em diversos campos sociais, mas aqui, especialmente, na ciência

produzida entre os centros de antropologia na região Norte e os centros abastados. Os centros de estudos brasileiros em antropologia alocados na periferia, são, por vezes, vistos como locais valiosos para a coleta de material etnográfico, mas são frequentemente subestimados em termos de capacidade teórica, em uma dinâmica quase evolucionista, onde o norte, que estaria no início de seu caminhar, é interessante para ser estudado, mas sem desenvolvimento suficiente para ter voz em um debate maior.

Os pesquisadores, nos grandes centros de estudo da antropologia no Brasil, consistentemente têm maior acesso e recursos para dar amplitude às suas publicações, consolidando assim sua posição na área de atuação. Estudar nestas Universidades dá perspectiva ao alunado de desfrutar da possibilidade de transitar em eventos nacionais de grande prestígio e estabelecer relações com os expoentes da área, o que fortalece sua visibilidade acadêmica.

Por conseguinte, ser orientado por pesquisadores de prestígio, como no caso da Antropóloga 07 que tinha uma "**orientadora respeitada",** aponta para a patente existência de certas hierarquias na academia, nas quais as redes e conexões acadêmicas desempenham um papel fundamental na disseminação do conhecimento. Em outras palavras, pesquisadores de renome ou instituições de prestígio muitas vezes influenciam diretamente o que é lido e valorizado na academia. Isso cria desigualdades no reconhecimento e gera invisibilidade de pesquisadores que não fazem parte dessas redes privilegiadas.

Conforme aponta a Antropóloga 02:

> "Eu posso dizer que eu consigo ler publicações de todos os meus colegas, estando eles no sul ou no norte, entretanto eu posso dizer também que eu sou pouco lida. E olha que eu não público em revista "de pouca qualidade", como eles dizem. As pessoas não leem porque **elas só leem o que as suas linhagens mandam ler**. Então se eu estou em um centro de pós-graduação, eu leio o quê naquele centro de pós-graduação é lido" (Antropóloga 02, 31 de agosto de 2020).

A experiência da Antropóloga 02, expressa uma preocupação sobre o acesso desigual à produção acadêmica. Embora ela esteja disposta a ler publicações de colegas, independentemente de sua localização geográfica (sul ou norte do Brasil), sente que as suas publicações recebem menos atenção em termos de leitura de seus trabalhos, por conta das hierarquias acadêmicas que se cruzam com preconceito regional.

A hierarquia acadêmica que permeia o mundo da pesquisa, muitas vezes, resulta em dificuldades significativas para a circulação e valorização da produção acadêmica de antropólogas que se encontram nas regiões periféricas em relação aos grandes centros de pesquisa.

Em muitos casos, essas antropólogas periféricas enfrentam obstáculos significativos para se integrar nas redes acadêmicas estabelecidas e acessar os mesmos recursos e oportunidades disponíveis nos grandes centros. As barreiras geográficas, a falta de financiamento e apoio, bem como a falta de reconhecimento em instituições acadêmicas tradicionalmente marginalizadas, contribuem para uma circulação limitada de suas pesquisas.

Nesta esteira, a despeito do consumo das teorias elaboradas no norte do país serem feitas aquém daquelas produzidas por pesquisadores do/no centro-sul, nos grandes polos de ensino, a invisibilidade da produção realizada na periferia da ciência brasileira acaba por gerar outro fenômeno desafiador: O plágio.

A Antropóloga 03, devido à sua longa trajetória de pesquisa com extrativistas da região Norte e ao seu envolvimento com a temática, relata que é comum que outros pesquisadores interessados em abordar o mesmo assunto a procurem em busca de orientações, indicações ou assistência na negociação para ganhar acesso ao campo de pesquisa. Contudo, ela relembra um caso específico que ocorreu com pesquisador de uma universidade renomada do Centro-Oeste:

> "Eu lembro que teve um pesquisador que veio de uma universidade do Centro-Oeste, que é uma universidade prestigiada, e um orientador bem famoso. Ele simplesmente pediu as minhas referências, eu dei, ele não me citou. Eu tenho uma amiga que fez doutorado na Centro-Oeste, no dia da defesa ela passou no corredor viu escrito as palavras chaves do meu trabalho, então ela tirou uma foto e mandou para mim, e aí eu reconheci que era o Fulano" (Antropóloga 03).

A Antropóloga 03 destaca que em nenhum momento o outro pesquisador entrou em contato para informar "olha eu defendi. Ele não mandou o trabalho, eu não tive esse retorno" (Antropóloga 03). Pelo contrário, grande foi a sua surpresa ao ler o trabalho final e perceber que muitos trechos eram parecidos com a sua dissertação. Conforme pode ser visto a seguir:

> "Eu entrei no site e verifiquei o trabalho, e muitas coisas eram semelhantes à minha dissertação, sabe? Eram trechos em que ele pegava um texto e o reescrevia de uma maneira diferente. Havia até partes em que ele me citava. Por exemplo, eu escrevi: 'A dominação dos patrões com os extrativistas era de certa forma física e simbólica, física porque às vezes podia ocorrer o uso de violência, mas também era simbólica'. Eu escrevi exatamente isso, eu disse exatamente isso. Então ele foi e citou: Antropóloga 03 diz que a violência contra os extrativistas é física, mas eu acredito que ela também seja simbólica"'. Eu nunca mais falei com ele. E eu até acho que muitas frases foram copiadas. Eu fiz uma 'cópia e cola' para conferir e percebi que havia muitas semelhanças com a minha dissertação. No entanto, minha dissertação foi publicada muito antes. Então, acabei deixando para lá, sabe? Foi uma situação bem desagradável. Eu não sei se podemos chamar isso de plágio, pois ele altera alguns termos. Eu tenho uma linguagem um pouco mais simples devido à minha vivência e trajetória. Ele modifica algumas palavras ou frases, mas o texto é basicamente o mesmo, é a minha ideia. (Antropóloga 03, dia 15 de setembro de 2020)."

Após a interlocutora retornar ao trabalho de campo, ela descobriu que o pesquisador em questão nem sequer havia conseguido entrar na comunidade extrativista que era o foco de sua

pesquisa. Em vez disso, ele “apenas entrevistou o barqueiro. Ele entrevistou o barqueiro, que conhece alguém que trabalha com os extrativistas, e assim fez sua dissertação” (Antropóloga 03, dia 15 de setembro de 2020).

O plágio “viola essencialmente a identidade da autoria, o direito individual de ser publicamente reconhecido por uma criação. Por isso, apresenta-se como uma ofensa à honestidade intelectual e deve ser uma prática enfrentada no campo da ética” (DINIZ e MUNHOZ, 2011, p.11).

3. 6. ATREVIDAS E MALCRIADAS

Diante das muitas situações marcadas por preconceitos e colonialismos, surge a necessidade de apresentar resistência, que frequentemente é interpretada como desrespeito ou “atrevimento” e “malcriação”. A Antropóloga 02 vivenciou uma situação que ilustra os desafios enfrentados por pesquisadoras em eventos acadêmicos, ressaltando a complexidade das dinâmicas que ocorrem durante apresentações e discussões nesses contextos.

A Antropóloga 02 recebeu um prêmio pela sua dissertação de mestrado e foi convidada para apresentar sua pesquisa no primeiro dia de um evento acadêmico. No entanto, ao iniciar sua apresentação, ela percebeu que uma mulher feminista brasileira, muito conhecida, se levantou e olhou para ela:

> “Eu pensei: "ai meu deus o que que ela vai falar?" Ela disse assim: "você já leu o capítulo inédito do capital?" Aí eu olhei assim para ela e, eu não sei em que eu me inspirei, mas eu fui muito ousada e perguntei: "a senhora já leu?" Aí ela disse "já”, e eu perguntei: "e resolveu seus problemas?" e ela disse "não". E eu falei então "sente aí e me deixa terminar de apresentar meu trabalho". Isso é de uma petulância enorme. Então, para tu veres que as coisas não são muito fáceis, talvez essas coisas tenham acontecido porque eu era muito jovem. Como eu sou muito arreliada hoje em dia, eu acho que as pessoas já não dizem tudo o que elas talvez queiram me dizer. A não ser algumas vezes os colegas, e aí eu reajo mesmo, não deixo passar batido, né? Porque as brincadeiras elas dizem do racismo, dizem da generificação e dizem um monte de coisas (Antropóloga 02, 31 de agosto de 2021).

Assim como a Antropóloga 02, as Antropólogas 04, 07 e 08 também disseram que são “atrevidas” ou “malcriadas” em casos de falas violentas dentro da universidade, conforme pode ser visto a seguir: “Como eu era um pouco malcriada eu não deixava passar quando as pessoas me desafiavam. Eu era atrevida e respondia, por isso houve casos pontuais de falas desrespeitosas dentro da universidade” (Antropóloga 04, dia 18 de setembro de 2020).

A Antropóloga 08 revela que: “algumas vezes eu tive que me impor; a gente aprende a fazer frente nessas situações. Eu, por exemplo, aprendi a não ficar calada”. (Antropóloga 08,

em 23 de setembro de 2020). A Antropóloga 07, narrou um episódio interessante para pensar a fama de mal-educadas ou atrevidas que são atribuídas à essas mulheres:

> "Eu lembro que eu estava usando o Bourdieu para falar sobre a dominação masculina e ela olhou para mim e disse: "**Incrível como vocês são colonizados**. Como o Bourdieu pode ter chegado nesse fim de mundo de onde você vem?" Vocês fazem a leitura dele, mas não a minha? Eu escrevi o mesmo que ele nos anos 60". Então eu disse para ela: pois é professora, ele chegou lá e a senhora não né? Por que será? **Eu ainda era mal-educada na época, não havia sido civilizada por aquela academia tão renomada, com o tempo eu fui contendo mais a minha língua** (Antropóloga 07, dia 28 de setembro de 2020)

Essas trocas de palavras revelam um momento de tensão e competição acadêmica, onde o desafio não é de ordem intelectual, mas é perpassado por diversos tipos de preconceitos, o que fica evidente nas falas "*Como vocês são colonizados*" e "*Como o Bourdieu pode ter chegado nesse fim de mundo de onde você vem?*". Em tais casos, torna-se imperativo enfrentar tais falas com ousadia, como foi feito pelas interlocutoras, pois trata-se de questões relacionadas a racismo, sexismo e outras formas de discriminação.

Capítulo 04

MULHERES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA REGIÃO NORTE

Capítulo 04: MULHERES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA REGIÃO NORTE

A pesquisa antropológica possui raízes profundas na sociedade brasileira e antecede a implementação do ensino superior. Contudo, partir da segunda metade da década de 1960 inicia uma aproximação entre a academia e a pesquisa antropológica, devido a fundação da Associação Brasileira de Antropologia que ocorreu em 1953 e o subsequente desenvolvimento dos programas de pós-graduação em antropologia a partir do final da década de 1960[30].

Ao recuperar a história da criação dos centros de pós-graduação em Antropologia no Brasil, Feldman-Bianco (2018), no livro "O Campo Da Antropologia No Brasil Retrospectiva, Alcances E Desafios" destaca que o primeiro mestrado em Antropologia no Brasil foi inaugurado no Museu Nacional[31] (UFRJ) em 1968. Posteriormente, surgiu o primeiro o primeiro programa de Antropologia Social, em 1972, localizado na Universidade de São Paulo (USP) que combinava mestrado e doutorado. Na mesma década foram criados cinco programas de mestrado localizados nas seguintes universidades: Unicamp (em 1971), UnB (em 1973), UFPE (em 1977), UFRN e UFRGS (ambos em 1979).

Embora os primeiros programas de pós-graduação em antropologia tenham sido estabelecidos na região centro-sul[32] do país, foi feita uma tentativa de "prevenir desigualdades regionais", para isso dois cursos de mestrado em antropologia foram criados na região Nordeste, um na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1977 e o segundo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1979. Conforme Feldman-Bianco (2018):

> "A configuração espacial (e regional) da pós-graduação em antropologia, permaneceu majoritariamente restrita ao centro-sul do país. Por conseguinte, no ano 2000, o Nordeste contava somente com um programa combinando mestrado e doutorado e antropologia (na UFPE) e na Amazônia Legal o único curso mestrado em antropologia (na UFPA) seria encerrado em 2002" (FELDMAN-BIANCO, 2018, p. 32).

No período compreendido entre os anos de 2002 e 2017, houve um notável aumento no número de Programas de Pós-Graduação em Antropologia no Brasil, e esse crescimento se refletiu na expansão dos centros de Antropologia na região Nordeste. Essa região passou de "um mestrado e um doutorado - ambos oferecidos pela Universidade Federal de Pernambuco

[30] A expansão da disciplina ocorreu em meio ao período ditatorial, pois o seu campo e objeto de estudos não foram associados a questões políticas (VELHO, 1980).
[31] O doutorado em Antropologia do Museu Nacional foi criado em 1977
[32] Centro-Sul refere-se aqui às regiões Sudeste e Sul e, também, a Brasília (DF).

(UFPE) - para sete programas de mestrado e dois de doutorado" (FELDMAN-BIANCO, 2018, p. 36).

O crescimento dos centros de Antropologia foi menos acentuado na região Norte, onde foram criados dois programas que unificaram mestrado e doutorado, além de um programa de mestrado interinstitucional, conforme descrito por Feldman-Bianco (2018):

> "O primeiro foi um programa induzido pela Capes, implantado na UFAM em 2007, com foco em antropologia social. O segundo foi o programa baseado em três dos quatro campos de antropologia, estabelecido em 2010 na UFPA, onde, aliás, havia funcionado entre 1998 e 2004 o primeiro curso de mestrado em Antropologia Social da região, o qual foi, no entanto, encerrado após ser integrado ao mestrado de Ciências Sociais dessa mesma universidade, numa tendência oposta à segmentação que estava começando a ocorrer. O mestrado interinstitucional foi criado no ano seguinte, em Boa Vista, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em colaboração com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)" (FELDMAN-BIANCO, 2018, p. 36).

No contexto brasileiro, a trajetória da Antropologia ocorreu de forma inversa em comparação com outras formações acadêmicas. De Almeida (2019) narra que inicialmente, estabeleceu-se como um programa de pós-graduação e somente mais tarde começaram a surgir iniciativas para a criação de cursos de graduação em Antropologia.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por meio do Decreto no 6.096 de 24 de abril de 2007, desempenhou um papel fundamental no crescimento do ensino superior público. Esse programa direcionou incentivos para a expansão e interiorização das universidades, criação de novos cursos e vagas, bem como o aumento do corpo docente. Graças a essa política, entre 2005 e 2012, foram estabelecidos sete cursos de graduação em antropologia. A expansão dos centros de Antropologia na Amazônia não ocorreu de forma "linear, gradativa e cumulativamente" como informa De Almeida (2019), tal processo acompanhou uma política nacional mais ampla.

Os investimentos efetuados levaram à expansão dos centros de Antropologia em todas as regiões do Brasil. Se na região Norte, a "pós-graduação em antropologia era praticamente inexistente, apesar da longa história de ensino, pesquisa importante atuação de museus antropológicos na região. Hoje existem bons programas já consolidados" (FELDMAN-BIANCO, 2018, p. 38).

Na região Norte do Brasil, existem três cursos de graduação em Antropologia: um na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Campus Benjamin Constant; outro na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém; e um terceiro na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista. Esses três cursos possuem autonomia em relação

aos programas de pós-graduação, “haja vista que os corpos docentes destes programas e aqueles dos cursos de graduação não são necessariamente os mesmos e que o pessoal discente destes programas não é composto exclusiva ou principalmente de egressos daqueles cursos” (DE ALMEIDA, 2019, p.11).

Na região Norte do Brasil, também são encontrados três programas de pós-graduação em Antropologia. Dois desses programas estão localizados na Universidade Federal do Pará (UFPA) e um na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Esses programas de pós-graduação contribuem para a ampliação de perspectivas dentro do cenário antropológico.

4.1 Programa De Pós-Graduação Em Sociologia E Antropologia -PPGSA da Universidade Federal Do Pará – UFPA

O Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) teve início em 2002, quando foi aprovado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Inicialmente, o programa era denominado Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Suas atividades efetivas tiveram início no ano de 2003, com a formação da primeira turma de doutorado[33]. Desde então, o PPGSA tem contribuído para a formação de pesquisadores e o avanço dos estudos sociológicos e antropológicos na região.

O Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará - PPGSA/UFPA possui quatro linhas de pesquisa, a saber: **1)** As ações públicas e coletivas, território e ambiente**; 2)** Ética, trabalho e arranjos sociais**; 3)** Gênero, geração e relações étnico-raciais e 4) Religião e saúde, Simbolismo e poder.

Conforme os dados obtidos através da Plataforma Sucupira, em 2022[34], o corpo docente do programa é composto por 25 pessoas, sendo que 20 delas, são mulheres. Ao verificar a área de formação das docentes vinculadas ao PPGSA/UFPA, percebe-se que a maioria (14 no total) possui graduação em Ciências Sociais. Além disso, 4 docentes têm formação em História, 1 possui graduação em Antropologia e outra em Ciências Econômicas.

[33] Fonte: https://www.ppgsa.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao data de acesso 11 de junho de 2023.

[34] https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/docente/listaDocente.xhtml data de acesso 11 de junho de 2023

No que diz respeito a formação[35] no mestrado, observa-se que 7 delas possuem mestrado em Sociologia, 6 em Antropologia, e 1 possui em Sociologia e Antropologia. Além disso, 3 têm mestrado em Ciências Sociais, 1 em Planejamento do Desenvolvimento.

No doutorado, observa-se que 7 docentes possuem o doutorado em Sociologia, 4 obtiveram o doutorado em Antropologia, 2 possuem o doutorado em Antropologia e Sociologia, 2 têm doutorado em Ciências Sociais, 2 se graduaram em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2 em Desenvolvimento Socioambiental, e 1 obteve o doutorado em Ciência Política.

A tabela a seguir lista as mulheres no corpo docentes permanentes do PPGSA/UFPA, bem como as suas formações e temas de pesquisa.

Tabela 01: Docentes Permanentes do PPGSA/UFPA

NOME	FORMAÇÃO	TEMA
Andréa Bittencourt Pires Chaves	Possui graduação em Ciências Sociais pela União das Escolas Superiores do Pará (1991), mestrado em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará (2002) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2000), doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2003).	Sociologia do Trabalho, Mundo do Trabalho e Segurança Pública.
Claudia Leonor López Garcés	Graduada em Antropologia pela Universidad Del Cauca - Colômbia (1991); Mestre em Antropologia Andina pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Sede Equador (1995); Doutora em Antropologia com ênfase na América Latina e o Caribe pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC - UnB), em conjunto com o Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB) - Brasil (2000)	Grupo Mebêngôkre-Kayapó e Ka´apor, na Amazônia brasileira, voltadas para a compreensão das relações destes povos com seus lugares de vida, conflitos territoriais, saúde e soberania alimentar e movimentos indígenas, assim como sobre povos indígenas e coleções etnográficas em museus.
Daniela Ribeiro de Oliveira	Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade.	Políticas públicas, atores sociais e cidadania.
Denise Machado Cardoso	Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (Pós-Graduação do Trópico Úmido PDTU/ NAEA) pela Universidade Federal do Pará (2006). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (2000) e graduada em História também nesta universidade (1987).	Políticas de ações afirmativas voltadas para povos originários e populações quilombolas, gênero, educação indígena, etnomuseologia, cibercultura, antropologia visual, antropologia política, ciências sociais e ambientais.
Edila Arnaud Ferreira Moura	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1973), mestrado	Dinâmicas demográficas e às políticas de desenvolvimento que

[35] Quanto a uma delas, não obtive informações sobre seu mestrado, mas acredito que possa ter feito a transição direta da graduação para o doutorado.

	em Sociologia - University of Toledo (1979) e doutorado em Desenvolvimento Socioambiental- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA, Universidade Federal do Pará (2007).	afetam as pequenas populações amazônicas
Edna Ferreira Alencar	Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (1986), tem mestrado e doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasília (1991 e 2002).	História da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, conflitos socioambientais; gestão comunitária de recursos pesqueiros, atuação das mulheres na governança e na gestão da pesca na região do médio rio Solimões.
Edna Maria Ramos de Castro	Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, mestrado e doutorado em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (1978-1983).	Desenvolvimento, políticas públicas, estudos urbanos, trabalho, populações tradicionais e meio ambiente.
Kátia Marly Leite Mendonça	Possui Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Realizou Pós-Doutorados em Ética na Universidad Pontifícia Comillas, Madrid (CAPES 2007 e 2010). Mestre em Ciências Sociais e Bacharel em Ciências Econômicas.	Imaginário social, ética, hermenêutica, religião, filosofia da imagem, hermenêutica, cinema, artes, literatura e educação abordando os temas da fotografia, cinema, artes visuais, memória literária, memória visual, imaginário do apocalipse.
Luciana Gonçalves de Carvalho	Doutora em Ciências Humanas-Antropologia (PPGSA/UFRJ, 2005), com pós-doutorado em Antropologia na UnB (2020-2021). Possui mestrado em Mestrado em Sociologia e Antropologia pela UFRJ. Graduada em ciências Sociais pela UFRJ.	Patrimônio cultural imaterial, cultura popular, memória, trabalho e conhecimentos tradicionais em comunidades amazônicas, bem como de relatórios técnicos, laudos e outros estudos antropológicos em processos de regularização fundiária, disputa territorial e conflito socioambiental.
Luísa Maria Silva Dantas	Pós-Doutora e doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação de Cornelia Eckert - PPGAS/UFRGS. É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Universidade Federal do Pará.	Gênero, geração e relações etnicorraciais e ética, trabalho e arranjos sociais. Nas áreas de antropologia urbana, antropologia do trabalho e antropologia da imagem
Maria Cristina Alves Maneschy	Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1980), com mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA (1988) e doutorado em Sociologia - Université Toulouse Le Mirail, França (1993).	Comunidades pesqueiras artesanais, com ênfase nas estratégias de trabalho em relação aos condicionantes ambientais, divisão sexual do trabalho e relações de gênero.
Maria José da Silva Aquino Teisserenc	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1988), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1994) e doutorado em PPG Sociologia e Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003).	Sociologia Política abordando os temas da ação pública, território e ambiente na Amazônia.

Michele Escoura Bueno	Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) E mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Grada em Ciências Sociais.	Conflitos e as relações mobilizadas no processo de organização de festas de casamentos em São Paulo e Belém; Antropologia da Política; relações de gênero e desigualdades educacionais.
Monica Prates Conrado	Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) e Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2001)	Feminismo Negro, Teorias Decoloniais, Migração, gênero e mobilidades internacionais, Relações raciais e Juventudes.
Patrícia da Silva Santos	Possui bacharelado e licenciatura em Ciência Sociais - Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2005/2006), e mestrado (2009) e doutorado (2014) em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Foi bolsista CAPES/DAAD de doutorado sanduíche na Ludwig-Maximilians-Universität München (2011/2013)	Teoria social, literatura, cultura, exílio, testemunho, autoritarismo e gênero.
Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1978), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1983), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará e em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Nord (2007), em co-tutela. Pós-doutorado pela Université Sorbonne Paris Nord (2018)	Desenvolve pesquisas sobre camponeses, povos tradicionais e políticas públicas na Amazônia, com ênfase em deslocamento compulsório, conflitos sociais, desterritorialização, memória, perda e sofrimento social decorrentes de políticas públicas.
Tânia Guimarães Ribeiro	Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFPA (2000). Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais (Sociologia) pela Faculdade de Ciências Sociais da UFRJ (1988).	Políticas Públicas e Participação; Conflitos Socioambientais; Movimentos Sociais; Desigualdades Sociais; dinâmicas sociopolíticas em Reservas Extrativistas, Sociologia do Desenvolvimento.
Violeta Refkalefsky Loureiro	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1969), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1985) e doutorado em Sociologia - Institut Des Hautes Etudes de l Amérique Latine (1994).	Amazônia, desenvolvimento, direitos humanos, sustentabilidade e educação.
Voyner Ravena Cañete	Possui Graduação em Bacharelado em História (1991), Mestrado em Antropologia Social (2000) e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2005) pela Universidade Federal do Pará (UFPA).	Questões ambientais relativas às populações tradicionais em cenários rurais amazônicos, assim como em áreas periurbanas em uma perspectiva interdisciplinar envolvendo meio ambiente, saúde e modo de vida.
Taissa Tavernard de Luca	Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (2000), mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2003) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2010).	Antropologia e educação, com ênfase em Religião Afro Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: religião afro-brasileira, antropologia, ciências da religião, memória e intolerância religiosa.

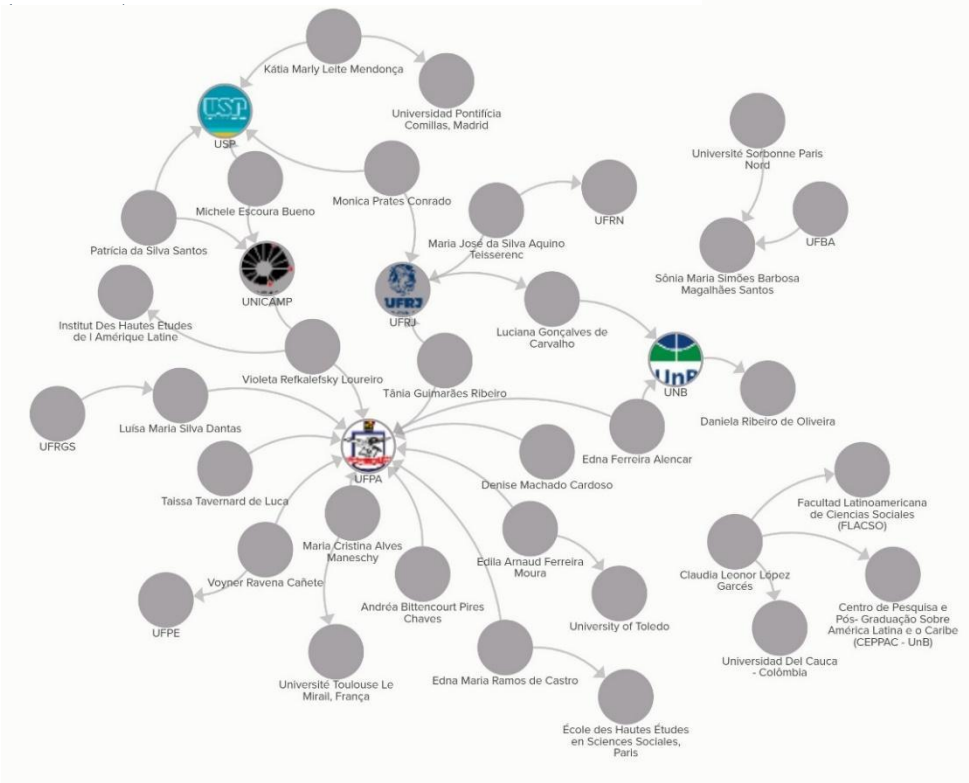
Fonte**: (Autora, 2023**[36]**).**

[36] Dados obtidos dos currículos lattes, Plataforma Sucupira e Site do PPGSA

Ao realizar uma análise dos locais de formação das professoras que compõem o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), podemos observar que 11 delas têm uma trajetória acadêmica vinculada à própria UFPA, onde não apenas concluíram suas formações, mas também atualmente desempenham atividades de docência e pesquisa.

Também se pode notar que ao longo de suas trajetórias acadêmicas, as professoras estabeleceram conexões com instituições de ensino e pesquisa de outras regiões do Brasil, tais como a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conforme pode ser observado na figura a seguir:

Figura SEQ Figura * ARABIC 15 -Representação das Linhagens das



Fonte: (Autora, 2023)

No ano de 2023, o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) apresentava um quadro de 63 estudantes matriculados no curso de Mestrado e 65 no Doutorado. É relevante observar que dentro do corpo discente,

um total de 76 mulheres estava registrado como parte integrante do programa. Isso denota uma participação significativa e crescente das mulheres no PPGSA da UFPA.

Com o intuito de identificar os principais temas de pesquisa das discentes, conduzi um levantamento das dissertações e teses defendidas pelas estudantes do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA, no período entre 2020 e 2023. Após o levantamento, elaborei uma tabela contendo informações sobre as autoras, os títulos e os temas das respectivas monografias. Como pode ser visto a seguir:

Tabela 02: Teses E Dissertações Defendidas Por Mulheres Programa De Pós-Graduação Em Sociologia E Antropologia (PPGSA) da UFPA

ANO	TIPO	DISCENTE	TÍTULO
2023	Dissertação	Debora Melo Alves	"Essa Casa Não É Do Incra, Essa Casa É Minha": Efeitos Funcionais E Simbólicos Do Crédito Habitacional Em Uma Resex Marinha Da Amazônia
2023	Dissertação	Elisa Goncalves Rodrigues	Espaços Da Morte Na Vida Vivida E Suas Sociabilidades No Cemitério Santa Izabel Em Belém-Pa: Etnografia Urbana E Das Emoções Numa Cidade Cemiterial
2022	Tese	Avelina Oliveira De Castro	‘Cria(da)s’, ‘Casadas’ “Meninas”, “circulação” e “entrega” em Breves (Marajó)
2022	Tese	Ana Patricia Reis Da Silva	Trabalho E Organização Coletiva De Catadoras De Caranguejo Em Uma Reserva Extrativista Marinha No Litoral Do Pará Belém
2022	Dissertação	Glaucia Silva Dos Santos	Curt Nimuendajú e as narrativas míticas Tembé: revisitando uma produção etnográfica
2022	Dissertação	Ellen Caroline Dos Santos Silva	“O Cavalo é um complemento para a vida”: conexões multiespécies
2022	Dissertação	Adrian Kethen Picanco Barbosa	Os Tambores Da África Reverberam Aqui: O Projeto Batuque Como Prática Decolonial Na Comunidade Quilombola De São Pedro Dos Bois – Ap
2022	Dissertação	Evelyn Talisa Abreu De Oliveira	Roda Cultural De Benevides: Uma Pesquisa-Ação Sobre A Luta Antirracista Em Benevides/Pa
2022	Dissertação	Raiana Siqueira Mendes	Entre Diálogos E Conflitos: O Processo De Regularização Fundiária Do Território Quilombola Alto Trombetas Ii.
2022	Dissertação	Paula Pamplona Beltrao Da Silva	Terceirização ou autonomia: a condição laboral do motoentregador por plataforma digital em Belém-PA.
2022	Dissertação	Jennefer Portela De Sales	Esquinas" Virtuais, "Garotas" Nem Tanto: Um Estudo Sobre Intercâmbios Sexuais E Econômicos Negociados Em Plataformas Digitais
2022	Dissertação	Larissa Ribeiro Wanzeller	As Novas Formas De Organização De Luta Dos Motoristas De Aplicativo Na Era Digital

2021	Tese	Marileia Da Silveira Nobre	“Tudo Tem Sua Mãe”: O Mundo Mítico De Caraparupará
2021	Tese	Giselle Castro De Assis Reis	Turismo Comunitário Como Sistema De Dádivas Na Amazônia: Uma Aliança Entre Reciprocidade E Autonomia Na Gestão Local Do Turismo Em Anã E Coroca, Santarém, PA.
2021	Dissertação	Evillys Martins De Figueiredo	Trajetórias Docentes E Formação Continuada Em Relações Etnicorraciais Na Amazônia Paraense
2021	Dissertação	Mayara De Oliveira Silva	Nas veredas da sobrevivência: Mulheres no setor informal na feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará.
2021	Dissertação	Keiliane de lima bandeira	Quando eu nasci, eu era o anjo torto e repetia pra mim: “não vou ser gauche na vida” - um estudo sociológico sobre gênero e deficiência
2021	Dissertação	Ana Manoela Primo Dos Santos Soares	“Ser Indígena E Antropóloga: Tecendo Pesquisas Com As Antigas – Aldeia Santa Isabel – Povo Karipuna Do Amapá”.
2020	Tese	Terezinha De Fátima Ribeiro Bassalo	O Lugar Do Corpo No Corpo Do Lugar: Uma Etnografia Da Panha Do Açaí Entre Jovens Da Ilha Das Onças - Pa
2020	Tese	Brenda Thainá Cardoso De Castro	Mulheres Descolonizando A Amazônia Pelos Caminhos De Vida: Produção De Subjetividades Atravessadas Pelo Projeto De Nação Desenvolvimentista
2020	Tese	Lanna Beatriz Lima Peixoto	“Toda Planta Tem Alguém Com Ela” – Sobre Mulheres, Plantas E Imagens Nos Quintais De Mangueiras
2020	Dissertação	Malenna Clier Ferreira Farias	“Sou Da Terra”: A Trajetória De Uma Mulher Do Beiradão Amazônico Como Redescoberta De Si Com Os Outros.
2020	Dissertação	Tainara Lúcia Pinheiro	Negra Quando?: Identificação De Si Enquanto Evento E Tipificação Do Racismo Como Temporalidade Em Belém-Pa
2020	Dissertação	Ivonete Pinheiro	Trajetórias De Mulheres No Tráfico De Drogas: Intersecções De Gênero, Raça E Classe
2020	Dissertação	Adriana Guimarães Abreu	“A Teoria Do Pescador”: Saberes, Práticas E Dinâmicas Dos Territórios De Pescadores De Pequena Escala De Ponta De Pedras, Ilha Do Marajó, Pa
2020	Dissertação	Amanda Mesquita Cristo	Justiça Ambiental Em Território De Desastres: Uma Ação Local De Resistência Em São Sebastião Do Burajuba / Barcarena (Pa).

Fonte: Autora, 2023. Dados obtidos da Plataforma Sucupira e Site do PPGSA.

A partir dos dados contidos na tabela, realizei a extração das palavras-chave contidas nos títulos das monografias e utilizei essas informações para classificar os temas de acordo com a recorrência de palavras-chave, destacando os termos que surgiam com maior frequência. A análise revelou que os temas mais recorrentes nas monografias das discentes apresentados no PPGAS/UFPA de 2020 a 2023 abordam questões relacionadas a Trabalho, Mulheres, Territórios, Racismo e Relações Étnicas.

Dentro da categoria "trabalho", as pesquisas se concentram na análise de diversas formas de trabalho informal desenvolvidas por mulheres, pescadores, coletores. Além disso, esses estudos exploram as dinâmicas do trabalho por meio de aplicativos e plataformas digitais, destacando questões contemporâneas relacionadas à economia compartilhada e às transformações no mercado de trabalho influenciadas pela tecnologia.

Os trabalhos que investigam temas relacionados às mulheres se concentram na análise da intersecção entre gênero e deficiência, trabalho, colonialismo, tráfico de drogas, circulação de mulheres, trajetórias e conhecimentos.

As pesquisas relacionadas ao tema "Território" abrangem uma variedade de dinâmicas que ocorrem em diferentes tipos de territórios, incluindo reservas extrativistas, áreas remanescentes de quilombos, áreas indígenas, entre outros. Esses estudos exploram diversas relações que se desenrolam em contextos específicos, como a coleta do açaí, a atividade de catadoras de caranguejo e questões relacionadas a créditos habitacionais em reservas extrativistas. Além disso, abordam temas como remanescentes de quilombos, justiça ambiental, resistências e estratégias de enfrentamento para permanecer nos territórios.

Os trabalhos que se concentram em "Racismo e Relações Étnicas" abordam o racismo em diversos contextos e exploram as complexidades das relações interseccionais entre diferentes grupos étnicos. Eles também investigam as trajetórias individuais e coletivas, bem como as dinâmicas de trabalho, destacando a importância do enfoque decolonial para abordar essas questões.

Além dos temas recorrentes classificados nas categorias anteriores, foram identificados trabalhos que abordam questões relacionadas a mitologia, sociabilidade, as relações entre as comunidades e o meio ambiente, especialmente as plantas e animais.

4.2 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – PPGA/UFPA

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPA foi estabelecido no segundo semestre de 2010. O programa oferece três linhas de pesquisa: Antropologia Social, Arqueologia e Bioantropologia. Na linha de Antropologia Social, os temas abordados incluem gênero e sexualidade, migrações, diásporas, povos indígenas, populações tradicionais, memória, paisagem e produção cultural. Na linha de Arqueologia, os focos são a arqueologia na Amazônia, cultura material, patrimônio e sociedade. Já na linha de Bioantropologia, são estudadas a antropologia genética e forense, além da Socioecologia da saúde e da doença.

De acordo com as informações disponíveis na Plataforma Sucupira, no ano de 2022, o corpo docente do programa é constituído por 18 pessoas, sendo que 12 são mulheres e detêm o grau de doutorado.

Ao examinar as formações de graduação das professoras do PPGA/UFPA, destaca-se uma diversidade de áreas acadêmicas. Entre as formações encontradas, 4 delas têm graduação em História, 3 em Ciências Sociais, 1 é graduada em Arqueologia e Antropologia, 1 tem formação em Turismo, 1 é graduada em Arqueologia, 1 possui formação em Arquitetura e 1 tem graduação em Sociologia.

Ao longo de seus mestrados[37], a maioria das professoras (8) concentraram seus estudos em Antropologia, 1 professora escolheu a área de Antropologia e Arqueologia, 1 optou por História Antiga e Medieval, e 1 escolheu a área de Gestão do Patrimônio Cultural/Arqueologia.

Quanto às áreas de concentração no nível de doutorado, 5 das professoras obtiveram seus doutorados em Antropologia, 3 em Arqueologia, 1 possui doutorado em Antropologia e Arqueologia, 2 em História e 1 é Doutora em Sociologia, Demografia e Antropologia Social. Essa diversidade de formações e áreas de concentração demonstra a ampla experiência acadêmica das professoras no PPGA/UFPA. Na tabela a seguir, encontram-se listadas as docentes do quadro permanente do PPGSA/UFPA, juntamente com dados sobre suas formações acadêmicas e áreas de pesquisa.

Tabela 03: Docentes Permanentes do PPGA /UFPA

NOME	FORMAÇÃO	TEMA
Beatriz De Almeida Matos	Graduação em ciências sociais pela universidade federal de minas gerais. Mestrado e doutorado em antropologia social no programa de pós-graduação em antropologia social do museu nacional - ufrj.	Educação escolar indígena, pesquisa, docência e assessoria de projetos entre diversos povos indígenas: Waiwai, Mebengokre, Panara, Tapayuna, e povos da terra indígena vale do javari: Matses, Marubo, Matis, Kanamari e Korubo
Daiana Travassos Alves	Graduou-se em história (2009) pela Universidade Federal do Pará. Mestrado em antropologia pela mesma universidade e Doutorado em archaeology. University of exeter, exeter, Inglaterra.	Estudos de coleções de cerâmica marajoara e integrando equipes de investigação em sítios arqueológicos na ilha de marajó, em Santarém, na rodovia transamazônica e em geoglifos no acre
Edna Ferreira Alencar	Graduada em história pela universidade federal do Pará (1986), tem mestrado e doutorado em antropologia social e cultural pela universidade de Brasília (1991 e 2002).	Antropologia social, cultural e ambiental sobre relações de gêneros no trabalho da pesca no litoral do Maranhão
Eliane Cantarino Odwyer	Graduação em história pela Universidade federal fluminense, Mestrado e Doutorado Em Antropologia Social pela	Identidade, etnicidade, organização social, práticas culturais e processos de territorialização e tem experiência na elaboração de relatórios antropológicos

[37] Quanto a uma delas, não obtive informações sobre seu mestrado, mas acredito que possa ter feito a transição direta da graduação para o doutorado.

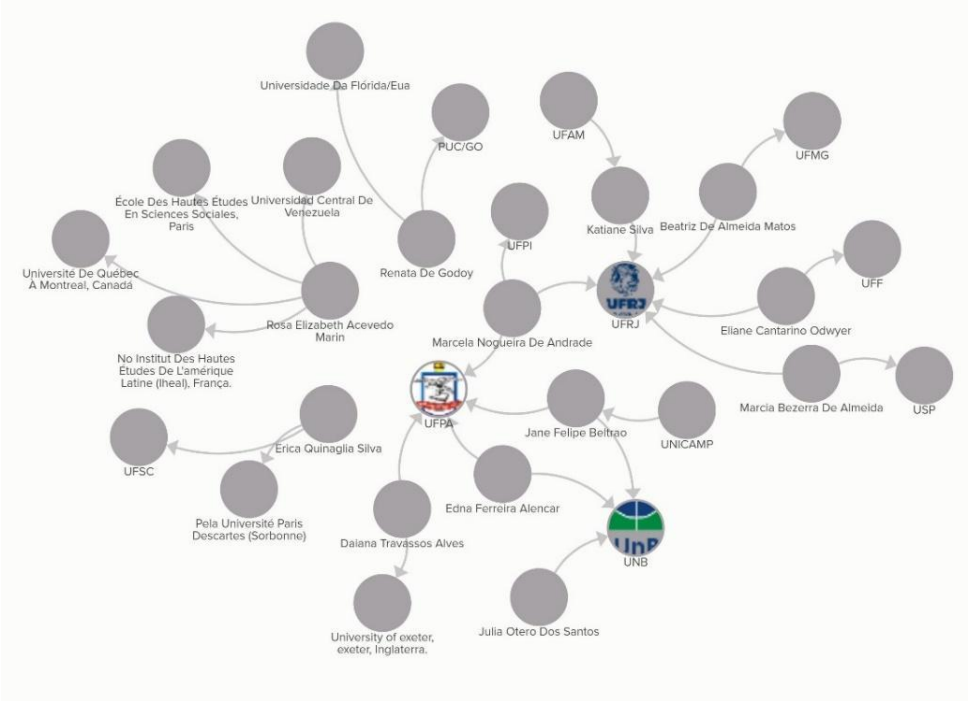
	Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Ufrj, Brasil.	sobre populações seringueiras do alto juruá-acre, comunidades remanescentes de quilombo do baixo amazonas, Pará e do estado do rio de janeiro.
Erica Quinaglia Silva	É Doutora Em Sociologia, Demografia E Antropologia Social Pela Université Paris Descartes (Sorbonne) e Universidade Federal De Santa Catarina (2011). Mestrado Em Antropologia Social Pela Universidade Federal De Santa Catarina (2008) E Graduação Em Antropologia (Bacharelado) E Ciências Sociais (Licenciatura) Pela Universidade De Brasília (2005).	Antropologia (da) política, antropologia da saúde, bioética, saúde coletiva, saúde mental, religiosidades brasileiras, antropologia da morte, antropologia audiovisual e direitos humanos.
Jane Felipe Beltrao	Graduação Em História pela Universidade Federal Do Pará, UFPA. Mestrado Em Antropologia Pela Universidade De Brasília, UNB, Brasil. Doutorado Em História Pela Universidade Estadual De Campinas, UNICAMP, Brasil.	Patrimônio Histórico E Antropológico Com Ênfase Em Coleções Etnográficas. Desenvolvo Ações Como Perita Judicial, Produzo Laudos E Vistorias Antropológicas.
Julia Otero Dos Santos	Mestrado (2010) e Doutorado (2015) Em Antropologia Social Pela Universidade De Brasília. Graduação em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia pela UNB.	Desenvolve Pesquisa Junto Aos Karo-Arara, Falantes Da Língua Ramarama Do Tronco Tupi E Habitantes Da Ti Igarapé Lourdes (Ji-Paraná, Rondônia). Atua Na Área De Antropologia, Com Ênfase Em Teoria Antropológica E Etnologia Indígena, Pesquisando Principalmente Temas Relacionados A Ritual, Gênero, Xamanismo, Cosmopolítica, Territorialidade E Antropoceno.
Katiane Silva	Antropóloga E Psicóloga, Graduada Em Psicologia Pela Universidade Federal Do Amazonas (UFAM), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal Do Amazonas (UFAM), Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ)	Indígenas E Populações Tradicionais; Mobilizações Sociais Na Amazônia; Conflitos Sociais E Ambientais, Especialmente Nas Áreas Do Alto E Médio Rio Solimões (Am), Do Alto Rio Negro (Am) E No Baixo Amazonas (Pa).
Marcela Nogueira De Andrade	Possui Graduação em Turismo Pela Universidade Federal Do Pará (2007), Mestrado Em Antropologia e Arqueologia Pela Universidade Federal Do Piauí (2012), e Doutorado em Arqueologia Pelo Museu Nacional - Universidade Federal Do Rio De Janeiro (2018).	Arte Rupestre, Patrimônio, Gestão E Conservação Integrada Do Patrimônio Cultural, Turismo E Arqueologia, Paisagem Cultural.
Marcia Bezerra De Almeida	Bacharela Em Arqueologia Pelas Faculdades Integradas Estácio De Sá/Rj, Mestra Em História Antiga E Medieval Pela Universidade Federal Do Rio De Janeiro E Doutora Em Arqueologia Pela Universidade De São Paulo.	Estudos De Cultura Material, Práticas De Colecionamento, Imagem Da Arqueologia Na Cultura Popular, Arqueologia Amazônica, Ensino Da Arqueologia, Musealização Da Arqueologia, Imaginário, Memória, Museus, Educação E Patrimônio.
Renata De Godoy	Possui Títulos De Ph.D. Em Antropologia/Arqueologia Pela Universidade Da Flórida/Eua (2012), Mestrado Em Gestão Do Patrimônio Cultural/Arqueologia (2003) E Graduação Em Arquitetura E Urbanismo	Arqueologia Contemporânea E/Ou Arqueologia Patrimonial, Envolvendo Temas Tais Como Gestão Do Patrimônio Cultural, Urbanismo, Turismo E Antropologia. É Sócia Efetiva Da Sociedade De Arqueologia Brasileira

	(2001) Pela Pontifícia Universidade Católica De Goiás (Puc/Go).	
Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Graduação Em Sociologia Pela Universidad Central De Venezuela, Doutorado Em História E Civilização - École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Paris, França; Pós Doutorado Na Université De Québec À Montreal, Canadá E No Institut Des Hautes Études De L'amérique Latine (Iheal), França.	História, Com Ênfase Em História Regional Do Brasil, Atuando Principalmente Nos Seguintes Temas: Escravidão No Pará, Comunidades Remanescentes De Quilombo, Territórios, Identidades E Cartografia Social.

Fonte: Autora, 2023

Ao examinar as instituições de formação das professoras que compõem o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), pode-se verificar uma conexão com a própria UFPA, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de Brasília (UNB). Esta relação pode ser visualizada de forma mais detalhada na figura a seguir:

Figura 16: Conexões institucionais das professoras do PPGA/UFPA



Fonte**:** Autora, 2023

No ano de 2023, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA) registrava um total de 44 estudantes matriculados no curso de Doutorado, além de 38 no curso de Mestrado. É relevante destacar que, dentre esses alunos, 47 são mulheres.

Foi realizado o mesmo processo de levantamento dos temas das dissertações e teses defendidas pelas estudantes do PPGA/UFPA, no período entre 2020 e 2023**,** conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 04: Teses e Dissertações defendidas por estudantes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA) entre 2023 e 2020

ANO	TIPO	DISCENTE	TÍTULO
2023	Tese	Maria Helena De Aviz Dos Reis	Nos Caminhos Do Sagrado: A Devoção E As Relações Geracionais E De Gênero Na Festa De Todos Os Santos No Quilombo De Jurussaca, Pará.
2022	Tese	Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo	A Ação do PAC 2 Cidades Históricas e a Governança Municipal na Amazônia: O Caso da Praça do Carmo em Belém, PA
2022	Tese	Camille Gouveia Castelo Branco Barata	Trajetórias feministas na UFPA: luta, violência e memória entre mulheres
2022	Tese	Maria De Nazare Barreto Trindade	A "senhora do reino encantado de Guimarães" e suas contemporâneas: antropologia e literatura na trajetória da escrita feminina negra na Amazônia do entresséculos XIX e XX
2022	Tese	Glenda Consuelo Bittencourt Fernandes	Arqueologia contemporânea e suas possibilidades: o caso da Capela Pombo em Belém-PA
2022	Tese	Leticia Morgana Muller	Escrito em ossos e dentes: dieta e saúde oral de populações pré-coloniais da Volta Grande do Rio Xingu (PA) por meio da análise de isótopos estáveis e bioarqueologia
2022	Tese	Isadora Bastos De Moraes	"Ser Feminista Até… Em Gesso": Julieta de França e o trabalho urbano feminino no Pará (entresséculos)
2022	Tese	Barbara De Nazare Pantoja Ribeiro	Jeitos Variados: Uma Etnografia Sobre Diversidade Sexual Entre Os Assuriní Da Aldeia Trocará, Ti Trocará, Pa
2022	Tese	Clarice Bianchezzi	Entre cacos e flores: apropriações, usos e significados dos vestígios arqueológicos pelos moradores do sítio Macurany, Parintins, Amazonas
2022	Dissertação	Debora Cristiane Blois Nascimento	Arqueologia Com Pipoca: Representações e Representatividade de Gênero e Raça no Cinema
2022	Dissertação	Ana Carolina Da Silva Brito	Cuidados e Práticas de Saúde em bebês nos três primeiros meses de vida em Belém, Pará
2022	Dissertação	Beatriz Figueiredo Levy	Narrativas Em Disputa Sobre A Loucura: da (re)produção discursiva sobre a periculosidade aos agenciamentos de internos em manicômios judiciários no Pará e no Distrito Federal
2022	Dissertação	Carla Vitoria Lobo De Souza	Digitalização em 3D de acervos arqueológicos: O uso da Fotogrametria como ferramenta de preservação e pesquisa
2022	Dissertação	Gisela Da Silva Campos	O Uso da Iconografia da Cerâmica Arqueológica no Artesanato do Centro Mulheres de Barro, Parauapebas, Pará, Amazônia
2022	Dissertação	Adriana Batista Cecim Da Silva	Antes tinha peixe e não tinha essas coisas, agora tem essas coisas e não tem peixe": considerações sobre a atividade pesqueira artesanal na Vila dos Pescadores, Bragança – Pará

2022	Dissertação	Arantxa Carla Da Silva Santos	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero: Uma Análise Sobre Políticas Públicas Voltadas a Comunidades Ribeirinhas do Pará
2022	Dissertação	Diana Alejandra Trujillo Beltran	Processos de gourmetização, identidade regional e consumo na Amazônia paraense
2022	Dissertação	Elianete De Sousa Guimaraes	Processo de ocupação territorial e resistência étnica no Marajó: o caso do Quilombo do Rosário/Mangabal, Salvaterra
2022	Dissertação	Luana Da Silva Cardoso	Kirimbawa: forte e valente - Articulação de mulheres indígenas do Baixo Tapajós
2021	Tese	Tallyta Suenny Araujo Da Silva	Riquezas da Terra: paisagens e ocupações na Serra Leste de Carajás
2021	Tese	Flavia Siqueira Correa Zell	O silêncio das inocentes: o estigma da periculosidade e a internação perpétua de mulheres que cumprem medida de segurança no estado do Pará
2021	Tese	Camila De Fatima Simao De Moura Alcantara	Pontos de Memória: de política cultural a museus em periferias
2021	Dissertação	Rayane Gomes Da Silva	Hàkti Jõkrín: A política e a chefia Gavião
2021	Dissertação	Jheuren Karoline Costa De Souza	Pelos Rios da Amazônia: Mulherese Violações de Direitos Humanos
2021	Dissertação	Bruna Josefa De Oliveira Vaz	Emanuela Sousa e o Movimento Indígena no Baixo Tapajós
2021	Dissertação	Brenda Bandeira De Azevedo	Tradição Tupiguarani na Bacia Guamá-Moju? Uma Análise a partir do Sítio Arqueológico Guamá
2021	Dissertação	Eloane Janay Dos Santos Picanco	Ressignificar o passado e agir no presente: identidade, memória e ação política em Cuipiranga, Santarém/PA
2021	Dissertação	Liendria Marla Malcher Silva	Cinema de Beiras: produção de narrativas audiovisuais por documentaristas do Baixo Tapajós
2021	Dissertação	.Elida Nascimento Monteiro	Itacoã – Miri "terra dos descendentes além da casa grande": situações sociais do pós-titulação do território coletivo
2021	Dissertação	Karla Pamela Reveles Martínez	Donde quiera que voy me acuerdo de la mata de moriche Prácticas de salud en la transitividadmigratoria de indígenas warao en Belém, Pará
2020	Dissertação	Dilma Costa Ferreira	Cultura, Oralidade e Língua Mẽbêngôkre Sob o Prisma de Seus Mitos
2020	Dissertação	Laura Carolina Vieira	Saberes da Floresta, Produtos na Cidade? Os atravessamentos socioculturais que permeiam as práticas tradicionais de cura amazônica em ambiente urbano – Belém/Pará.
2020	Dissertação	Rayane Gomes Da Silva	Hàkti Jõkrín: A política e a chefia Gavião
2020	Dissertação	Taynara Soares Do Nascimento Sales	Arqueologia contemporânea na Amazônia: reprodução da iconografia e cerâmica da cultura Maracá
2020	Dissertação	Waldilena Assunção	No avesso da história indígena: Da criminalização às prisões de lideranças indígenas no Sistema Penitenciário do Estado do Pará

Fonte: Autora, 2023. Dados obtidos da Plataforma Sucupira e Site do PPGA/UFPA

Após a análise das palavras-chave recorrentes nos títulos dos trabalhos apresentados pelas discentes do PPGA/UFPA de 2020 a 2023, verificou-se que as principais categorias temáticas são: Povos Indígenas, Arqueologia, Saúde, Território e Mulheres.

As pesquisas voltadas aos povos indígenas abordam temas que vão desde a criminalização e prisões de lideranças indígenas no sistema penitenciário até os movimentos indígenas na região do Baixo Tapajós. As pesquisas também exploram questões de diversidade sexual entre os povos indígenas, oralidade, identidade, memória e ação política.

As pesquisas na área da arqueologia são expressivas e abordam temas como o estudo de cidades históricas e o papel dos museus em áreas periféricas. Além disso, exploram sítios arqueológicos e acervos, bem como a iconografia da cerâmica arqueológica, populações pré-coloniais e aspectos da arqueologia contemporânea na região amazônica.

As monografias que se concentram no tema da saúde se dedicam ao estudo dos saberes e práticas tradicionais de cura, a saúde das populações indígenas, cuidados e práticas de saúde voltados para bebês. Além disso, abordam questões relacionadas à saúde mental, incluindo temas como a loucura e a realidade dos manicômios.

As pesquisas relacionadas ao tema "território" incluem o estudo de territórios coletivos, ocupação territorial por comunidades remanescentes de quilombos, estratégias de desenvolvimento sustentável, dinâmicas das populações ribeirinhas em relação ao seu território, bem como as ocupações e lutas em torno do controle e defesa do território.

Os trabalhos apresentados que se concentram nas mulheres exploram diversas dimensões de suas vidas, identidades e interseccionalidades. Os temas abordados incluem questões relacionadas às mulheres encarceradas, suas experiências e desafios; as interseções de gênero e raça; a representação da mulher no cinema e suas implicações sociais; direitos humanos; mulheres ribeirinhas e indígenas, Bem como questões relacionadas aos movimentos feministas e as relações de gênero.

Além das pesquisas recorrentes nas categorias mencionadas anteriormente, também foram identificados estudos relacionados ao cinema, documentários, investigações sobre o sagrado e as conexões entre a antropologia e a literatura.

4.3 O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM

O Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM) foi criado em 2007, tendo iniciado sua primeira turma de Mestrado

em 2008 e a turma de Doutorado em 2010. O programa é estruturado em quatro linhas de pesquisa: 1) Etnologia Indígena, Cosmopolítcas e Paisagens Amazônicas; 2) Povos indígenas e povos tradicionais, territorialidades, políticas e movimentos sociais; 3) Antropologia de gênero, sexualidades e feminismos; e 4) A cidade e o urbano, migrações, patrimônios e territórios. Essas linhas abrangem diferentes áreas de estudo e reflexão dentro da Antropologia Social, buscando compreender as dinâmicas culturais, sociais e políticas presentes na região amazônica e em outras áreas de pesquisa pertinentes ao programa.

Com base nas informações fornecidas pela Plataforma Sucupira, no ano de 2023, o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM) era composto por um corpo docente constituído por 16 professores permanentes, dos quais 6 são mulheres.

Das professoras do PPGAS/UFAM, a maioria (5 delas) possui graduação em Ciências Sociais, e uma das professoras tem licenciatura em Letras e Estudos Sociais. No nível de mestrado, 5 das professoras obtiveram seus títulos em Antropologia, e 1 delas possui mestrado em Sociologia e Antropologia. No doutorado, 4 realizaram na área de Antropologia e 2 em Ciências Sociais. A seguir, pode-se observar os nomes, formação e temas das docentes:

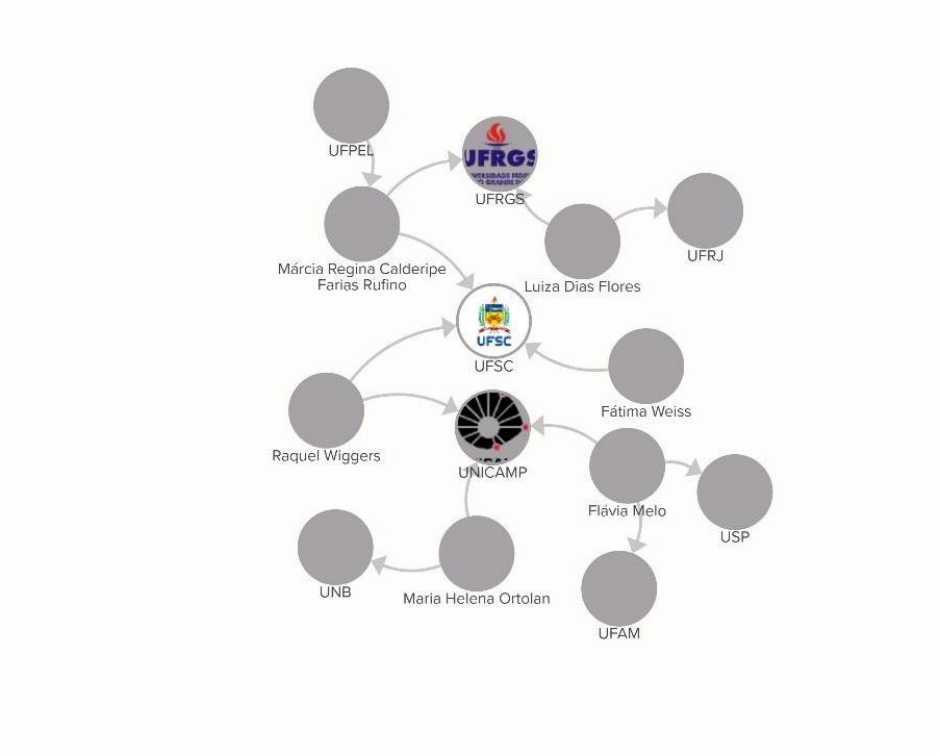
Tabela 05: Docentes Permanentes do PPGA /UFAM

NOME	FORMAÇÃO	TEMA
Fátima Weiss	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina com BACHARELADO (1999) e LICENCIATURA (2000), Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012).	Antropologia Urbana; Gênero e Sexualidade; Religiões e Religiosidades; Educação, diversidade e direitos humanos.
Flávia Melo	É doutora e mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), respectivamente. Cursou o bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) onde é docente desde 2009.	Relações de Gênero; Violências e conflitos sociais; Fronteira; Estado; Políticas Públicas.
Luiza Dias Flores	Doutora em Antropologia Social (UFRJ/MN), mestra em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ) e bacharela em Ciências Sociais (UFRGS).	Antropologia afro-brasileira, antropologia de religiões de matriz africana, gênero, feminismos e ecologias, criações cosmopolíticas.
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino	Possui licenciatura em Letras e Estudos Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (1990), licenciatura plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande	Antropologia urbana, globalização cultural e turismo; Relação de gênero; Saberes e práticas de povos tradicionais.

	do Sul (1997), mestrado e doutorado em Antropologia Social (2001 e 2006) pela Universidade Federal de Santa Catarina.	
Maria Helena Ortolan	Possui Graduação em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1987), Mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2006).	Política indígena e política indigenista; Identidades étnicas e relações Interétnicas; História indígena; Etnologia indígena.
Raquel Wiggers	Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996). Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2006)	Antropologia das violências, conflitos e justiça; Gênero, família e parentesco; Herança, patrimônio e mundo rural.

Após analisar a trajetória de formação do Corpo Docente feminino do PPGAS/UFAM, podemos observar uma conexão com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, conforme pode ser visto na imagem a seguir:

Figura 17: Conexões institucionais das professoras do PPGAS/UFAM



Fonte: Autora, 2023

Em 2023[38], o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM) contava com um corpo discente de 115 alunos, sendo 66 matriculados no Doutorado e 61 no mestrado. Nesse ano, as mulheres representavam a maioria do programa, totalizando 70 alunas.

Após analisar os temas mais frequentes nas teses e dissertações defendidas pelas alunas do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM) durante o período de 2023 a 2020, conforme apresentado na tabela disponível no Anexo 03, é possível identificar a presença constante dos seguintes temas:

Tabela 06: Teses e Dissertações defendidas pelas estudantes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM)

ANO	TIPO	DISCENTE	TÍTULO
2023	Dissertação	Dyedre Alves Pedrosa	O'ramako Kahyana: Reativações No Kahu
2023	Dissertação	Aurineia Aiambo Lima	A Terra Oue Separa E As Remessas Oue Aproximam: Uma Etnografia Sobre Família E Circulação De Cuidados Entre Migrantes Haitianos Na Cidade De Manaus/Am,
2022	Tese	Raimunda Nonata Nunes Da Silva	Ritos De Vida E Morte No Âmbito Evangélico Neopentecostal Na Cidade De Manaus
2022	Tese	Roziane Da Silva Jordao	Plezi, Mwen Se Ayisyen: Trajetórias De Migração Qualificada, Projetos Artísticos E Protagonismos Culturais De Haitianos No Brasil
2022	Tese	Glacy Ane Araujo De Souza Dos Santos	Aṣọ Òrìṣà: Artífices Do Candomblé Ketu Em Manaus
2022	Tese	Simone Tavares Da Silva	Cruzando Fronteiras: Um Estudo Sobre Mobilidade Humana, Construção De Redes E De Novos Territórios De Imigrantes Venezuelanos (As) Na Cidade De Manaus/Amazonas
2022	Tese	Nilza Silvana Nogueira Teixeira	Museu Magüta, Uma Trajetória Ticuna: A Colaboração Como Método No Estudo De Coleções Etnográficas E Na Formação De Museus Indígenas
2022	Tese	Luiza Angelica Oliveira Guglielmin	Palestinos Em Manaus: Cultura E Identidade Através Da Primeira Geração
2022	Tese	Jeiviane Justiniano Da Silva	Caminhos E Trajetórias Das Mulheres No Movimento Indígena: Experiências Das Relações De Gênero No Alto Rio Negro
2022	Tese	Romy Guimaraes Cabral	Territórios Virtuais: Munduruku No Ciberespaço, Um Estudo De Caso A Partir Da Aldeia Kwataborba-Am
2022	Tese	Chris Lopes Da Silva	Política Nacional De Gestão Territorial E Ambiental De Terras Indígenas Em Pauini (AM):

[38] https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/discente/listaDiscente.jsf data de acesso 11 de junho de 2023.

			Estratégias Etnopolíticas Para A Autogovernança Da OPIAJ.
2022	Dissertação	Ana Mary Melo Azevedo	Dança Da Cutia: Minha Cultura, Minha Identidade Na Escola Mura
2021	Tese	Isabelle Brambilla Honorato	Entre Idas E Vindas: Arranjos Familiares E Circulação De Crianças No Amazonas
2021	Dissertação	Clarinda Maria Ramos	Cantos E Danças: Uma Antropologia Da Musicalidade Sateré-Mawé
2021	Dissertação	Silvia Katherine Pacheco Teixeira	Haitianos Em Manaus: Pertencimento E Processos De Sociabilidade A Partir Da Escola Municipal Professor Waldir Garcia
2021	Dissertação	Mayra Luz Alvarado Davila	O Ensino E Aprendizagem Da Língua Espanhola Aos Indígenas Kokama Do Bairro De Grande Vitória- Manaus
2021	Dissertação	Jonilda Hauwer Gouveia	Perspectiva Etnoentomológica Tariana

Ao analisar as Teses e Dissertações defendidas pelas estudantes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), identificou-se que os trabalhos se enquadram principalmente em três categorias: Povos Indígenas, Migração e Religiosidade. Isso demonstra as áreas de enfoque e interesse dentro do programa.

As pesquisas voltadas para os povos indígenas e suas dinâmicas são proeminentes, abrangendo uma variedade de tópicos, incluindo musicalidade, língua, trajetórias das mulheres no movimento indígena, gestão territorial e ambiental de terras indígenas, o ciberespaço como território indígena e o papel das coleções etnográficas na formação de museus indígenas.

As monografias relacionadas ao tema de migração exploram os processos migratórios recentes de diversos grupos para a cidade de Manaus, incluindo haitianos, palestinos e venezuelanos. Essas pesquisas analisam as trajetórias desses migrantes, suas relações de sociabilidade, familiares, dinâmicas culturais e mobilidade.

As pesquisas relacionadas a religiões e manifestações do sagrado abordam diversos temas, incluindo religiosidade, ritos de vida e morte, religiões afro-brasileiras, bem como os movimentos pentecostais e neopentecostais. Além das pesquisas recorrentes nas categorias mencionadas anteriormente, também foram identificados estudos que exploram questões de gênero e as dinâmicas de circulação de crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, o campo científico tem sido predominantemente moldado por figuras masculinas, resultando na invisibilidade e na subvalorização sistemática das contribuições femininas. Na antropologia, essa marginalização se manifesta no apagamento deliberado dos nomes e realizações de mulheres, que muitas vezes foram relegadas a papéis secundários como alunas, assistentes ou esposas de antropólogos. Essa exclusão criou a falsa impressão de uma ausência feminina significativa na disciplina. Esta pesquisa visa corrigir essa lacuna ao destacar as trajetórias e contribuições das mulheres na antropologia. Desde as pioneiras do evolucionismo, como Erminnie Smith, Alice Fletcher e Elsie Clews Parsons, até as proeminentes culturalistas, como Ella Cara Deloria, Zora Neale Hurston e Ruth Landes. Também foram ressaltadas importantes antropólogas francesas, como Denise Paulme, Germaine Tillion e Germaine Dieterlen, além das pioneiras brasileiras Gioconda Mussolini e Heloisa Alberto Torres, que desempenharam papéis fundamentais na consolidação da antropologia no Brasil.

Além disso, a pesquisa evidenciou como antropólogas da região Norte, como Jane Beltrão, Flávia Melo e as interlocutoras deste estudo, se destacam pela profunda consciência do contexto sociocultural e político local. Elas estão comprometidas com uma antropologia que rejeita colonialismos, invisibilidades e silenciamentos historicamente impostos aos grupos da região, promovendo uma prática antropológica que dá voz às demandas das comunidades locais e contribui para a valorização e defesa de suas identidades e direitos.

O resgate dessas trajetórias revela a riqueza e diversidade das contribuições femininas à antropologia. Destaca-se a capacidade de integrar criatividade e subjetividade nas pesquisas, inovando tanto nos estilos de escrita quanto nas relações com os interlocutores e no uso de categorias nativas. Muitas dessas antropólogas realizaram pesquisas em contextos desafiadores e desenvolveram metodologias pioneiras, como o uso ético e cuidadoso de informantes-chave e a coautoria com seus interlocutores.

Ao recuperar essas narrativas, a pesquisa não apenas reconhece e valoriza as trajetórias dessas antropólogas, mas também ressalta a importância fundamental de suas contribuições para a construção e evolução da disciplina. A inserção de perspectivas femininas no discurso acadêmico fortalece a antropologia ao trazer à tona experiências e visões muitas vezes marginalizadas ou silenciadas.

A pesquisa adotou um conceito duplo de "campo", abrangendo tanto o trabalho de campo antropológico quanto o contexto acadêmico. No âmbito do trabalho de campo, investigou-se como as interseccionalidades influenciam as práticas metodológicas, as interações com interlocutores e a coleta de dados. Observou-se que a diversidade geográfica, cultural e econômica dos estados da região Norte desafia a ideia de que a origem na área garante um conhecimento absoluto ou acesso imediato às dinâmicas locais. Mesmo quando a pesquisadora compartilha traços físicos ou culturais com o grupo estudado, a aceitação e adaptação no campo não são automáticas.

A familiaridade com o contexto local pode facilitar a pesquisa em alguns aspectos, mas também pode trazer desafios relacionados a questões de pertencimento, classe social e percepção externa. A diversidade interna da região Norte e as complexas interseccionalidades de gênero, classe e raça mostram que a identidade e o reconhecimento dentro da comunidade pesquisada são moldados por uma rede de fatores sociais e culturais que vão além das origens e características aparentes.

Portanto, a experiência de pesquisadores locais não elimina a necessidade de distanciamento e estranhamento críticos — elementos essenciais da antropologia — mas oferece novas perspectivas e um entendimento mais profundo das realidades estudadas. A pesquisa antropológica conduzida por estudiosos locais revela a riqueza e complexidade das dinâmicas socioculturais da região Norte, desafiando simplificações decorrentes da proximidade e ampliando a compreensão dos fenômenos estudados.

A reflexão sobre as orientações recebidas pelas antropólogas para garantir segurança e evitar o assédio durante o trabalho de campo revelou limitações significativas. O uso de alianças, fotografias ou roupas específicas como estratégias para evitar o assédio e a curiosidade indesejada tem suas limitações, especialmente em ambientes onde esses símbolos não são compreendidos ou são ignorados. Os relatos demonstram que o assédio persiste independentemente do estado civil ou dos sinais de comprometimento afetivo.

Dois pontos fundamentais emergem desses relatos. Primeiro, é necessário refletir criticamente sobre os conselhos e orientações transmitidos às pesquisadoras em trabalho de campo, adaptando-os para serem eficazes e sensíveis às dinâmicas de poder presentes em diferentes contextos. Segundo, é crucial dar voz às experiências das pesquisadoras, permitindo a construção de um repertório mais diversificado de práticas de segurança e estratégias, levando em conta as especificidades de cada contexto de pesquisa.

A segurança no trabalho de campo é multidimensional e não depende apenas de estratégias pessoais, mas também da articulação com redes de apoio, como lideranças locais, governamentais, movimentos sociais e missões. Estratégias como a formação de alianças locais e a compreensão das dinâmicas de poder são cruciais, e compartilhar essas abordagens amplia o repertório de respostas e cuidados disponíveis para outras pesquisadoras.

Por fim, ao examinar o campo científico, observou-se as dificuldades enfrentadas por mulheres de posições sociais marginalizadas ao ingressarem na academia, especialmente aquelas de camadas populares, e como essas dificuldades são intensificadas por suas identidades interseccionais de raça, classe e gênero. Relacionando os conceitos de Bourdieu e Joan Scott, evidenciou-se que essas mulheres enfrentam um processo contínuo de resistência e disputa de poder ao entrar no campo acadêmico, lidando com novas formas de exclusão e invisibilidade.

Foi verificado que antropólogas que precisaram migrar para cidades maiores ou grandes centros para cursar a pós-graduação enfrentam impactos emocionais e psicológicos significativos. A sensação de inadequação e o medo de não corresponder às expectativas são prevalentes, e as barreiras econômicas e sociais, bem como a falta de apoio para conciliar maternidade e carreira acadêmica, destacam ainda mais os desafios enfrentados.

As estruturas coloniais que moldaram as relações de poder no Brasil ainda se refletem no campo científico, impactando profundamente as hierarquias e dinâmicas de poder. O campo científico, longe de ser imune a essas influências, continua a ser moldado por elas, afetando a produção e a validação do conhecimento. Essas estruturas perpetuam uma hierarquia que favorece certas formas de saber, idiomas de produção, regiões ou centros considerados como centros legítimos de refinamento teórico, o que perpetua desigualdades no ambiente científico.

Nesse contexto, a visão da região Norte do Brasil como periferia em relação ao centro-sul do país resulta de uma série de fatores complexos, incluindo aspectos geográficos, relações históricas, poder econômico e a produção de conhecimento. Historicamente, a ciência ocidental foi dominada por homens brancos, levando à exclusão sistemática das contribuições de mulheres, especialmente aquelas de origem não-europeia. O colonialismo reforçou essas barreiras, limitando o acesso de mulheres e outros grupos marginalizados ao espaço acadêmico e científico, perpetuando desigualdades de gênero, raciais e culturais.

Nas últimas décadas, a crescente consciência sobre essas estruturas coloniais impulsionou o desenvolvimento dos estudos decoloniais, que questionam o legado da colonização e a forma como ele continua a moldar as relações de poder e conhecimento na

sociedade brasileira. A literatura decolonial sublinha a importância de incluir perspectivas interseccionais nas análises de gênero, reconhecendo a diversidade das experiências não-brancas e desafiando as bases eurocêntricas do conhecimento. Essas reflexões revelam como a colonialidade influencia as relações de gênero e perpetua sistemas de dominação.

O passado colonial da antropologia e da sociedade brasileira, que estabeleceu hierarquias sociais, econômicas e de poder, ainda persiste nas estruturas contemporâneas. A influência colonial moldou a distribuição desigual de recursos e oportunidades e instituiu um sistema de valores e práticas que continua a ordenar as relações sociais e acadêmicas. No campo da antropologia, essas estruturas coloniais ainda são evidentes na forma como o conhecimento é produzido e validado, refletindo e reforçando as desigualdades históricas. Utilizo o termo "colonialismos antropológicos" para descrever como relações de poder baseadas em marcadores socioculturais e nas consequências históricas da colonização continuam a influenciar o ambiente acadêmico, inclusive na antropologia.

Esse colonialismo se manifesta de várias formas, incluindo representações simplistas e estereotipadas sobre a região e as adversidades enfrentadas por antropólogas quando migram para os principais centros acadêmicos do país. Além disso, reflete-se na ideia de que a região Norte é vista principalmente como um local para a realização de trabalhos de campo, onde a população local é ouvida como interlocutora, mas não reconhecida como produtora de conhecimento teórico significativo. O conhecimento gerado no Norte muitas vezes é subutilizado ou teorizado por pesquisadores do Centro-Sul, perpetuando a noção de que a região serve apenas como um "laboratório" para teorias desenvolvidas nos centros acadêmicos do país.

A pesquisa revelou que as mulheres da região Norte desempenham um papel vital e proeminente nos programas de pós-graduação em antropologia, consolidando-se como pesquisadoras e acadêmicas essenciais que contribuem significativamente para enriquecer o cenário da antropologia na região Norte. Elas trazem uma ampla gama de perspectivas e abordagens para os debates e pesquisas em curso, desafiando e nos programas de pós-graduação em antropologia, consolidando-se como pesquisadoras e acadêmicas essenciais que contribuem significativamente para enriquecer o cenário da antropologia na região norte, trazendo uma ampla gama de perspectivas e abordagens para os debates e pesquisas em curso.

Embora este trabalho tenha se esforçado para abordar amplamente as contribuições das mulheres para a antropologia, o tempo disponível limitou a profundidade e a abrangência de algumas discussões. Muitos aspectos e figuras importantes não puderam ser explorados em detalhe, e algumas questões emergentes sobre estratégias e práticas de pesquisa ficaram apenas

tangencialmente abordadas. No entanto, o objetivo central deste estudo é evidenciar a importância fundamental das contribuições femininas para a antropologia. Ao destacar o papel crucial que essas mulheres desempenharam na formação e evolução da disciplina, o trabalho busca não apenas reconhecer suas realizações, mas também incentivar uma reflexão mais profunda sobre as estratégias e abordagens inovadoras que elas trouxeram para o campo. Essa ênfase é essencial para garantir que a diversidade de perspectivas e experiências femininas seja devidamente integrada e valorizada na narrativa acadêmica da antropologia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. A cidade das mulheres. Mana, v. 9, n. 1, p. 151-154, 2003

ANDRESON, Jamie Lee. Ruth Landes e Edison Carneiro: matriarcado e etnografia nos candomblés da Bahia (1938-9). Revista de História da UEG, v. 2, n. 1, p. 236-261, 2013.

BASQUES, Messias. Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais (Texto de apresentação). Ayé: Revista de Antropologia nº1, v 1. 2019

BELTRÃO, Jane Felipe. ANTROPÓLOGOS E PROFISSIONALIZAÇÃO NA/PARA AMAZÔNIA. Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 4, n. 2, p. 202-202, 2016.

BEMERGUY, Telma de Sousa. Antropologia em qual cidade? Ou por que a "Amazônia" não é lugar de "antropologia urbana". Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 24, 2019.

BONETTI, A. & FLEISCHER, S. (Orgs.). Entre saias justas e jogos de cintura. SantaBONETTI, A.L. "Intrusas bem-vindas: um olhar sobre os cruzamentos entre gênero, relações de poder e sensibilidades na pesquisa etnográfica". In GROSSI, M. e Catarina: Mulheres, 2007.

BRUMANA, Fernando Giobellina. Oscar Calavia Sáez. Esse obscuro objeto da pesquisa. Um manual de método, técnicas eteses em Antropologia. Año: 2012. ISBN: 978-85-916152-0-9. PÁGINAS: 319. EDIÇÃO DO AUTOR: Ilha de Santa Catarina. AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana, v. 11, n. 1, p. 163-166, 2016.

CASTRO, C. Evolucionismo cultural. [S.l.]: Zahar, 2005.

CHASSOT, A. A ciência é masculina? É, sim senhora!. Revista Contexto & Educação, 2004. p. 9-28.

CHEN, Simiao et al. COVID-19 control in China during mass population movements at New Year. The Lancet, v. 395, n. 10226, p. 764-766, 2020.

CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. Revista de Antropologia, v. 50, p. 181-223, 2007.

_____ Uma leitura crítica dos estudos de comunidade no Brasil: apresentação ao texto de Gioconda Mussolini. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 18, n. 18, p. 281-285, 2009.

_____ Dossiê: Gioconda Mussolini. Revista De Antropologia, v. 58, n. 2, p. 6-9, 2015.

_____ Mestranca: Gioconda Mussolini e a antropologia em Sao Paulo (1938–1969). Tempos Históricos, v. 19, n. 1, p. 153-186, 2015.

CITELI, M. T. E. A. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. Cadernos Pagu, 2015.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, 2016. 99-127.

CORREA, Mariza. "Dona Heloisa e a pesquisa de cam po". Revista de Antropologia, 40 (1): 11-54, São Paulo, 1997.

CORREA, Mariza. 2002. Antropólogas e antropologia, Belo Horizonte: editora da UFMG.

COTTA, Mayra; FARAGE, Thais. Mulher, roupa, trabalho: Como se veste a desigualdade de gênero. Editora Paralela, 2021.

CORDEIRO, Maria Audirene de Souza. "A canoa da cura ninguém nunca rema só" o se ingerar e os processos de adoecer e curar na cidade de Parintins (AM). 2017.

DE CASTRO FARIA, Luiz. Heloisa Alberto Torres (1895-1977). Anuário antropológico, v. 2, n. 1, p. 329-333, 1978.

DE OLIVEIRA, João Pacheco. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 1, n. 1, p. 23-48, 2014.

DE OLIVEIRA, Luís R. Cardoso. A vocação crítica da antropologia. Anuário Antropológico, v. 15, n. 1, p. 67-81, 1991.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do).. In: _____ Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009. p. 173 -179.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, p. 625-643, 2010.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

FIRESTONE, S. A dialética do sexo: Um Estudo da Revolução Feminista. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

FLEISCHER, Soraya; BONETTI, Alinne. Etnografia Arriscada: Dos limites entre vicissitudes e "riscos" no fazer etnográfico contemporâneo. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 19, n. 1, 2010.

FRANCESCHI, Z. A. Las discípulas ocultas de Franz Boas: historia e historias de vida. Maguaré, v. 28, n. 1, 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. Duas Germaines e uma Denise: alunas de Mauss. Antropologia Francesa no século XX. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, p. 239-258, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. O método Biográfico em Ciências Sociais. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HARDING, S. Feminism & methodology.. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Rev. Estud. Fem, p. 07-32, 1993.

HEALEY, Mark. Os desencontros da tradição em Cidade das Mulheres: raça e gênero na etnografia de Ruth Landes. cadernos pagu, n. 6/7, p. 153-199, 1996.

HÉRITIER, Françoise. Denise Paulme-Schaeffner (1909-1998), ou l'histoire d'une volonté. Cahiers d'études africaines, p. 5-12, 1999.

HOFFMANN, Maria Barroso. 1. Coleção Heloísa Alberto Torres.

HOFFMANN, Maria Barroso. Apresentação. In: MUSEU NACIONAL. Departamento de Antropologia. Coleção Heloísa Alberto Torres. Rio de Janeiro, [ca. 1998]. p. 1-31.

HOFFMANN, Maria Barroso. Apresentação. In: MUSEU NACIONAL. Departamento de Antropologia. Coleção Heloísa Alberto Torres. Rio de Janeiro, [ca. 1998]. p. 1-31. Disponível em: CORREA, Mariza. "Dona Heloisa e a pesquisa de cam po". Revista de Antropologia, 40 (1): 11-54, São Paulo, 1997.

HOUGH, W. Alice Cunningham Fletcher. New Series, Vol. 25, No. 2 , Apr. - Jun. 1923. 254-258.

ROHDE, Joy. 'From the Sense of Justice and Human Sympathy': Alice Fletcher, Native Americans, and the Gendering of Victorian Anthropology. History of Anthropology Newsletter, v. 27, p. 9-14.

ROHDE BOWERS, Jane et al. Differences in substance use and sexual partnering between men who have sex with men, men who have sex with men and women and transgender women. Culture, Health & Sexuality, v. 13, n. 06, p. 629-642, 2011.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; YAMAMOTO, Juliana Mônica; BONILHA, M. Ciência, tecnologia e gênero: Desvelando o significado de ser mulher e cientista. Serviço Social em revista, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2008.

LÖWY, I. Ciências e gênero.. In: HIRATA, H. E. A. (.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

LINS, Danielle Colares. O revestimento: linhas, nós e malha do conhecimento musical de Seu Rosário-uma etnografia do violino em Parintins-AM. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. Horizontes antropológicos, v. 15, p. 129-156, 2009.

MENEZES, Elieyd Sousa de. Os "piaçabeiros" no médio rio Negro: identidades coletivas e conflitos territoriais. 2012.

MALINOWSKI, Bronisław. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. 1 Edição. São Paulo: Editora Abril Cultura, 1978.

MONTEIRO, Eglantina Matos. Antropologia e colonialismo. Os casos inglês, francês e português. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, v. 32, 2021

O'DONOVAN, W. Erminnie A. Smith. National Portrait Gallery, Smithsonian Institution, United States\New York, 1881. Disponível no lik https://npg.si.edu/object/npg_NPG.2014.6. Data de acesso 14/02/2023

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Sociedad y religión, v. 30, n. 54, p. 121-147, 2020.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series, 2004. 1 -14.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, v. 20, p. 377-391, 2014.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 2021. "Ella Cara Deloria". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: https://ea.fflch.usp.br/autor/ella-cara-deloria

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher. In: ALGRANTI, L. M.; GOLDANI, A. M. P. A. A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: Textos Didáticos, v. 48, 2002. p. 7 -42.pp.17-46.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

PRATER, John. Ella Deloria: Varied intercourse: Ella Deloria's life and work. Wicazo As Review, p. 40-46, 1995.

PERES, Marilene Aicate. " Mujeres en la venta": família e relações de gênero na fronteira amazônica-Brasil e Peru. 2019.

REICHARD, Gladys E. “Elsie Clews Parsons.” The Journal of American Folklore, vol. 56, no. 219, 1943, pp. 45–48. JSTOR, http://www.jstor.org/stable/535914. Accessed 14 Feb. 2023.

RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. Uma mulher intelectual em tempos pioneiros: Heloisa Alberto Torres, nação e a formação das ciências sociais brasileiras. Boletín Onteaiken, n. 10, p. 79-92, 2010.

RIBEIRO, Adelia Miglievich Miglievich. Revisitando o Museu Nacional e a história da Antropologia no Brasil pelas mãos de Heloísa Alberto Torres. Política & Sociedade, v. 18, n. 41, p. 27-59, 2019.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S. I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. Sul-Sul-Revista de Ciências Humanas e Sociais, 2021. 57 -73.

ROHDE, J.; FLETCHER, A. C.; STEVENSON, M. C. From the Sense of Justice and Human Sympathy": Alice Fletcher, Native Americans, and the Gendering of Victorian Anthropology. History of Anthropology Newsletter, v. 27, n. 1, , 2000. 9-14.

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista da ciência à ciência a uma ciência feminista. Feminismo, Ciência e Tecnologia, Coleção Bahiana, Salvador, 2002.

SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 384p.(coleção mulher), 2001.

SCHWADE, Elisete & Mara, LAGO In GROSSI, M. e SCHWADE, E. Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Florianópolis: Nova Letra Gráfica & Editora, 2006. p.13-16.

SANTOS, Iranilde Barbosa dos. Violência contra mulheres indígenas Macuxi: de experiências narradas a soluções coletivo. 2017.

SILVA, F. F. D. Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias. [S.l.]: FURG, 2012.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 73-102.

SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela. O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios. Rio de Janeiro: Aba Edições, 2018.

SOBRAL, L. F. Lady Frazer e seu marido. Gênero e anomalia na história da Antropologia. cadernos pagu, 2018.

SPIELMANN, Ellen. Das Verschwinden Dina Lévi-Strauss' und der Transvestismus Mário de Andrades: genealogische Rätsel in der Geschichte der Sozial-und Humanwissenschaften im modernen Brasilien. WVB, Wissenschaftlicher Verlag, 2003.

SPIER, L.; KROEBER, A. L. Elsie Clews Parsons. American Anthropologist, vol. 45, 1943.

TARDUCCI, M. Antes de Franz Boas: mujeres pioneras de la antropología norteamericana. Runa, v. 36, n. 2, 2015. 57-73.

TRAJANO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). O campo da antropologia no Brasil. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

UNKNOWN. Zora Neale Hurston.. JSTOR, 1940. Disponível em: https://jstor.org/stable/community.14653856,. Accessed 17 Feb. 2023.

VALENTINI, Luísa. Nos “arredores” e na “capital”: as pesquisas da Sociedade de Etnografia e Folclore (1937-1939). Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 5, 2009.

VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (Org.). Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006. p. xiii-xviii

VELHO, O. G. Antropologia para sueco ver. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 23,n. 1, p. 79-91, 1980

ZHU, Na et al. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. New England journal of medicine, v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020.